



TAWANY APARECIDA DE PAULA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM “FOGO E SANGUE” :
UMA ANÁLISE DAS PERSONAGENS FEMININAS SOB A
ÓTICA DOS ESTUDOS DO DISCURSO**

**LAVRAS-MG
2025**

TAWANY APARECIDA DE PAULA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM “FOGO E SANGUE”: UMA ANÁLISE DAS
PERSONAGENS FEMININAS SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS DO DISCURSO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Objetos culturais e produção de sentido, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dra. Márcia Fonseca de Amorim
Orientadora

**LAVRAS – MG
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da
Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a)
autor(a).**

de Paula, Tawany Aparecida.

Representações sociais em "\"Fogo e Sangue\"": Uma
análise das personagens femininas sob a ótica dos estudos
do discurso / Tawany Aparecida de Paula. - 2025.

116 p. : il.

Orientador(a): Márcia Fonseca de Amorim.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade
Federal de Lavras, 2025.

Bibliografia.

1. Representações sociais femininas. 2. Análise do
discurso. 3. Gênero feminino. I. de Amorim, Márcia
Fonseca. II. Título.

TAWANY APARECIDA DE PAULA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM “FOGO E SANGUE”: UMA ANÁLISE DAS
PERSONAGENS FEMININAS SOB A ÓTICA DOS ESTUDOS DO DISCURSO**

**SOCIAL REPRESENTATIONS IN “FIRE AND BLOOD”: AN ANALYSIS OF
FEMALE CHARACTERS FROM THE PERSPECTIVE OF DISCOURSE STUDIES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Objetos culturais e produção de sentido, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA EM: 07/03/2025

Dr^a. Mauriceia Silva de Paula Vieira (UFLA)

Dr^a. Larissa Giacometti Paris (UFMG)



Documento assinado digitalmente

MARCIA FONSECA DE AMORIM

Data: 04/06/2025 20:13:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dr.(a) Márcia Fonseca de Amorim.
Orientadora.

**LAVRAS-MG
2025**

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna gratidão pela força, pela luz nos momentos de incerteza e pela sabedoria concedida ao longo desta caminhada acadêmica. Sua presença foi fundamental para que eu persistisse diante dos desafios e concluísse mais esta etapa da minha vida.

Aos meus pais, Elimara e Edimilson, meu mais sincero agradecimento pelo apoio incondicional, pelo incentivo e pelo amor que me fortaleceram nos momentos mais difíceis. Sem vocês, esta jornada não teria sido possível, e cada conquista é, também, um reflexo da dedicação e do carinho que sempre me ofereceram.

Ao meu companheiro de vida, Eduardo, agradeço por sempre estar ao meu lado e por sempre me apoiar incondicionalmente em todos os momentos e por compartilhar meus sonhos comigo.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Márcia Fonseca de Amorim, expresso minha profunda e eterna gratidão pela orientação cuidadosa, pelo incentivo e pela confiança depositada em meu trabalho. Sua dedicação e competência foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, e sua trajetória acadêmica me inspirou a crescer enquanto pesquisadora. Você é uma inspiração. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pelo suporte financeiro por meio da bolsa de estudos, que foi determinante para a realização desta pesquisa e para a minha dedicação integral ao mestrado. O incentivo à pesquisa é um pilar fundamental para a construção do conhecimento, e sou imensamente grata por essa oportunidade.

Aos meus colegas do mestrado, especialmente, Natália, com quem pude compartilhar os desafios, as alegrias e as conquistas durante os dois anos de mestrado.

Por fim, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, minha admiração e gratidão pelo ensino de excelência, pelas discussões instigantes e pelo compromisso com a formação acadêmica de qualidade. Cada professor contribuiu de maneira única para minha trajetória, ampliando meus horizontes e fortalecendo minha base teórica e crítica.

*Uma mente necessita de livros da mesma forma que uma
espada necessita de uma pedra de amolar, se quisermos
que se mantenha afiada.*

George R. R. Martin

RESUMO

Considerando a importância da Análise do Discurso na compreensão das dinâmicas sociais e ideológicas, o presente estudo tem como objetivo investigar como as representações sociais das personagens femininas são construídas em “Fogo e Sangue”, de George R.R. Martin, explorando os discursos presentes na obra e os efeitos de sentido que eles promovem. A pesquisa está ancorada nos estudos desenvolvidos por Pêcheux (1997, 2014, 2015), com as contribuições de Orlandi (2020), dentre outros autores, e utiliza a Análise do Discurso como ferramenta teórica para examinar as discursividades que moldam essas personagens e as práticas sociais e ideológicas às quais se encontram vinculadas. A partir de um estudo qualitativo, este trabalho destaca a importância das formações discursivas e do interdiscurso na construção dos significados, refletindo sobre como os discursos preexistentes e os contextos ideológicos específicos influenciam a construção das personagens femininas. É também objetivo da pesquisa refletir sobre as relações de poder e as estruturas sociais presentes nessas narrativas. Este estudo encontra-se organizado em três capítulos teóricos e um capítulo de análise, além do capítulo introdutório, metodologia da pesquisa e considerações finais. O primeiro capítulo aborda os pressupostos teóricos da Análise do Discurso e sua relevância para a investigação dos discursos que permeiam as representações femininas na obra. O segundo capítulo explora as noções de gênero, discutindo as contribuições de estudiosas como Beauvoir (1967,1970), Louro (2002,1997), e outras pesquisadoras, além de refletir sobre as questões de identidade, corpo e poder nas narrativas femininas. Por fim, o terceiro capítulo apresenta uma reflexão sobre o gênero literário fantástico e suas especificidades, utilizando as obras de Todorov (1992), Eco (1989, 1994), Vax (1972) e Rodrigues (1988) para dar suporte à discussão sobre as características desse gênero e suas implicações nas representações sociais. Desta forma, foi possível identificar que as personagens femininas apresentam uma resistência ao patriarcalismo socialmente instituído ao assumirem narrativas que subvertem as representações tradicionais de gênero impostas a elas. Essa conduta das mulheres revelam uma complexidade identitária que rompe com discursos presentes na estrutura social a qual se encontram inseridas. Além disso, os resultados mostram que os discursos que perpassam a obra provêm de formações discursivas que fortalecem as desigualdades de poder e entram em confronto com outras formações discursivas que promovem rompimentos ideológicos que desafiam as estruturas sociais convencionais.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; literatura fantástica; representações sociais femininas; gênero feminino; relações de poder.

ABSTRACT

Considering the importance of Discourse Analysis in understanding social and ideological dynamics, this study aims to investigate how the social representations of female characters are constructed in "Fire and Blood", by George R.R. Martin, exploring the discourses present in the work and the effects of meaning they promote. The research is anchored in the studies developed by Pêcheux (1997, 2014, 2015), with contributions from Orlandi (2020), among other authors, and uses Discourse Analysis as a theoretical tool to examine the discursivities that shape these characters and the social and ideological practices to which they are linked. Based on a qualitative study, this work highlights the importance of discursive formations and interdiscourse in the construction of meanings, reflecting on how preexisting discourses and specific ideological contexts influence the construction of female characters. The research also aims to reflect on the power relations and social structures present in these narratives. This study is organized into three theoretical chapters and one analysis chapter, in addition to the introductory chapter, research methodology, and final considerations. The first chapter addresses the theoretical assumptions of Discourse Analysis and its relevance for the investigation of the discourses that permeate female representations in the work. The second chapter explores the notions of gender, discussing the contributions of scholars such as Beauvoir (1967, 1970), Louro (2002, 1997), and other researchers, in addition to reflecting on the issues of identity, body, and power in female narratives. Finally, the third chapter presents a reflection on the fantastic literary genre and its specificities, using the works of Todorov (1992), Eco (1989, 1994), Vax (1972), and Rodrigues (1988) to support the discussion on the characteristics of this genre and its implications for social representations. Thus, it was possible to identify that the female characters present resistance to socially instituted patriarchy by assuming narratives that subvert the traditional gender representations imposed on them. This behavior of the women reveals a complex identity that breaks with discourses present in the social structure in which they are inserted. Furthermore, the results show that the discourses that permeate the work come from discursive formations that strengthen power inequalities and clash with other discursive formations that promote ideological ruptures that challenge conventional social structures.

KEYWORDS: discourse analysis; fantasy literature; female social representations; female gender; power relations.

INDICADORES DE IMPACTO

A presente dissertação apresenta um impacto significativo no campo da Análise do Discurso, dos estudos de gênero e da literatura. Seu impacto pode ser observado por meio de diferentes indicadores, como a possibilidade de ser referenciada em pesquisas acadêmicas voltadas para a literatura e para as questões de representação feminina, ampliando o debate sobre a construção discursiva das personagens. Além disso, a interseção e o diálogo entre os estudos discursivos e os estudos literários fortalecem uma abordagem interdisciplinar, que pode servir de base para pesquisas futuras. Outro aspecto relevante é sua contribuição para a reflexão sobre as formações discursivas que moldam as narrativas de gênero na literatura e seus desdobramentos na sociedade. Os resultados da pesquisa podem ser aplicados no ensino, fomentando discussões críticas sobre a representação feminina em diferentes contextos midiáticos e culturais. Dessa forma, a pesquisa não apenas contribui para o aprofundamento teórico dessas discussões, mas também promove um olhar crítico sobre as estruturas de poder e as representações femininas na literatura fantástica.

IMPACT INDICATORS

This dissertation has had a significant impact on the fields of Discourse Analysis, gender studies, and literature. Its impact can be observed through different indicators, such as the possibility of being referenced in academic research focused on literature and issues of female representation, broadening the debate on the discursive construction of characters. Furthermore, the intersection and dialogue between discursive studies and literary studies strengthen an interdisciplinary approach, which can serve as a basis for future research. Another relevant aspect is its contribution to the reflection on the discursive formations that shape gender narratives in literature and their consequences in society. The results of the research can be applied to teaching, fostering critical discussions on female representation in different media and cultural contexts. In this way, the research not only contributes to the theoretical deepening of these discussions, but also promotes a critical look at the structures of power and female representations in fantasy literature.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Constituição do referencial teórico.....	76
Quadro 2 – Processo de constituição da análise.....	78
Quadro 3 – Trecho 1 do Livro “Fogo e Sangue”	81
Quadro 4 – Trecho 2 do Livro “Fogo e Sangue”	82
Quadro 5 – Trecho 3 do Livro “Fogo e Sangue”	86
Quadro 6 – Trecho 4 do Livro “Fogo e Sangue”	88
Quadro 7 – Trecho 5 do Livro “Fogo e Sangue”	90
Quadro 8 – Trecho 6 do Livro “Fogo e Sangue”	92
Quadro 9 – Trecho 7 do Livro “Fogo e Sangue”	94
Quadro 10 – Trecho 8 do Livro “Fogo e Sangue”	95
Quadro 11 – Trecho 9 do Livro “Fogo e Sangue”	96
Quadro 12 – Trecho 10 do Livro “Fogo e Sangue”	98
Quadro 13 – Trecho 11 do Livro “Fogo e Sangue”	98
Quadro 14 – Trecho 12 do Livro “Fogo e Sangue”	99
Quadro 15 – Trecho 13 do Livro “Fogo e Sangue”	100
Quadro 16 – Trecho 14 do Livro “Fogo e Sangue”	100
Quadro 17 – Trecho 15 do Livro “Fogo e Sangue”	101
Quadro 18 – Trecho 16 do Livro “Fogo e Sangue”	103
Quadro 19 – Trecho 17 do Livro “Fogo e Sangue”	103
Quadro 20 – Trecho 18 do Livro “Fogo e Sangue”	104
Quadro 21 – Trecho 19 do Livro “Fogo e Sangue”	107
Quadro 22 – Trecho 20 do Livro “Fogo e Sangue”	109
Quadro 23 – Trecho 21 do Livro “Fogo e Sangue”	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro “Fogo e Sangue”	77
Figura 2 – Aegon e suas irmãs Visenya e Rhaenys Targaryen	84
Figura 3 – Rhaenys Targaryen voando com seu dragão Meraxes em uma guerra	86
Figura 4 – Rhaenyra criança junto a seu pai Viserys	96
Figura 5 - Rainha Alicent e Princesa Rhaenyra.....	103
Figura 6 – Rhaenyra, ainda de armadura, sentada ao Trono de Ferro.....	108
Figura 7 – A morte de Rhaenyra	109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: UM BREVE PERCURSO TEÓRICO	16
2.1	A Análise do Discurso no âmbito dos estudos linguísticos.....	17
2.2	Discurso e ideologia.....	19
2.3	Sujeito.....	21
2.4	Discurso, condições de produção e Aparelhos Ideológicos de Estado.....	24
2.5	As formações discursivas	32
2.6	Relações de sentido e Formações imaginárias.....	38
2.7	Sujeito, história, linguagem, memória e discurso	43
3	REFLEXÕES FEMININAS SOBRE IDENTIDADE, PODER E LIBERDADE ...	47
3.1	Desconstruindo normas de gênero com Beauvoir.....	48
3.2	Explorando a dialética do “segundo sexo”: reflexões sobre identidade e emancipação feminina.....	53
3.3	As representações femininas na contemporaneidade.....	60
4	OS ASPECTOS DA LITERATURA FANTÁSTICA	64
4.1	O Objeto de estudo “Fogo e Sangue” e a Teoria Literária	69
4.2	As vozes femininas em <i>Westeros</i>	71
4.3	As personagens femininas em “Fogo e Sangue”.....	73
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS	75
5.1	Os objetos de pesquisa	77
5.2	Procedimentos para análise de dados.....	78
6	ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM “FOGO E SANGUE”: IDEOLOGIA, PODER E RUPTURA	79
6.1	Entre tronos e dragões: a construção social/discursiva das personagens femininas em “Fogo e Sangue”.....	80
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

As sagas fantásticas têm ganhado destaque crescente na cultura contemporânea, transcendendo o mero entretenimento para explorar temas profundos e universais. Exemplos como “O Senhor dos Anéis”, de J.R.R. Tolkien, e “Harry Potter”, de J.K. Rowling, ilustram como essas narrativas são capazes de capturar a imaginação de milhares de leitores ao redor do mundo. Com elementos como magia, criaturas míticas e mundos imaginários, essas sagas não apenas oferecem escapismo, mas também proporcionam ao leitor, reflexões sobre valores, ética e o próprio humano em contextos extraordinários.

Dentre as sagas contemporâneas, a obra “As Crônicas de Gelo e Fogo” se destaca não apenas pelo seu escopo épico, mas também pela forma com que explora questões de poder, moralidade e intriga política. Criada por George R. R. Martin, esta saga se desenvolve em um cenário em que personagens são confrontados com dilemas morais e consequências de suas ações. Por meio de um enredo intricado e personagens densamente desenvolvidos, o autor oferece ao leitor uma visão diversificada de um mundo fictício que ressoa nas ações humanas contemporâneas.

Um dos aspectos distintivos das narrativas de Martin são suas personagens femininas. Em um mundo dominado frequentemente por homens, as mulheres não apenas buscam sobreviver, mas também almejam conquistar autonomia e posições de destaque. Elas desafiam estereótipos de gênero e oferecem reflexões sobre as dinâmicas sociais e políticas presentes nas obras. Nesse sentido, suas narrativas não se limitam à sobrevivência, mas exploram a busca por autonomia em um mundo dominado por homens, proporcionando um amplo material para análises críticas sobre representações de gênero.

Ao pensarmos na sociedade contemporânea, é possível refletir que esta se encontra em constante reconstrução devido às mudanças que ocorreram ao longo do tempo, destacando-se a autonomia feminina. Nesse sentido, mulheres têm assumido papéis de destaque em diferentes esferas sociais, incluindo família, política, religião e trabalho. Historicamente, as mulheres foram submetidas a normas sociais rígidas e frequentemente privadas de direitos, subjugadas ao controle masculino exercido por pais, maridos e até filhos ao longo de muitos séculos.

Embora esse fato tenha acontecido ao longo da história, nos últimos séculos, movimentos organizados por elas têm buscado a igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Um exemplo marcante desses movimentos é o sufrágio universal, que garantiu o direito ao voto a todos os cidadãos adultos, independentemente de sexo, etnia, classe social,

renda ou alfabetização. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 reconhece o sufrágio universal como um direito humano fundamental para uma sociedade justa.

A luta das mulheres por igualdade tem exigido um esforço significativo, especialmente na busca por representação em cargos públicos. O sufrágio feminino, também conhecido como a primeira onda do feminismo, teve origem na Inglaterra do século XIX e se expandiu globalmente no século XX, transformando o panorama político e eleitoral em diversos países. Ao reivindicarem o direito ao voto, as mulheres não apenas buscavam participação política direta, mas também lutavam por direitos jurídicos e sociais, como o direito ao divórcio, à propriedade em seus próprios nomes e ao acesso à educação.

Atualmente, questões de gênero têm sido temas centrais de discussão, destacando-se movimentos pela emancipação feminina que se referem à luta das mulheres por direitos e reconhecimento em uma sociedade ainda permeada pela desigualdade de renda, violência de gênero e machismo. Essa discussão reflete uma mudança de paradigmas impulsionada por transformações culturais e sociais ao longo do tempo.

Tendo em vista as constantes lutas travadas por mulheres pelo reconhecimento social como seres semelhantes aos homens em diferentes partes do mundo, esta pesquisa visa analisar como as personagens femininas em “Fogo e sangue” são construídas social e discursivamente, explorando os discursos presentes na obra de George R.R. Martin e os efeitos de sentido que eles promovem.

A motivação para esta pesquisa surge de uma combinação de fatores pessoais e acadêmicos. Primeiramente, meu gosto pela leitura, especialmente pelo universo criado por George R.R. Martin. Tal universo despertou um interesse natural em me aprofundar nos temas e personagens de suas obras. A possibilidade de investigar as representações sociais por meio das personagens femininas em “Fogo e Sangue” e desenvolver uma pesquisa em torno desse universo, foi particularmente atraente para mim. As mulheres neste livro assumem papéis de autonomia e desafio aos estereótipos de gênero, destacando-se pelo gerenciamento de suas próprias vidas e pela ruptura com as expectativas tradicionais de uma sociedade patriarcal. Essas personagens, que desempenham papéis cruciais no enredo, oferecem uma rica base para explorar como as mulheres podem desafiar e redefinir suas representações sociais.

Além disso, a escolha de “Fogo e Sangue” se justifica pelo fato de ser uma história finalizada, permitindo uma análise completa da trajetória das personagens femininas. Diferentemente das cinco obras que compõem “As Crônicas de Gelo e Fogo”, que ainda não estão concluídas, “Fogo e Sangue” oferece uma visão completa do início ao fim das histórias dessas mulheres. Essa completude permite uma maior compreensão de suas ações,

desenvolvimentos e impactos dentro da prática narrativa, proporcionando uma base sólida para a análise das representações sociais e ideológicas que elas assumem ao longo da obra.

Utilizando como suporte o arcaboço teórico da Análise do Discurso (AD), investigamos como as representações das personagens femininas são construídas e disseminadas, explorando os discursos presentes nessas narrativas e os efeitos de sentido que eles promovem. Visando alcançar o objetivo central deste estudo, analisamos o discurso materializado por meio do livro. Assim, buscamos, também, destacar a representação femininas em relação à função social ocupada por elas, além da forma de se posicionarem ideologicamente como sujeitos, seres sociais, dando ênfase à ruptura promovida entre o discurso assumido por elas e o discurso patriarcal, o que reforça uma ideia ainda muito difundida na atualidade, a persistente desigualdade existente entre homens e mulheres.

Análises que compreendem essa igualdade na sociedade, tendo a luta feminina como aliada, são essenciais para que se reduza os limites impostos às mulheres em diversas esferas sociais. Pensando nisso e em como as produções literárias fazem parte da rotina de leitores, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, de diferentes classes sociais, este trabalho apresenta uma reflexão sobre a representação social da mulher em uma sociedade fictícia. Com isso, busca-se também refletir sobre a construção social de homens e mulheres, como a sociedade trata de modo diferenciado homens e mulheres e como é possível estabelecer uma ruptura com os padrões impostos.

Dessa forma, esta pesquisa não apenas busca explorar as representações femininas na obra de George R. R. Martin, mas também compreender dinâmicas sociais e políticas contemporâneas, especialmente aquelas relacionadas às questões de gênero. Ao final, esperamos lançar novas luzes sobre como as narrativas fantásticas não apenas refletem, mas também moldam nossa percepção da realidade social.

Os objetivos apresentados refletem questões contemporâneas, como a persistente desigualdade de gênero e a luta contínua das mulheres por igualdade de direitos e reconhecimento social. Em muitas sociedades, ainda se observa uma divisão de papéis baseada em estereótipos de gênero que limitam as oportunidades e a liberdade das mulheres. A análise das personagens femininas em “Fogo e Sangue” permite compreender como essas desigualdades estruturais são perpetuadas e desafiadas, fornecendo uma lente crítica para entender a resistência das mulheres contra normas patriarcais. Ao examinar essas representações, é possível estabelecer paralelos com as experiências das mulheres hoje, que continuam a enfrentar discriminação, violência e desigualdade em difentes esferas da vida social, econômica e política, enquanto simultaneamente promovem mudanças significativas por

meio de movimentos sociais e reivindicações por justiça de gênero.

Para embasar nossa análise, fazemos uso das contribuições teóricas de Achard (1999), Althusser (1980), Foucault (2020, 2012), Orlandi (2020), Pêcheux (2015, 1997, 2014) e outros autores fundamentais no campo da Análise do Discurso. Trata-se de uma corrente teórica no campo dos Estudos Linguísticos que investiga como os discursos são construídos e difundidos em diversas práticas sociais. Ela se dedica a analisar não apenas o que é dito, mas também os fatores que influenciam as condições de produção discursiva e as ideologias que são promovidas e disseminadas por meio das práticas discursivas.

Além disso, exploramos estudos feministas de autoras como Bernardes (2009), Beauvoir (1967, 1970), Butler (2018), Louro (2002, 1997) e Perrot (2005), que oferecem perspectivas críticas sobre questões de gênero e emancipação feminina. A teoria literária também é um suporte essencial, especialmente os estudos de Eco (1994, 1989), Todorov (1992), Vax (1972) e Rodrigues (1988), que nos auxiliam a compreender como a literatura fantástica e seus elementos narrativos contribuem para a construção de significados e representações na obra analisada.

O primeiro capítulo desta dissertação traz uma reflexão sobre a Análise do Discurso, principal aparato teórico da pesquisa realizada. O capítulo apresenta as contribuições de estudiosos do discurso a fim de fundamentar a análise constituída na pesquisa.

O segundo capítulo apresenta noções acerca do gênero feminino, o que é uma importante parte deste trabalho, uma vez que o objetivo principal dele é analisar representações femininas por meio das personagens do livro “Fogo e Sangue”.

O terceiro capítulo aborda questões que envolvem o gênero literatura fantástica, uma vez que a obra analisada se insere neste gênero, apresentando características específicas que serão mais bem discutidas no capítulo em si.

O quarto capítulo tem como principal objetivo apresentar os caminhos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, é abordado no capítulo o principal tipo de pesquisa utilizado, qual seja, a pesquisa qualitativa.

O quinto e último capítulo apresenta a análise de dados desta dissertação e busca atender os principais objetivos propostos no trabalho.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: UM BREVE PERCURSO TEÓRICO

Ao nos propormos a discorrer sobre a análise do discurso, é necessário destacarmos a perspectiva teórica na qual estamos fundamentados. Tal delineação se torna relevante devido ao surgimento, na contemporaneidade, de outras perspectivas igualmente significativas as quais diferem em certos aspectos umas das outras. Partindo desse pressuposto, abordaremos aqui a Análise de Discurso Materialista.

De acordo com os estudos de Pêcheux (1997, 2014, 2015), a Análise do Discurso é uma abordagem teórico-metodológica que emergiu no final da década de 1960 como uma resposta crítica às concepções estruturalistas e idealistas dominantes na análise linguística e na teoria social. Originada na França, esta corrente teórica é fortemente influenciada pelo pensamento marxista e pela teoria crítica, buscando refletir as relações de poder e as estruturas sociais presentes na produção discursiva.

A Análise do Discurso, inicialmente, concentrou-se nas críticas aos modelos estruturalistas de análise de linguagem, que muitas vezes desconsideravam a prática sócio-histórica e política em que os discursos são produzidos. Autores como Michel Pêcheux, dentre outros estudiosos do discurso, são figuras fundamentais nesse panorama, contribuindo para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o modo como algo que se diz é dito. A proposta de estudos elaborada por esses autores visa não apenas descrever os mecanismos linguísticos, mas também compreender as ideologias subjacentes e os processos de constituição de sentido.

Nesse sentido, a Análise do Discurso surge de uma ruptura com as Ciências Sociais, especialmente com a psicologia social, teorias que, na visão de Pêcheux (1997, 2014, 2015), não possuíam um *status* científico adequado, mas eram consideradas uma pré-ciência. Diante disso, Pêcheux propõe fornecer às ciências sociais um instrumento científico que pudesse tornar seus métodos também científicos.

Entre os estudos de Pêcheux (1997, 2014, 2015), um dos primeiros questionamentos está relacionado à concepção de que a língua é meramente um instrumento de comunicação utilizado para transmitir mensagens, com um caráter de transparência. É importante recordar que o estruturalismo estava em seu auge até meados da década de 1960, período em que a Linguística Estruturalista era considerada a ciência principal no quadro das ciências humanas, responsável por fornecer ferramentas para a análise da língua.

O estruturalismo, de acordo com Pêcheux (1997, 2014, 2015), foi uma corrente teórica predominante até meados da década de 1960, e caracterizava-se pela ênfase na estrutura e na busca por padrões subjacentes nas diversas manifestações culturais e linguísticas. Nessa perspectiva, a linguagem era frequentemente vista como um sistema autônomo, regido por regras fixas e universais, com uma ênfase na análise sincrônica. No entanto, a Análise do Discurso se opõe a essa visão ao destacar a dimensão histórica, social e ideológica da linguagem. Enquanto o estruturalismo tendia a considerar a linguagem como um sistema neutro e transparente, a Análise do Discurso argumenta que a linguagem é intrinsecamente ligada à ideologia e às relações de poder. Portanto, com base nos estudos de Pêcheux (1997, 2014, 2015), ao invés de buscar estruturas estáticas e universais, a teoria procura compreender como a linguagem é usada, em suas diferentes formas, para construir significados e representar o mundo de maneiras específicas em contextos sociais e históricos particulares.

Nas últimas décadas, a Análise do Discurso se expandiu e diversificou, influenciando campos como a comunicação, os estudos culturais e a sociologia. No Brasil, por exemplo, essa corrente teórica ganhou destaque a partir dos anos de 1980 com as contribuições de Eni Orlandi, dentre outros pesquisadores, que aplicaram seus princípios teóricos à análise de discursos políticos, midiáticos e institucionais. Nesse sentido, essa proposta de estudo representa não apenas uma abordagem metodológica, mas também um compromisso político e ético com a compreensão das práticas discursivas como espaços de luta simbólica e transformação social.

Nos próximos tópicos do trabalho, pretendemos esboçar como essa corrente teórica entende categorias centrais para a reflexão sobre os usos que fazemos da língua e da linguagem de modo geral.

2.1 A Análise do Discurso no âmbito dos estudos linguísticos

A Análise do Discurso consiste em uma proposta teórica do campo dos Estudos Linguísticos, dedicada a examinar a construção e disseminação de discursos em diversas práticas sociais. Essa abordagem visa investigar a maneira como as expressões são formuladas, os fatores que influenciam as condições de produção discursiva e as ideologias que se difundem por meio das ações verbais. A Análise do Discurso analisa discursos presentes em diferentes práticas sociais, materializados em textos verbais, não verbais e outras ações promovidas pelos sujeitos por meio da linguagem. Segundo essa perspectiva teórica, o indivíduo é interpelado a assumir uma posição sujeito por uma determinada ideologia. No eixo da Análise do Discurso, o sujeito é fragmentado, descentralizado e submetido a uma ideologia específica que atua em

seu inconsciente.

Conforme Pêcheux (2015), não somos apenas sujeitos pragmáticos, mas também sujeitos da linguagem, indicando que nossa relação com o mundo se estabelece por meio da linguagem. Dessa forma, as interações discursivas entre os sujeitos se desenvolvem por meio dela, o que nos conduz à reflexão de que a linguagem desempenha um papel fundamental na dinâmica da interação humana.

Todos os sujeitos que coexistem em sociedade detêm conhecimentos acerca dos elementos do mundo, sendo esses saberes mediados pela linguagem. Em decorrência disso, esses conhecimentos estão suscetíveis a equívocos e interpretações diversas, conforme argumentado por Pêcheux (2015). Nessa perspectiva, o sujeito exerce uma considerável influência na construção de sentidos durante a elaboração de um enunciado, ou de na atuação social por meio de diferentes formas de interação pela linguagem. Pêcheux (2015) sustenta que toda descrição está vulnerável às nuances da linguagem, e todo enunciado está passível de transformação, em virtude das condições de produção, interpretação, da própria materialidade discursiva e da historicidade que o permeia.

Ancorada nos estudos de Pêcheux, Orlandi (2020) busca trazer em seus estudos uma série de abordagens acerca da Análise do Discurso e dos elementos constitutivos da teoria mais importantes para essa corrente, tais como: sujeito, ideologia, linguagem, produção de sentido, dentre outros conceitos.

Ao se tratar da linguagem e de sua manifestação verbal por meio da língua, na perspectiva da Análise do Discurso, é primordial que se leve em consideração os processos e as condições de produção do discurso. Por meio da língua, os sujeitos produzem o dizer, e com isso é possível encontrar as regularidades dessa manifestação linguística em sua produção, e consequentemente relacioná-la à sua exterioridade. Conforme Orlandi (2020), a ideologia se manifesta na língua e nas ações discursivas promovidas em diferentes práticas sociais. Nesse sentido, entende-se que a materialidade da ideologia, então, é o discurso, e a materialidade do discurso é a língua. A esse respeito, Orlandi (2020) afirma que:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2020, p. 13).

Ou seja, segundo Orlandi (2020), na corrente teórica da Análise do Discurso, busca-se

compreender a língua enquanto construção de sentido, uma vez que a teoria não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua e suas diferentes maneiras de significar, considerando a produção de sentido.

Ainda nessa perspectiva, Orlandi (2020, p. 15), ancorada nos pressupostos de Pêcheux, nos traz que: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, ou seja, de acordo com Orlandi (2020, p. 15), “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Dessa forma, entendemos que, por meio do discurso, é possível compreender a relação entre língua e ideologia e entender como a língua produz sentido pelo sujeito e para o sujeito. A seguir serão discutidos os conceitos de discurso e ideologia.

2.2 Discurso e ideologia

Ao abordar a noção de discurso, Orlandi (2020) defende que, para a Análise do Discurso, tal noção não diz respeito apenas à transmissão de informações, e não há a separação entre os interlocutores e a mensagem, a autora afirma que eles realizam o processo de significação ao mesmo tempo. Nesse sentido, confirma-se que, no processo enunciativo e no funcionamento da língua, existe um processo de constituição do sujeito e de construção e produção de sentidos. Isso significa que o discurso não é simplesmente uma maneira de passar informações de um sujeito para o outro. O discurso é entendido como um processo em que os sujeitos estão envolvidos ativamente na construção de significados.

Orlandi (2020) ainda ressalta que não se deve confundir discurso com fala:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistematico, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (Orlandi, 2020, p. 20).

Nesse sentido, é possível entender que o discurso, pela perspectiva da Análise do Discurso, não pode ser compreendido como uma transmissão de informações. Segundo Orlandi (2020), a partir do exercício da linguagem, em que os sujeitos e os sentidos são influenciados pela língua e pela história, existe todo um processo de constituição social do ser e também das produções de sentidos, reafirmado que as práticas discursivas não se tratam apenas de transmissão de informações, mas de manifestações ideológicas. Orlandi (2020) afirma ainda que a linguagem só constrói sentido pelo fato de se inscrever na história. Nesse sentido, o

discurso pode ser entendido no eixo da Análise do Discurso como o efeito de sentidos entre os locutores.

Pêcheux (2014), em seus estudos, defende a relevância do discurso como um aparelho de luta ideológica. Para o autor, discurso não é apenas um meio de interação e de transmitir informações, mas também uma ferramenta de poder. O discurso se inscreve nas práticas sociais, que podem ser moldadas por relações de poder, estruturas sociais e ideologias. Pêcheux (2014) argumenta, sob uma análise das interações entre a língua e as estruturas sociais, enfatizando a influência da ideologia no processo de construção dos sentidos. O autor explora a utilização da língua como forma de disseminação de ideologias para estabelecer relações de poder.

O conceito de ideologia desempenha um papel essencial no que diz respeito aos estudos da Análise do Discurso, tendo em vista que a ideologia permeia o campo linguístico e discursivo, sendo ela capaz de moldar percepções. Pêcheux (2014) nos afirma que a ideologia pode se enraizar nas estruturas discursivas influenciando a interpretação da realidade. É possível compreender que as estruturas linguísticas podem refletir e reforçar as relações de poder e dominação presentes na sociedade. Nesse sentido, fica evidente que a língua também é um meio pelo qual as ideologias são transmitidas e mantidas.

Segundo Pêcheux (2014, p. 81), “a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, os processos ideológicos simulam processos científicos”. A ideia de que a língua é um espelho da realidade é contestada nos estudos do autor, que destaca a interdependência entre a língua e a prática social e política em que é empregada. Por meio de sua análise, ele demonstra como as palavras não refletem a realidade, mas a constroem.

Conforme afirma o autor:

Todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem o objeto da linguística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria “acidentalmente” os sistemas linguísticos (Pêcheux, 2014, p. 82).

De acordo com a perspectiva da Análise do Discurso trazida pelo autor, entende-se que a língua é inseparável da prática social, política e histórica em que é usada. Segundo Pêcheux (2014, p. 82), “a língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe”. A ideologia, então, não deve ser vista apenas como um conjunto de ideias, mas também como um sistema de significado que permeia a língua e as práticas

discursivas. Por meio do discurso, a ideologia é capaz de interpelar indivíduos enquanto sujeitos e seres sociais, ou seja, por meio dela o sujeito se constrói e é construído como um ser de discurso, e portanto, ideológico. Para dar continuidade à reflexão proposta, no próximo tópico, serão discutidos os conceitos de sujeito e ideologia.

2.3 Sujeito

Um elemento central nos estudos discursivos é o sujeito. Pêcheux (2014) questiona a noção de um sujeito linguístico neutro e autônomo, argumentando que este é construído por meio da interação com a linguagem e é influenciado pelas formações discursivas e ideológicas. O autor destaca, em seus estudos, como a identidade e a subjetividade são moldadas pelo discurso. Ele critica a visão tradicional do sujeito como um agente autônomo e racional, mostrando como esse ser social é construído no interior das formações discursivas. As formações discursiva, conforme será discutido no item 2.5, delimita o que pode e o que não pode ser dito em uma dada circunstância.

Pêcheux (2014) ainda discute que o sujeito não é um indivíduo isolado, mas é construído e influenciado pelas estruturas linguísticas e sociais. Nesse sentido, entende-se que o sujeito é uma posição ideológica assumida em uma dada prática discursiva, e essa posição é influenciada pela ideologia dominante, uma vez que as ideologias estão presentes no discurso, moldando nossa compreensão do mundo e mantendo as relações de poder existentes. A ideologia, para Pêcheux (2014), não é necessariamente consciente, podendo se manifestar de maneira subliminar por meio das palavras e estruturas discursivas presentes nas práticas sociais.

Orlandi (2020), em consonância com os estudos de Pêcheux, defende o ponto de vista de que o sujeito é moldado historicamente, ou seja, ele constrói significados ao longo da história e é, portanto, um produto da construção social. Nas palavras de Orlandi (2020, p. 46), o sujeito é influenciado pela língua e pela história, o que significa que “ele é materialmente dividido desde o seu nascimento: ele é sujeito de e é sujeito a. Ele está sujeito à língua e à história, uma vez que, para se constituir e produzir sentidos, ele é afetado por essas instâncias”. A diferença fundamental do sujeito na perspectiva da análise do discurso, de acordo com Orlandi (2020), reside no fato de que ele é interpelado pela ideologia.

Outra questão relevante para a Análise do Discurso é compreender a noção de ideologia. De acordo com Orlandi (2020, p. 44), “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. Nesse âmbito, podemos compreender o sujeito como ideológico que não possui controle acerca da ideologia em que ele se constitui, ou seja, ele é

um sujeito afetado pelo inconsciente, clivado e descentrado, e assim produz e reproduz dizeres, sem necessariamente se dar conta de que estes são referenciados por uma ideologia, ele deixa a condição de indivíduo ao ser interpelado em sujeito pela ideologia.

Pêcheux (2014) também empreende uma discussão acerca da concepção de “interdiscurso”. O autor assume a perspectiva de que há discursos que preexistem o dizer e ditam o modo como os sujeitos podem e devem se posicionar por meio da linguagem em uma dada prática discursiva. Os discursos encontram-se enraizados em já-ditos, já-construídos, que antecedem todas as práticas de linguagem. Ele destaca como os sujeitos são posicionados e construídos por meio do discurso, e como diferentes formações discursivas contribuem para a construção de identidades sociais.

Segundo Pêcheux (2014):

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas- experimentadas (Pêcheux, 2014, p. 149).

Dessa forma, é evidente a maneira como a ideologia funciona ao interpelar os indivíduos como sujeitos. Pêcheux (2014) destaca o papel das formações ideológicas e do interdiscurso nesse processo, sugerindo que a ideologia proporciona a cada sujeito sua própria “realidade”, baseada em um sistema de evidências e significados percebidos, aceitos e experimentados. Isso implica que a ideologia não apenas molda as visões individuais, mas também influencia profundamente a forma como as pessoas percebem o mundo ao seu redor.

Conforme Orlandi (2020, p. 45), “a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”. Orlandi (2020, p. 45) afirma ainda que “ideologia e inconsciente estão materialmente ligados”, e ao pensar na ideologia por essa concepção, devemos pensar na interpretação. “Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante” (Orlandi, 2020, p. 45).

A ideologia surge como resultado da relação indispensável do sujeito com a língua e a história, tornando possível a existência de sentido. É a ideologia que desencadeia a formação dos sujeitos, e o efeito ideológico pode ser compreendido como o processo de construção do sujeito, conforme apontado por Orlandi (2020). Além disso, Orlandi (2020) nos acrescenta que:

Pela interpelação do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem juntamente (Orlandi, 2020, p. 46).

Orlandi argumenta que o sujeito não é uma entidade autônoma e neutra, mas é moldado e constituído ideologicamente. A ideologia, então, desempenha um papel fundamental na formação da identidade do sujeito, influenciando suas crenças, valores e perspectivas. Orlandi (2020) discute que, os sujeitos são interpelados a uma ou mais ideologia em práticas discursivas específicas. Isso significa que a ideologia atua como um chamado que orienta o sujeito a se posicionar e a produzir e disseminar discursos de acordo com determinadas ideias e valores. Orlandi (2020) destaca que a ideologia se materializa na linguagem.

As crenças ideológicas, por exemplo, são incorporadas nos discursos por meio do uso da linguagem. Portanto, a linguagem é o meio pelo qual a ideologia é expressa e disseminada. A abordagem de Orlandi se encaixa na tradição da análise do discurso materialista, que busca compreender as relações de poder e as estruturas ideológicas presentes nos discursos. Ela enfatiza a importância de analisar como a ideologia é incorporada nos discursos e como isso afeta a construção de significados e a produção de sentido.

Nesse sentido, a ideologia aparece como efeito da relação do sujeito com a língua e com a história, para que o sentido exista. Para Orlandi (2020, p. 46), “é também a ideologia que faz com que haja sujeitos”. A ideologia desempenha um papel crucial na formação e na existência dos sujeitos, não sendo ela apenas uma série de ideias abstratas, mas algo concreto que molda a identidade e a subjetividade dos indivíduos.

No âmbito da análise discursiva proposta nos estudos de Pêcheux (2014) e, com base nas contribuições de Orlandi (2020), a construção do sujeito assumida neste estudo é moldada pelas formações ideológicas que atravessam o discurso, evidenciando como a identidade e subjetividade são construídas socialmente. Essa perspectiva é fundamental para compreender as representações femininas em “Fogo e Sangue”, em que as personagens não são construídas de forma neutra ou autônoma, mas posicionadas em manifestações discursivas e ideológicas que perpetuam determinadas visões de gênero. A obra, ao apresentar as personagens femininas, reflete as tensões ideológicas sobre a posição da mulher em uma sociedade patriarcal, revelando como suas identidades são moldadas por discursos históricos e sociais que, muitas vezes, as

limitam ou subjugam. Nesse sentido, a relação entre discurso, ideologia e sujeito permite analisar como as personagens femininas de “Fogo e Sangue” são não apenas representações literárias, mas também produtos de formações discursivas que reproduzem, ou questionam, as relações de poder associadas ao gênero.

No tópico a seguir, serão discutidas as noções de discurso e sua relação com as condições de produção, considerando que essas discussões são fundamentais para compreender as representações femininas e suas construções sociais e discursivas em práticas sociais.

2.4 Discurso, condições de produção e Aparelhos Ideológicos de Estado

É ressaltado por Orlandi (2020) que o discurso, na perspectiva da Análise do Discurso, não é visto como um ato de liberdade, ou totalmente sem condições linguísticas e determinações históricas. Dessa forma, é sob condições que se desenvolvem os processos discursivos. A língua é condição de possibilidade do discurso.

De acordo com Pêcheux (2014), as condições ideológicas de reprodução se referem a prática social e ideológica em que o discurso é produzido e como essa prática influencia na forma com que o discurso é reproduzido, propagado e perpassado pela ideologia. As condições ideológicas de reprodução do discurso dizem respeito ao processo pelo qual o discurso mantém e perpetua as ideologias dominantes da sociedade. Isso ocorre quando o discurso está alinhado às crenças, aos valores e às estruturas de poder existentes, reforçando assim as normas e a ordem social vigentes. O discurso reproduz ideologias dominantes ao naturalizar certas visões sociais, tornando-as aparentemente comuns e aceitáveis.

Courtine (2014), ao examinar as condições de produção do discurso, considera fatores como poder, ideologia, instituições sociais e normas culturais que afetam a maneira como as pessoas interagem e interpretam mensagens. Por exemplo, o discurso político pode ser moldado pelas agendas e interesses dos partidos políticos, enquanto o discurso religioso pode ser influenciado pela tradição e dogma religioso. Essa perspectiva permite uma análise mais profunda do discurso, pois reconhece que as palavras e os significados não são estáticos, mas são construídos e interpretados dentro de uma prática específica. Ao considerar as condições de produção, os analistas do discurso podem examinar não apenas o que está sendo dito, mas também quem está dizendo, para quem estão dizendo, em que situação e com que propósito.

O conceito de condições ideológicas está relacionado à ideia de que o discurso é um campo de luta ideológica em que diferentes forças sociais competem por influência. Por exemplo, os sujeitos de discurso podem conscientemente escolher reproduzir ou transformar

ideologias, dependendo de seus objetivos e posicionamentos políticos. Dessa forma, a análise do discurso busca identificar e analisar essas condições ideológicas, revelando como o discurso reflete e contribui para a disseminação de ideologias dominantes por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado e dos Aparelhos Repressivos de Estado.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado, segundo Pêcheux (2014), estão ligados à relação entre linguagem, discurso e ideologia, uma vez que esses aparelhos podem ser definidos como práticas sociais que desempenham papéis cruciais na disseminação e reprodução de ideologias na sociedade. Pêcheux (2014) reconhece que os Aparelhos Ideológicos de Estado são diversos e incluem instituições como a educação, religião, família, meios comunicativos, dentre outros. Cada um deles contribui para a reprodução das ideologias de forma específica. É válido ressaltar que essa ideia se estabeleceu a partir dos estudos de Althusser (1980).

De acordo com o autor,

O que distingue os AIE do aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia. (Althusser, 1980, p.46)

Em “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, Althusser (1980) propõe uma análise crítica das estruturas sociais, destacando como certas instituições desempenham o papel de Aparelhos Ideológicos, contribuindo para a reprodução das relações de poder na sociedade. O autor divide os aparelhos de estado em aparelhos repressivos e Aparelhos Ideológicos. Ele trata a escola, a igreja, a família e a mídia como entidades que exercem influência na formação das ideias e dos valores dos indivíduos, interpelando-os em sujeitos.

No âmbito da análise do discurso, a obra de Althusser (1980) defende que a língua é crucial na transmissão e reprodução ideológica. Ao examinar as condições de produção do discurso, é possível explorar como esses Aparelhos Ideológicos moldam as narrativas, promovendo determinadas perspectivas e suprimindo outras. As relações de poder subjacentes às estruturas sociais emergem na língua e em outras formas de linguagem, influenciando a maneira como as pessoas percebem a realidade, constroem significados e proferem dizeres.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) são instituições que desempenham um papel fundamental na reprodução das relações sociais de produção e, ao mesmo tempo, na reprodução das relações de poder. Althusser (1980) cita alguns AIE, incluindo a escola, a igreja, a família, os meios de comunicação, entre outros. Cada um desses aparelhos tem a função de propagar ideologias que sustentam as estruturas sociais existentes, garantindo a reprodução da ordem estabelecida.

Althusser (1980) contrasta esses (AIE) com os “Aparelhos Repressivos de Estado” (ARE), que são as instituições que mantêm a ordem social por meio da coerção física. Os ARE incluem instituições como a polícia, os tribunais e as prisões. Enquanto os AIE funcionam predominantemente por meio da disseminação de ideologias, os ARE atuam por meio do uso direto da força.

Althusser (1980) argumenta que os AIE desempenham um papel crucial na reprodução das relações sociais e na legitimação do poder, moldando as mentalidades e comportamentos das pessoas. Ele destaca a importância de compreender não apenas os mecanismos repressivos, mas também os processos ideológicos que perpetuam a dominação e a estrutura social existente. Essa abordagem contribui para uma análise mais abrangente das dinâmicas de poder em uma sociedade.

Já os ARE operam por meio do uso da violência, visando assegurar, em última instância, a perpetuação das relações de exploração no contexto do Estado capitalista. Além disso, desempenham o papel crucial de garantir as condições políticas necessárias para o funcionamento eficaz dos AIE. Estes últimos são responsáveis, por sua vez, pela maior parte da reprodução das relações de produção, encontrando proteção sob a égide do ARE. A manutenção de uma certa harmonia entre esses dois tipos de aparelhos ocorre por meio da disseminação da ideologia dominante, assegurando assim a proteção mútua entre eles.

Conforme Althusser (1980), na sociedade capitalista atual, o Aparelho Ideológico Escola emerge como o aparelho de Estado preponderante. O autor destaca que essa afirmação pode parecer paradoxal, pois, tradicionalmente, a classe dominante prefere ser reconhecida perante a sociedade (incluindo a própria classe dominada) como fortalecida, principalmente pelo aparato político, representado pelo sistema democrático parlamentar originado do sufrágio universal, que envolve a competição entre diversos partidos.

Na sociedade capitalista, todos os AIE convergem para um objetivo comum: a reprodução das relações de produção, isto é, a persistência das relações de exploração capitalistas. Cada aparelho desempenha essa função de maneira distinta. O aparelho político subjuga os indivíduos à ideologia política do Estado, muitas vezes rotulada como "democrática". Enquanto isso, o aparelho de informação, através de meios como jornais, televisão, rádio e, nos dias de hoje, as mídias sociais, submete os indivíduos a doses de moralismo, liberalismo e, no contexto brasileiro, uma parcela extra de cordialidade, entre outros elementos.

Todos esses aparelhos convergem para um propósito comum, a reprodução das relações de produção capitalistas, ou seja, a manutenção das relações de exploração em última instância. No entanto, a aparente harmonia de seus objetivos pode ser abalada por contradições com a

classe proletária e resquícios das antigas classes dominantes, resultando em frequentes conflitos nos AIE.

De acordo com Althusser (1980):

É através da aprendizagem de alguns saberes práticos (savoir-faire) envolvidos na inculcação massiva da ideologia da classe dominante, que são em grande parte reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados (Althusser, 1980, p. 66-67).

Ao abordar a ideologia, Althusser (1980) distingue dois tipos de ideologia: a Ideologia, com “I” maiúsculo, e as ideologias. Enquanto a primeira se refere à ideologia em geral, a segunda abrange o conjunto de ideologias particulares. As ideologias particulares, como as religiosas, morais e políticas, expressam, em suas particularidades, posições de classe. A ideologia em geral é definida pela ausência de posição relativa, não sendo moldada pelas mudanças históricas das ideologias particulares. Althusser (1980) destaca que a ideologia em geral não possui uma história, mas essa ausência de história não é puramente negativa; ao contrário, é uma prescrição de seu funcionamento e estrutura, tornando-a uma realidade não histórica.

A tese central de Althusser (1980) é que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Essa representação é imaginária, não correspondendo à realidade, mas os indivíduos vivem nas ideologias, muitas vezes chamadas de “concepções de mundo”, que, embora ilusórias, fazem alusão à realidade. Quando os homens se representam a si mesmos, eles o fazem de forma imaginária, criando uma ilusão que também faz alusão à realidade.

Althusser (1980) questiona por que os homens precisam desse salto imaginário, argumentando que a resposta mecânica seria culpar líderes, elites ou a classe dominante. No entanto, ele sugere que a resposta do jovem Marx é mais profunda, relacionando a alienação material dos homens à sua alienação em relação à realidade, especialmente quando as condições de existência envolvem trabalho alienado. O autor destaca uma correção importante: os homens não representam suas condições reais de existência por meio da ideologia, mas sim sua relação com essas condições.

Outro ponto trazido por Althusser (1980) é que a materialidade da ideologia é observada nos rituais, lugares e ações praticadas, definidos pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. A ideologia não funciona apenas como um conjunto de ideias, mas manifesta-se nas práticas cotidianas, nos gestos, nas palavras e nas interações que a sustentam.

Surge assim que o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, às quais (práticas) existem nos atos materiais de um sujeito agindo em consciência segunda a sua crença (Althusser, 1980, p. 90).

Para Althusser (1980), a ideologia tem o poder de interpelar os indivíduos concretos, transformando-os em sujeitos concretos por meio do funcionamento da categoria de sujeito. Esse processo é evidenciado pelo efeito ideológico elementar, como no reconhecimento e ritual do “olá” e aperto de mão. No exemplo citado, a interpelação ocorre durante o ato de reconhecimento e cumprimento, em que o sujeito reconhecido se entrega ao papel de sujeito.

Dessa forma, a ideologia desempenha um papel fundamental ao recrutar sujeitos concretos entre os indivíduos, uma vez que a evidência básica de ser sujeito é um efeito ideológico elementar. O processo de recrutamento ou transformação de indivíduos em sujeitos ocorre por meio da interpelação, exemplificada por Althusser na simples ação de interpelação feita pela polícia, como no chamado “Ei! você!”. Por exemplo, ao ser abordado na rua por policiais e responder ao chamado, virando-se para a viatura e reconhecendo que o chamado foi direcionado a ele, o indivíduo concreto se torna um sujeito. Esse reconhecimento como sujeito, que pode ser interpelado pela polícia, é prático, real e efetivo, não sendo apenas uma especulação.

A ideologia, enquanto parte constituinte do sujeito, não é um espaço no qual se pode permanecer fora. De fato, um dos efeitos da ideologia é negar seu próprio caráter ideológico, tentando se desvincular da identificação ideológica quando acusada, uma vez que aquele que aponta a presença da ideologia presume, inicialmente, que está fora dela. Isso quer dizer que “a ideologia não tem exterior (a ela), mas ao mesmo tempo é apenas exterior (para a ciência e para a realidade)” (Althusser, 1980, p. 101).

Conforme estabelecido pelo autor, a ideologia se perpetua nas relações sociais, indicando que sempre, desde tempos imemoriais, interpelou os indivíduos como sujeitos. Em outras palavras, os indivíduos são permanentemente sujeitos interpelados pela ideologia e perpetuamente mantêm uma condição de indivíduos abstratos em relação ao *status* de sujeito que sempre foram.

A interpelação ocorre em nome de um Sujeito Único e Absoluto. Esse Sujeito ao qual os sujeitos se submetem é simultaneamente fonte de segurança existencial, garantindo suas posições no presente e no futuro, e uma explicação plausível para o passado.

O indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto, para que aceite (livremente) a sua sujeição, portanto, para que “realize sozinho” os gestos e os atos da sua sujeição. Só existem sujeitos para e pela sua sujeição. É por isso que “andam” sozinhos (Althusser, 1980, p. 113).

Quando o sujeito é interpelado pela ideologia, ele identifica no Sujeito a que se submete a sua própria imagem. Em retorno, a ideologia interpela uma multiplicidade de indivíduos ao seu redor em uma relação especular dupla, sujeitando-os ao Sujeito.

Ao relacionar os Aparelhos Ideológicos de Estado com o discurso e a ideologia, é possível perceber que esses aparelhos usam o discurso para consolidar ideologias, já que os discursos disseminados por eles moldam a percepção dos sujeitos em relação às práticas sociais. Segundo Pêcheux (2014, p. 131), “as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações, são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado”.

É notório que os Aparelhos Ideológicos de Estado possuem papel fundamental na disseminação das ideologias e nas construções discursivas. Segundo Pêcheux (2014):

Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formação ideológica (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado) que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classes: “os objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira” de “servir deles”, ou seja, “os interesses de classe” (Pêcheux, 2014, p. 132).

Ainda segundo Pêcheux (2014, p. 133), “o aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado”.

Para Courtine (2014), as condições de produção referem-se ao conjunto de fatores sociais, históricos e ideológicos que influenciam a criação, circulação e recepção dos discursos em uma determinada sociedade. Ao evocar a noção de condições de produção do discurso, evidenciamos que, por trás dos processos discursivos, além da dimensão simbólica, há também uma dimensão histórica concreta, que é moldada pelas relações sociais por meio de uma determinada estrutura social. No âmbito dessa prática social, os sujeitos históricos elaboram suas expressões, desencadeando um processo de reconfiguração dos significados e, como defendido neste estudo, engendrando uma prática discursiva.

Ao considerar as condições de produção na análise do discurso, é essencial examinar como as instituições ideológicas moldam as práticas discursivas. Segundo Courtine (2014), o

poder simbólico dos Aparelhos de Estado está intrinsecamente ligado à capacidade de controlar as representações e os discursos que circulam na sociedade. Dessa forma, a compreensão das condições de produção permite gestos de interpretação das dinâmicas sociais subjacentes que permeiam o discurso, evidenciando as influências ideológicas que moldam a compreensão coletiva da realidade.

Segundo Orlandi (2020, p. 28), “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Podemos então, compreender que, para Orlandi (2020), o contexto imediato e o contexto amplo podem ser entendidos como os aspectos que envolvem a situação específica em que um discurso é produzido, como as características dos sujeitos, o local, o momento da produção, bem como os objetivos do discurso e as condições sociais.

No que diz respeito ao discurso como prática social, é possível refletir também sobre as condições de produção dele. Elas são moldadas pela história e pela prática social, política e cultural em que o discurso é produzido. A linguagem não é neutra e suas formas e usos são influenciados por fatores como a história, a ideologia e as práticas discursivas que se instauram no âmbito social.

Pêcheux (2014) reconhece que as condições de produção do discurso podem envolver contradições e lutas ideológicas em que diferentes grupos sociais podem competir pelo controle do discurso e pela imposição de suas ideologias. Como já mencionado, Pêcheux (2014) defende que o discurso se inscreve nas práticas sociais, e que nelas ocorre a materialização do discurso, moldada pelas relações de poder e pelas estruturas ideológicas presentes na sociedade. Portanto, as condições de produção do discurso estão enraizadas nas estruturas sociais mais amplas, que se referem aos sistemas e instituições que organizam a vida em sociedade e influenciam a disseminação dos discursos.

Alguns exemplos dessas estruturas são as classes sociais, as instituições políticas (governo, parlamento), os Aparelhos Ideológicos de Estado (escola, mídia, religião), as normas jurídicas, as tradições culturais e os sistemas de poder (como o patriarcado ou o capitalismo). Nesse sentido, o interdiscurso é uma parte fundamental das condições de produção do discurso, pois molda a forma como os significados são construídos. Ele consiste na rede de discursos anteriores que influenciam e são evocadas pelo discurso atual, proporcionando uma prática social e discursiva que dá sentido e orienta a interpretação.

Na perspectiva teórica proposta por Pêcheux (1997,2014,2015), a memória discursiva (o interdiscurso) refere-se ao acúmulo de enunciados e práticas discursivas que persistem e se

renovam ao longo do tempo, funcionando como um reservatório de sentidos que os discursos atuais podem acessar e ressignificar. No contexto de uma análise das representações femininas, o interdiscurso revela como certas imagens e narrativas sobre as mulheres são reproduzidas, desafiadas ou transformadas. Essa noção ajuda a identificar como discursos passados sobre gênero e feminilidade continuam a influenciar as construções atuais, permitindo uma análise das estruturas ideológicas que sustentam as representações de personagens femininas em uma determinada prática histórica e cultural. O conceito de interdiscurso é mais aprofundado nos próximos tópicos.

Dessa forma, segundo Courtine (2014), as condições de produção fornecem informações que ajudam os sujeitos a interpretar e compreender o discurso que permeia o dizer. Isso inclui os conhecimentos prévios, as práticas sociais, políticas e históricas em que o discurso foi produzido, bem como as motivações por trás dele. A análise das condições de produção colabora para identificar a influência das ideologias, dos interesses políticos e econômicos, das relações de poder e das normas culturais na construção do discurso.

Para Pêcheux (2014), a ideologia presente nas condições de produção afeta o discurso produzido. Por sua vez, o discurso também pode contribuir para a reprodução e a legitimação da ideologia. Isso ocorre porque o discurso é, por natureza, ideológico. Ou seja, toda prática discursiva envolve posicionamentos ideológicos.

Em síntese, Pêcheux (2014) argumenta que as condições de produção, o discurso e a ideologia estão interligadas. As condições de produção envolvem as formações imaginárias, os já-ditos (memória discursiva - interdiscurso) e a posição que cada sujeito ocupa numa dada prática social. Nesse sentido, os estudos de Althusser (1980) contribuíram para o desenvolvimento da Análise do Discurso Materialista ao refletirem sobre a ideia de que o Estado exerce seu controle sobre a sociedade não apenas por meio de suas instituições repressivas, como a polícia e as forças armadas, mas também por meio dos chamados “Aparelhos Ideológicos de Estado” (AIE).

Na análise do discurso, a relação entre sujeito, ideologia e formações discursivas visa compreender como os discursos são construídos, disseminados e internalizados na sociedade. O sujeito, para a Análise do Discurso, não é um “agente” neutro, mas está intrinsecamente ligado a sistemas ideológicos que moldam suas percepções, valores e posicionamentos. Essa ideologia é veiculada e reproduzida por meio das formações discursivas, que são conjuntos de práticas linguísticas e discursivas inseridas em contextos sociais, políticos e culturais específicos. As formações discursivas, que serão discutidas no tópico posterior, são permeadas

pela ideologia dominante, que opera de maneira invisível para legitimar certas visões de mundo, reforçar relações de poder e estabelecer normas sociais. O sujeito, ao interagir com essas formações discursivas, tanto reproduz quanto contesta a ideologia presente nelas, exercendo assim um papel ativo na produção e na reprodução do discurso ideológico.

As personagens femininas, ao serem interpeladas pela ideologia dominante, são sujeitadas a discursos que reforçam papéis de gênero pré-estabelecidos e limitadores, refletindo uma visão patriarcal de poder e submissão. Esse processo de interpelação cria uma “imagem especular” das mulheres em relação à sociedade, onde elas se veem e são vistas conforme expectativas ideológicas de comportamento e identidade. Ao mesmo tempo, essas personagens também têm o potencial de contestar as normas impostas, revelando as tensões entre a reprodução e a subversão das formações discursivas. Assim, a análise das personagens em “Fogo e Sangue” revela como a ideologia molda suas representações, reproduzindo relações de poder e estabelecendo normas sociais que as limitam, mas que também podem ser desafiadas por meio do discurso.

Para ampliar a discussão apresentada, no tópico a seguir serão abordadas as formações discursivas, conceito que vem sendo utilizado ao longo deste estudo e que fundamenta a construção discursiva.

2.5 As formações discursivas

O estudo das formações discursivas é um importante eixo deste trabalho, pois permite desvendar as camadas ideológicas que moldam as representações sociais das personagens femininas em “Fogo e Sangue”, articulando como os discursos sustentam e contestam as relações de poder, além de permitir uma reflexão de como determinados significados e representações são construídos, mantidos e desafiados ao longo do tempo.

As formações discursivas são conjuntos de discursos que compartilham certas regularidades e regras, moldando a forma como temas e sujeitos são abordados e entendidos dentro de uma prática específica. Ao analisar as representações femininas sob a ótica das formações discursivas, podemos identificar os padrões e estruturas que influenciam a construção das identidades de gênero, bem como as relações de poder e as ideologias que sustentam essas representações. Isso proporciona uma base teórica robusta para a análise crítica das personagens femininas, revelando como discursos diversos interagem e se transformam, e permitindo uma compreensão das dinâmicas sociais e culturais que permeiam o texto.

De acordo com Orlandi (2020), a noção de formação discursiva nos permite entender como os sentidos são construídos. Em outras palavras, o sentido não é algo intrínseco, mas sim definido pelos posicionamentos ideológicos que entram em jogo no momento em que as palavras são proferidas. Portanto, os sentidos podem ser modificados de acordo com as posições dos sujeitos que as utilizam. Conforme Orlandi (2020, p. 41) destaca: “as palavras não possuem sentido por si só, elas adquirem seus significados a partir das formações discursivas nas quais estão inseridas”.

Orlandi (2020) nos afirma que:

Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (Orlandi, 2020, p. 41).

A partir do entendimento da formação discursiva que regula os discursos, percebemos que um sujeito se forma por meio de uma interpelação, que ocorre de maneira ideológica quando ele se insere em uma formação discursiva específica. Isso resulta na interpelação e no assujeitamento do indivíduo como sujeito ideológico, determinando assim a posição que cada pessoa ocupa dentro de uma determinada estrutura social.

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por de inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (Orlandi, 2020, p. 51).

Uma das principais contribuições de Foucault (1970, 2020) para a Análise do Discurso é o conceito de "formação discursiva", que se refere a conjuntos de enunciados que compartilham certas regularidades e que são permeados por relações de poder e ideologia. Ele argumenta que a linguagem não é apenas um meio de transmitir informações objetivas, mas também é um campo onde se manifestam lutas ideológicas e relações de dominação.

As formações discursivas podem ser entendidas como conjuntos de práticas linguísticas que constroem determinados significados e sentidos no interior de uma prática histórica e social específica. Pêcheux (2014) demonstra como essas formações discursivas não são estáticas, mas sim produtos de lutas ideológicas e políticas em constante evolução. Ele enfatiza que a forma como enunciamos algo é determinada por essas formações discursivas, que por sua vez refletem as relações de poder e as estruturas sociais.

Pêcheux (2014, p. 147), trata as formações discursivas como “aquilo que, numa

formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Nesse sentido, é evidente a importância das formações discursivas dentro de uma formação ideológica específica. Pêcheux (2014) define as formações discursivas como aquilo que, em uma determinada formação ideológica e prática histórica, influencia e delimita o que pode e deve ser dito. Essas formações discursivas são moldadas pelas relações de poder em jogo, como as lutas de classes, e exercem um papel fundamental na produção e na circulação de significados dentro de uma sociedade. Essa perspectiva ressalta a estreita relação entre linguagem, ideologia e poder, demonstrando como as condições sociais e históricas moldam o discurso e influenciam os limites do que é considerado legítimo para ser expresso. Segundo o autor:

As palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes (Pêcheux, 2014, p. 147).

Segundo Orlandi (2020), o significado não possui uma existência intrínseca, mas, em vez disso, é moldado pelas posições ideológicas inseridas na prática sócio-histórica em que as palavras são geradas. Por meio da noção de formação discursiva, nos é permitido compreender o processo de construção de sentido e sua relação com a ideologia. Assim, é relevante destacar a importância de analisar como o discurso e as ideologias presentes nas formações discursivas impactam as representações imaginárias dos sujeitos, que contribuem para a compreensão de como o poder e a ideologia são reproduzidos e contestados por meio da linguagem e do discurso.

Pêcheux (2014) considera que a ideologia está presente em todas as práticas discursivas, e nesse sentido as formações discursivas são portadoras de ideologias, o que confirma que o discurso reflete e reproduz ideologias presentes na sociedade. Segundo o autor:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é construído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 2014, p. 150).

Pêcheux, ancorado nos estudos de Althusser, defende o ponto de vista de que o indivíduo é interpelado como sujeito de seu próprio discurso. Ele argumenta que essa interpelação ocorre

por meio da identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, ou seja, na qual ele é construído como sujeito. Essa identificação é essencial para a unidade imaginária do sujeito e se baseia no fato de que os elementos do interdiscurso, tanto pré-construídos quanto em processo de sustentação, que constituem os traços determinantes no discurso do sujeito, são reintegrados no discurso desse próprio sujeito. Isso sugere que a identidade do sujeito é moldada não apenas pelas suas próprias escolhas, mas também pelos discursos e sistemas de significado que o cercam, reforçando a influência da ideologia na construção da subjetividade.

Conforme postulado por Orlandi (2020, p. 41), “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito”. Segundo Orlandi (2020), o sentido do discurso é construído com base na formação discursiva na qual o sujeito se insere, determinando qual sentido é atribuído às palavras e não a outras possíveis de serem utilizadas. Isso ilustra que as palavras, por si só, não possuem significado intrínseco, mas derivam seus sentidos das formações discursivas nas quais estão inseridas. Essas formações discursivas, por sua vez, refletem as formações ideológicas no discurso.

Portanto, os sentidos são sempre moldados ideologicamente, não existindo sentido que seja desvinculado dessa prática ideológica. Todos os dizeres que proferimos e todas as ações que praticamos carregam, assim, traços ideológicos em relação a outros traços ideológicos. Essa característica não está enraizada na essência das palavras, mas na discursividade, ou seja, na forma como a ideologia produz seus efeitos e se materializa no discurso. Nesse sentido, é por meio das formações discursivas que compreendemos o funcionamento do discurso e seus diferentes sentidos. Uma palavra, por exemplo, pode promover diferentes sentidos, isto é determinado pelas formações discursivas em que ela se inscreve. Outro ponto a ser ressaltado é que o sujeito também se constitui por uma interpelação que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva, conforme postula Orlandi (2020).

Um dos principais pontos discutidos por Foucault (2012) baseia-se no fato de que o discurso não é apenas uma forma de expressão e de manifestação dos sujeitos, mas também uma forma de exercer poder, nos apresentando como instituições sociais utilizam o discurso como forma de regulamentação. Os modos de controle do discurso serão discutidos no tópico a seguir.

Foucault (2012) nos apresenta suas perspectivas relacionadas ao discurso e aos poderes que este carrega consigo, como por exemplo, o fato de que ele pode ser um mecanismo de controle, mas também de exclusão. Foucault (2012, p. 3) afirma que “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que conjuram seus

poderes e perigos”.

Nesse sentido, o autor defende o ponto de vista de que os processos de domínio e restrição do discurso ocorrem por meio de mecanismos de exclusão, sendo o interdito o mais evidente deles. O interdito diz respeito àquilo que estabelece o que não pode ser dito por qualquer pessoa em uma dada circunstância.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 2012, p. 9).

Outro princípio de exclusão se refere à separação/rejeição, que pode ser compreendida como a oposição da razão e da loucura. Foucault cita o exemplo da figura do louco que, desde a idade média, sempre teve seus discursos interditados, excluídos e rejeitados, já que o louco naquela época era o sujeito que não interagiu com aqueles que obedeciam às regras e rituais da sociedade para produzir um discurso organizado.

O terceiro princípio de exclusão abordado pelo autor é a vontade de verdade, o princípio a que Foucault mais dedica sua atenção. Esse princípio baseia-se na separação do que é verdadeiro e do que é falso. Trata-se de uma separação efêmera auxiliada pelos poderes institucionais cotidianos. O autor afirma que a vontade de verdade tende a exercer uma coercitividade sobre os discursos e que possui mecanismos de imposição daquilo que considera como verdadeiro. Nesse sentido, esse mecanismo classifica como inverdade tudo aquilo que não considera como conhecimento útil.

Foucault (2012) cita o exemplo da pedagogia, trabalho com livros, bibliotecas e laboratórios, como áreas que produzem discursos ambicionados à vontade de verdade, e que também distribuem esses discursos a fim de garantir a coerção em relação a outros posicionamentos discursivos. Nesse sentido, a vontade de verdade pode ser compreendida como a autorização da circulação do discurso na sociedade.

De acordo com Foucault (2012), não existe discurso que não seja incidido pelo poder, e cada um possui um objetivo específico. A produção discursiva envolve legitimidade e pode ser considerado discurso qualquer ato de expressividade. Nesse sentido, o discurso envolve funções como controle, poder e desejo. No que diz respeito ao desenvolvimento discursivo e à ideologia, a construção do discurso é um ato que enfrenta a interdição, a rejeição antes de ser executado.

Foucault (2012, p. 10) afirma que, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”.

Além dos mecanismos de exclusão do discurso citados acima, que são mecanismos externos, o autor aponta que o discurso possui mecanismos de controle próprio, que seriam os mecanismos internos, que funcionam como táticas classificativas. Dentro dos procedimentos externos, acontece a limitação do discurso, já os internos funcionam com o intuito de atenuar o discurso em si.

Dentro desses mecanismos internos, também há três princípios: princípio do comentário, do autor, e da disciplina. Segundo Foucault (2012, p. 25-26), “o comentário conjura o acaso do discurso, fazendo-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado”. O princípio do autor é complementar ao princípio do comentário, o autor é como um agrupador do discurso e tem foco em sua coerência ao produzir um determinado discurso.

Ainda segundo Foucault (2012), o comentário restringe a acessibilidade do discurso ao operar por meio de uma identidade caracterizada pela repetição e uniformidade. Por outro lado, o princípio do autor também limita esse acesso, mas por meio de uma identidade que se manifesta na individualidade e na singularidade. Ele destaca que a disciplina possibilita a construção discursiva, porém de maneira restrita. Ele argumenta que uma disciplina não equivale à totalidade do que é verdadeiro sobre um assunto, nem é o conjunto de tudo que pode ser aceito em relação a um dado, baseado em princípios de coerência ou sistematicidade.

Foucault (2012) também aborda outros procedimentos que determinam as condições de funcionamento do discurso e do seu sujeito. O ritual da palavra restringe o discurso ao estabelecer funcionalidades aos sujeitos, esse ritual determina quais as regras para a interação e comunicação, além de definir a competência daqueles que poderão adentrar na ordem do discurso ou no discurso da ordem. As sociedades do discurso conservam ou produzem o discurso, porém, para que ele circule, deve ser distribuído seguindo regras.

Os grupos doutrinários se baseiam em discursos comuns, a doutrina junta os indivíduos a certo tipo de enunciação, os proibindo de outros tipos. Segundo Foucault (2012, p. 43), “a doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam”. Para Foucault (2012, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Pêcheux (2014) nos traz os conceitos de “formações discursivas” e “formações

imaginárias” em seus estudos do discurso. As formações discursivas, abordadas pelo autor a partir dos estudos de Foucault, representam conjuntos complexos de regras, convenções e discursos que operam em um determinado contexto ou época, organizando e regulando a produção discursiva na sociedade. Para a Análise do Discurso, compreender essas formações é crucial, pois elas delineiam o que é considerado conhecimento legítimo em uma época, permitindo aos analistas identificar como o poder, a linguagem e as instituições influenciam o discurso.

As formações discursiva, na perspectiva assumida por Foucault (2020), dizem respeito ao fato de que nem tudo pode ser dito em qualquer circunstância. De acordo com o autor, o discurso é moldado por formações discursivas que definem o que é aceito como conhecimento legítimo em um dado momento histórico. As regras e normas presentes nelas estabelecem limites para o que é considerado válido e aceitável dentro de uma comunidade ou sociedade. Nesse sentido, entende-se que nem tudo pode ser dito por todos em quaisquer circunstâncias, ou seja, a sociedade controla o dizer e o dito.

No âmbito da Análise do Discurso, a exploração das formações discursivas e imaginárias auxilia na contextualização e interpretação dos significados dos discursos. Isso nos permite examinar não apenas palavras e frases, mas também estruturas e valores subjacentes que moldam o discurso. A análise das formações discursivas pode revelar como as relações de poder, as normas sociais e as instituições influenciam a produção e circulação do discurso, enquanto a análise das formações imaginárias fornece percepções sobre como o discurso afeta a construção de identidades, valores e crenças. Dessa forma, no próximo tópico serão discutidas as formações imaginárias e as relações de sentido.

Discutir as noções de formações imaginárias e relações de sentido é necessário para analisar as representações sociais femininas nas personagens do livro “Fogo e Sangue”. Em uma sociedade medieval e patriarcal, como a retratada na obra, as formações imaginárias moldam as percepções e expectativas sobre as representações de gênero. A construção dessas imagens e sentidos não só reflete, mas também reforça as normas e valores da época. Ao abordar as formações imaginárias, podemos entender como as personagens femininas são representadas, quais estereótipos são perpetuados ou subvertidos, e de que maneira essas representações dialogam com a prática social e discursiva do livro.

2.6 Relações de sentido e formações imaginárias

Conforme já mencionado, as condições de produção dos discursos atuam na constituição

deles. Nesse sentido, não existe discurso que não se relacione com outros discursos, conforme postula Orlandi:

Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (Orlandi, 2020, p. 37).

Outro aspecto destacado por Orlandi (2020), com base nos estudos de Pêcheux, é o mecanismo de antecipação, que se refere à habilidade inerente a todo sujeito de se colocar no lugar de seu interlocutor e prever as possíveis reações a suas palavras. Em outras palavras, o sujeito antecipa as percepções do interlocutor em relação aos sentidos gerados por seus dizeres. Esse mecanismo desempenha um papel crucial na regulação da argumentação, uma vez que o sujeito ajusta sua forma de falar para produzir um efeito de sentido específico no ouvinte, seja ele um oponente ou um aliado.

Os mecanismos mencionados anteriormente estão fundamentados nas chamadas formações imaginárias, uma vez que é por meio delas que o sujeito consegue realizar projeções. As projeções realizadas pelo sujeito por meio das formações imaginárias referem-se à maneira como ele se vê em relação aos outros e ao mundo ao seu redor, construindo sua identidade e posição social com base nos discursos que o interpela. Essas projeções envolvem a internalização de normas, valores e expectativas que moldam o comportamento e as crenças do sujeito, criando uma imagem idealizada de si mesmo conforme as regras impostas pela sociedade. Nas práticas sociais em que as personagens femininas são inseridas em “Fogo e Sangue”, essas projeções podem ser vistas nas formas como elas incorporam ou resistem às representações impostas aos gêneros estabelecidos, refletindo tanto os desejos de conformidade com a ordem social quanto os impulsos de ruptura com essas imposições.

Conforme Orlandi (2020, p. 39) esclarece, "ao considerar as relações de poder, os sentidos e a antecipação sob o prisma das formações imaginárias, diversas e variadas possibilidades emergem, dependendo de como a estrutura social está enraizada na história." Isso implica que a ideologia se manifesta no discurso, deixando sua marca, e o sujeito, enquanto sujeito discursivo, reproduz tais significados. Entretanto, Orlandi (2020, p. 50) ressalta que "nem os sujeitos nem os sentidos estão definitivamente moldados, completos, prontos para uso". Em outras palavras, ambos permanecem sujeitos a rupturas e alterações ao longo do tempo.

Segundo Orlandi (2020), as formações imaginárias se relacionam à capacidade do sujeito de se projetar no lugar do interlocutor e de antecipar as possíveis reações deste em relação aos

sentidos produzidos pelo discurso. Isso significa que o sujeito considera como seu discurso será percebido pelo outro e ajusta seu dizer com base nessas projeções. Na perspectiva da Análise do Discurso, as formações imaginárias dizem respeito às construções mentais, representações ou às imagens que os sujeitos constroem em suas mentes por meio da linguagem e que desempenham um papel importante na forma como eles compreendem o mundo e se relacionam com ele. Essas formações imaginárias não são simplesmente reflexos diretos da realidade, mas são moldadas e mediadas pela linguagem e pelas ideologias.

Pêcheux (2014) argumenta que as formações imaginárias são moldadas pelas formações discursivas, reforçando a relação entre as formações discursivas (estruturas sociais) e as formações imaginárias (representações individuais) na construção do sentido nos discursos e como esses elementos estão interligados na análise do discurso. Conforme as perspectivas trazidas por Pêcheux, é possível compreender, então, que o sujeito não é um indivíduo autônomo e transparente, mas sim um efeito das práticas discursivas e das formações ideológicas, ou seja, o sujeito é uma posição ideológica, assumida em uma dada prática discursiva, posição influenciada por ideologias dominantes.

De acordo com Lacan (1966, 1973, *apud* Pêcheux, 2014), a noção de formações imaginárias nos remete ao entendimento de que a linguagem desempenha um papel fundamental na construção da identidade do sujeito, uma vez que, por meio da linguagem, os sujeitos criam narrativas sobre si mesmos e sobre a prática social ao seu redor. Narrativas que são moldadas por ideologias e discursos dominantes. Nesse sentido, as formações imaginárias refletem estruturas ideológicas que permeiam a sociedade.

As formações imaginárias são fundamentais para compreendermos as relações de poder e os sentidos no discurso. Elas estão intrinsecamente ligadas à maneira como as hierarquias e as ideologias influenciam as práticas sociais. O sujeito, ao se projetar no interlocutor, também considera a relação de poder subjacente, adaptando seu discurso de acordo com essa dinâmica.

Quanto à legitimidade do sujeito, Foucault (2020) destaca que este é construído e influenciado pelas formações discursivas dominantes em uma sociedade. Para o autor, o sujeito não é uma entidade autônoma, mas sim um produto das relações de poder e das práticas discursivas que permeiam a prática social. Foucault aborda a importância das formações discursivas na definição do que pode ser dito e como isso influencia a construção da identidade do sujeito, destacando a dinâmica entre poder, conhecimento e discurso na sociedade. A identidade do sujeito é, portanto, moldada pelas condições históricas, estruturas de poder e discursos prevalentes em determinado momento.

De acordo com os estudos de Pêcheux (2014), as formações imaginárias, por sua vez,

referem-se a conjuntos de imagens, representações mentais e significados vinculados a um discurso específico. Elas representam as maneiras pelas quais as pessoas concebem e atribuem sentido ao mundo por meio do discurso. Dessa forma, elas influenciam a interpretação e a resposta das pessoas ao discurso, sendo essencial para entender como o discurso afeta as percepções e crenças individuais e coletivas.

No livro “Fogo e Sangue”, as relações de poder são evidentes na prática social retratada, que se passa em uma sociedade medieval e patriarcal. As personagens femininas frequentemente se encontram em posições de subordinação, com suas vozes e experiências sendo marginalizadas ou controladas por figuras de autoridade masculina. No campo da Análise do discurso, podemos analisar como os discursos dominantes na obra refletem e reforçam as estruturas de poder dessa sociedade. Por exemplo, podemos observar como as narrativas sobre realeza, linhagem e honra são usadas para legitimar a subordinação das mulheres, ao mesmo tempo em que algumas personagens femininas encontram maneiras de resistir e desafiar essas narrativas, reconfigurando suas posições dentro da prática social.

Orlandi (2020) destaca que as formações imaginárias abrem espaço para diversas e variadas possibilidades de interpretação e construção de sentidos. Dependendo de como a estrutura social está historicamente enraizada, as formações imaginárias podem gerar interpretações diversas do mesmo discurso. Orlandi (2020) reconhece que as formações imaginárias e, por extensão, os sentidos e os sujeitos discursivos não são estáticos ou permanentes. Eles estão sujeitos a rupturas e modificações ao longo do tempo, à medida que as condições sociais e históricas evoluem.

Ainda pensando nas formações imaginárias, também encontramos outro tópico essencial para o entendimento das relações discursivas que se inscrevem nas práticas sociais, o esquecimento. De acordo com Pêcheux, conforme citado por Orlandi (2020), podemos identificar duas formas de esquecimento no discurso. O primeiro tipo de esquecimento, também denominado esquecimento ideológico, é resultado da influência da ideologia. Nesse contexto, somos levados a acreditar erroneamente que somos a origem do que dizemos, quando, na verdade, apenas reiteramos sentidos preexistentes. Conforme Orlandi (2020, p. 33) esclarece, “embora os sentidos se concretizem em nós, eles são determinados pela nossa inscrição na língua e na história, não pela nossa vontade”.

O segundo tipo de esquecimento, como abordado por Orlandi (2020), está relacionado à enunciação. Quando proferimos um dizer, fazemos escolhas específicas em detrimento de outras, na esperança de que nossas palavras sejam interpretadas exatamente como desejamos. Nesse sentido, tentamos controlar a interpretação dos nossos interlocutores por meio da

linguagem. No entanto, essa tentativa de controle é apenas parcialmente consciente, uma vez que muitas vezes esquecemos que a forma como expressamos algo não é neutra e pode influenciar a interpretação do interlocutor. Portanto, o sujeito não detém controle absoluto sobre como suas palavras serão compreendidas pelos outros.

Orlandi (2020, p. 3) enfatiza que “quando nascemos, os discursos já estão em processo, e nós nos inserimos nesse processo”. Em outras palavras, nossos discursos não têm sua origem em nós, mas a língua e a história se materializam em nós, o que é fundamental para a existência de sujeitos e significados. De acordo com Orlandi (2020), o esquecimento desempenha um papel estruturante na formação de sujeitos e significados. Os sujeitos “esquecem” que o que dizem já foi dito, permitindo-lhes identificar-se com as palavras proferidas e, assim, constituírem-se como sujeitos. É dessa maneira que as palavras adquirem significado, ganham sentido em uma prática discursiva específica e se conectam a palavras já existentes.

Esses esquecimentos estão intrinsecamente ligados à construção da formação imaginária, pois o sujeito é capaz de imaginar uma projeção da imagem de seu interlocutor, enquanto o interlocutor realiza uma projeção de sua própria imagem. Além disso, o conceito de memória discursiva está estreitamente relacionado ao de formação discursiva, uma vez que é por meio da memória discursiva que toda formação discursiva se estabelece.

Outro conceito também apresentado pelos estudo do discurso de cunho materialista é o de “imaginário”, que auxilia na compreensão da produção de discursos. De acordo com Orlandi (2020, p. 38), “nas interações discursivas, são as imagens que moldam diferentes posições”. Isso ocorre no decorrer do discurso, quando um sujeito falante emite palavras a um interlocutor que ocupa uma posição específica na estrutura social. Essa posição é representada no discurso por meio das “formações imaginárias”, que são responsáveis por definir a imagem e a posição de cada sujeito durante a interação. Em outras palavras, o “imaginário” é a ferramenta pela qual se atribui a representação social de cada sujeito discursivo na sociedade.

Nesse sentido, entende-se que o imaginário e as formações discursivas são partes constitutivas do discurso, e isso contribui para o seu processo de significação. Por meio da Análise do Discurso, é possível atravessar o imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades, além de analisar o modo como os sentidos estão sendo produzidos, e, dessa forma, compreender o que está sendo dito. No próximo tópico, serão abordados os conceitos de sujeito e sua relação com a história, linguagem, memória e discurso.

2.7 Sujeito, história e linguagem

O sujeito é um entrelaçamento complexo de história, linguagem, memória e discurso. Na medida em que os indivíduos se constroem como sujeitos, eles são moldados pelas narrativas históricas que permeiam suas vidas, tanto no nível pessoal quanto no coletivo. A linguagem é um mecanismo pelo qual essas histórias são transmitidas e interpretadas, sendo o meio em que os sujeitos se expressam e se relacionam com o mundo ao seu redor. A memória, por sua vez, atua como uma teia que conecta o passado ao presente, influenciando as percepções e ações do sujeito.

Nesse sentido, o discurso, como manifestação da linguagem nas práticas sociais, é tanto reflexo quanto agente na construção dessas identidades e narrativas. Ele não apenas reflete as ideologias e estruturas de poder presentes na sociedade, mas também as reproduz e as contesta, desempenhando um papel crucial na produção e na negociação de significados. Assim, o sujeito é inseparável de sua inserção histórica, de sua linguagem, de sua memória e dos discursos que o cercam.

Segundo Orlandi (2020, p. 23), “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. A autora nos afirma ainda que “a Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real sentido” (Orlandi, 2020, p. 24). Com isso, a Análise do Discurso busca compreender como um objeto simbólico produz sentido e como ele é carregado de sentido para e por sujeitos.

Orlandi (2020) nos reafirma que os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas, mas sim efeitos de sentidos que são produzidos em condições específicas. Esses sentidos estão relacionados com o que é dito ali, e também em outros locais, bem como aquilo que não é dito.

Outro ponto trazido por Orlandi (2020) é a memória. Na perspectiva da Análise do Discurso, a memória é tratada como interdiscurso. Segundo a autora:

Este é definido como aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo que o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2020, p. 29).

A memória discursiva, que abrange a memória social atua na forma como os discursos são disseminados e interpretados. Por meio da memória discursiva, os sujeitos acessam

informações armazenadas sobre experiências passadas, conhecimentos adquiridos e interações anteriores. Essas memórias influenciam diretamente as escolhas linguísticas, os temas abordados e até mesmo as estratégias argumentativas empregadas durante a produção do discurso.

Entretanto, as condições de produção do discurso também exercem um impacto significativo na maneira como a memória discursiva é mobilizada. Fatores como a prática social, o público-alvo, o propósito interativo e até mesmo as normas culturais vigentes influenciam a seleção e a organização das informações provenientes da memória discursiva. Por exemplo, em situações formais, os discursos tendem a seguir padrões mais convencionais e a recorrer a memórias discursivas que estejam alinhadas com as expectativas da prática social.

Assim, a articulação entre memória discursiva e condições de produção do discurso revela a dinâmica complexa entre o passado e o presente na construção da interação humana. É por meio dessa interação que os sujeitos adaptam seus discursos de acordo com as demandas do momento, demonstrando a flexibilidade e a adaptabilidade da linguagem em diferentes práticas sociais. Orlandi (2020) afirma também que o dizer não é propriedade particular, ou seja, as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras.

Orlandi (2020) ressalta que os sentidos não são fixos nem universais, mas sim construídos socialmente e culturalmente. Os sentidos são moldados pela forma com que os sujeitos utilizam a linguagem em contextos específicos e, por sua vez, influenciam a construção dos discursos. Experiências e percepções, por exemplo, são influenciadas pelos sentidos que atribuímos às palavras e aos conceitos que utilizamos em nossas interações. Nesse sentido, os já-ditos e o interdiscurso desempenham um papel importante na formação dos discursos. Os já-ditos são como expressões e conceitos preexistentes que carregam sentidos estabelecidos anteriormente na sociedade. Quando incorporamos já-ditos em nossos discursos, estamos influenciando a construção de significados por meio de elementos já consolidados. A memória, então, desempenha um papel na retenção e evocação desses já-dito e do interdiscurso.

Ancorada nos estudos de Pêcheux, Orlandi (2020, p. 31) afirma que “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Dessa forma, para que nossas palavras façam sentido, é necessário que elas já façam sentido. Ainda de acordo com Orlandi (2020, p. 31), “isto é o efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras”. Dessa forma, entende-se que existe uma relação entre o já-dito e o que é dito, e isto é a relação que existe

entre o interdiscurso e o intradiscurso.

É também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória (Orlandi, 2020, p. 31).

Ao refletir sobre a memória, Orlandi (2020) destaca que esta desempenha um papel fundamental na construção dos discursos. Por meio da memória discursiva, os sujeitos acessam informações, experiências e conhecimentos anteriores que moldam a maneira como eles se significam e interpretam o mundo ao seu redor. Orlandi argumenta que a memória atua como um arquivo de sentidos, armazenando significados, interpretações e referências adquiridas ao longo do tempo. Quando disseminamos um discurso, muitas vezes recorremos a esse arquivo de sentidos para selecionar as palavras e os conceitos que melhor se adequam à situação ou ao tópico em questão.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (Orlandi, 2020, p. 29).

Dessa forma, a memória discursiva fundamenta os dizeres por meio de elementos preexistentes que estão prontamente acessíveis no ato de falar. Ao contrário do que se poderia supor, a memória não se caracteriza por uma homogeneidade estática, mas sim por um espaço dinâmico, marcado por divisões, desconexões, deslocamentos e ressurgimentos, além de conflitos de regulação (Achard *et al.*, 1999).

As contribuições de Orlandi também destacam a relação entre memória e ideologia. Nossas memórias são influenciadas por discursos sociais, políticos, culturais e históricos que permeiam nossa sociedade. Portanto, a memória é um espaço onde ideologias podem ser reproduzidas e contestadas. A memória discursiva contém já-ditos e representações culturais que moldam nossos discursos e visões de mundo.

Não podemos também esquecer do conceito de assujeitamento. De acordo com os

estudos de Pêcheux (2014), o assujeitamento pode ser entendido como processo pelo qual o sujeito é constituído e subjetivado por meio do discurso. Pêcheux argumenta que o sujeito é “assujeitado” pela ideologia e pelas estruturas discursivas da sociedade. O assujeitamento implica que a forma como uma pessoa se vê e se posiciona no mundo é moldada e influenciada pelo discurso e pelas estruturas ideológicas dominantes. Esse conceito está intrinsecamente ligado à maneira como a linguagem e o discurso desempenham um papel na construção da identidade e das posições que os sujeitos ocupam em relação a diferentes questões sociais, políticas e culturais.

Conforme dito anteriormente, a noção de sujeito, segundo Pêcheux (2014), não é uma entidade preexistente com uma identidade fixa, mas sim constituído pelo discurso. A constituição do sujeito está relacionada às ideologias sociais, sendo o discurso um dos principais veículos de reprodução de ideologias.

O assujeitamento ideológico envolve a internalização das ideologias dominantes, o que leva os sujeitos a assumirem posições subjetivas específicas em relação a questões sociais, políticas ou culturais. O assujeitamento ideológico também pode estar relacionado ao poder e ao controle social, uma vez que o discurso possui capacidade de interferir na forma com que os sujeitos se posicionam na sociedade. Isso implica uma visão crítica do discurso como ferramenta que perpetua estruturas de poder e influencia a forma com que os sujeitos se posicionam socialmente.

Nesse sentido, voltamos ao ponto da relação entre sujeito, ideologia e discurso. Uma vez, enquanto sujeitos, somos interpelados por uma dada ideologia. Entendendo a relação do papel da memória como condição de produção de discurso, compreendemos sua importância nos processos de construção de sentido e de disseminação do discurso.

O próximo capítulo é dedicado às reflexões propostas por diferentes autoras acerca do gênero feminino uma vez que o objetivo central deste estudo é analisar representações femininas, bem como suas construções sociais e discursivas.

3 REFLEXÕES SOBRE O GÊNERO FEMININO, IDENTIDADE, PODER E LIBERDADE

Conforme dito anteriormente, este estudo encontra-se centrado nas representações femininas em uma obra específica, mas, antes de adentrarmos no universo ficcional, é preciso refletirmos sobre a representação social da mulher em diferentes momentos da história da humanidade. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a luta feminina por equidade transcende meramente a busca por igualdade de gênero. Essa luta envolve uma complexa desconstrução de paradigmas perpetuados na sociedade ao longo de séculos. Desde os séculos passados, as mulheres têm sido subjugadas a representações sociais restritivas, muitas vezes consideradas inferiores aos homens. No entanto, essa percepção não é uma inevitabilidade, mas sim um produto de construções sociais e históricas que moldaram a visão sobre o feminino.

Neste capítulo, utilizamos como aparato teórico as contribuições de estudiosas que abordam questões relacionadas à mulher. Entre elas, destacam-se Judith Butler (2018), Guacira Louro (1997,2002), Celi Regina Jardim Pinto (2003), Simone de Beauvoir (1967,1970), Michele Perrot (2005), Conceição Nogueira (2001) e Walkyria Wetter Bernardes (2009). Suas obras proporcionam uma base sólida para a análise das lutas e reivindicações femininas ao longo da história.

A história é repleta de evidências que ilustram a subordinação das mulheres e a luta constante delas por emancipação. Em civilizações antigas, como a grega e a romana, as mulheres eram frequentemente relegadas a papéis domésticos e tinham pouco ou nenhum acesso à educação e à participação política. Na Europa medieval, o pensamento religioso predominante consolidou ainda mais a inferioridade feminina, justificando-a como uma ordem divina. O direito à propriedade, à educação e até mesmo à própria voz era frequentemente negado às mulheres.

Segundo Pinto (2003), desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, é possível identificar mulheres que, de maneira mais ou menos organizada, lutaram pelo direito à cidadania e por uma existência legal fora do lar, onde eram reconhecidas apenas como esposas e mães. Fora do ambiente doméstico, restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria.

Esses paradigmas persistiram ao longo dos séculos e foram reforçados por diversas instituições, desde o sistema legal até as normas culturais. A Revolução Industrial, por exemplo, embora tenha aberto novas oportunidades de trabalho para as mulheres, também as confinou a empregos mal remunerados, perpetuando a ideia de que o lugar delas era estritamente dentro do lar. Segundo Louro:

É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação (Louro, 1997, p.17)

No entanto, a história também é marcada por vozes corajosas que desafiaram essas estruturas opressivas. Desde as sufragistas que lutaram pelo direito ao voto até as líderes dos movimentos feministas contemporâneos, as mulheres têm lutado incansavelmente por equidade. Mulheres que desafiaram normas, enfrentaram discriminação e se recusaram a serem definidas pelos papéis que a sociedade lhes impôs. Segundo Pinto:

No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Esta luta esteve definitivamente associada ao nome de Bertha Luz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher (Pinto, 2003, p. 13).

Pinto (2003) afirma que, ao longo dos diversos períodos históricos, as configurações sociais se manifestaram de maneiras complexas e diversas. Assim, a compreensão contemporânea da história das relações de gênero geralmente aponta para o surgimento das disparidades entre homens e mulheres como fator determinante na estruturação social. O enaltecimento do masculino contribuiu para solidificar a visão da mulher como uma posse, o que levou o homem a ser considerado o senhor da mulher.

A noção de patriarcado pode ser interpretada como um fenômeno social em que o feminino é subjugado ao masculino, resultando em uma valorização do homem em detrimento da mulher, não apenas dentro da esfera familiar, mas também em toda a sociedade e, por conseguinte, na definição da representação social atribuída a cada um desses sujeitos. Segundo Louro (1997), as desigualdades de gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. Nas próximas páginas deste trabalho, serão discutidas as questões de gêneros e suas desconstruções, bem como a necessidade da emancipação feminina ainda no contexto atual.

3.1 Desconstruindo normas de gênero com Beauvoir

“O Segundo Sexo” é uma obra da filósofa existencialista Simone de Beauvoir, lançada

em 1949. Neste livro, Beauvoir (1970) desafia as concepções tradicionais sobre o que é ser mulher, argumentando que esta não é uma entidade biologicamente determinada, mas sim uma construção social moldada por sistemas de opressão e estereótipos de gênero. A autora explora diversas esferas da vida feminina, desde a infância até a vida adulta, expondo as múltiplas formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres, incluindo restrições educacionais, limitações profissionais, opressão sexual e o papel imposto pela maternidade. Sua análise destaca a necessidade de uma libertação feminina e desafia as expectativas sociais convencionais sobre o que significa ser uma mulher em uma sociedade patriarcal.

Beauvoir (1970) aborda a questão da emancipação feminina como um assunto já exaustivamente discutido pelas próprias mulheres. Ela destaca a necessidade de superar os mitos do feminino, da essência humana e os estereótipos comuns que destacam as diferenças físicas entre os sexos. Dessa forma, para que as mulheres possam se libertar das restrições impostas pela sociedade, é crucial transcender alguns conceitos ainda presentes na sociedade. Beauvoir reconhece as diferenças biológicas entre homens e mulheres como evidentes, mas as considera como “polos” de uma mesma realidade:

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino vir o sentido geral do vocábulo homo. (...) A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. (...) Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (Beauvoir, 1970, p. 15 – 17).

Neste trecho, Beauvoir analisa a relação entre os sexos, destacando como historicamente a humanidade tem sido definida pelo masculino. Argumentando que a linguagem e a própria estrutura da sociedade refletem essa assimilação do masculino como o padrão universal, com o homem representando tanto o positivo quanto o neutro, Beauvoir aponta para a tendência de usar o termo “homens” para se referir à humanidade, mostrando como a identidade masculina se sobrepõe e obscurece a feminina.

A autora ressalta que, sob essa perspectiva, a mulher é definida em relação ao homem não como um ser autônomo, mas como um ser subordinado, cuja identidade e valor são determinados pela visão masculina. A mulher é vista como sexo em relação ao homem,

enquanto este é considerado o absoluto, o sujeito central da narrativa humana. Essa dinâmica coloca a mulher na posição de “O Outro”, uma categoria definida em relação ao masculino, o que implica uma subordinação fundamental e uma falta de autonomia.

As noções essencialistas sobre o feminino são desconstruídas por Beauvoir em suas reflexões sobre a relação homem/mulher. A autora argumenta que a mulher não é uma entidade biologicamente determinada, mas sim uma construção social. Ela examina como as normas sociais, tradições culturais e instituições políticas contribuem para a subjugação das mulheres, limitando suas oportunidades e reforçando estereótipos de gênero prejudiciais.

Beauvoir (1970) aborda a definição de gênero e sua estreita ligação com o sexo, além de questionar a construção do conceito de “ser mulher”, que é definido principalmente em relação ao “ser homem”, ou seja, cada um se define em relação ao outro. Isso ocorre porque a percepção do outro é essencial para o processo de conhecimento e categorização, elementos fundamentais tanto na cultura quanto na consciência humana. De acordo com a autor, nas sociedades mais antigas, ainda envoltas em controvérsias antropológicas, a mulher era predominantemente associada à maternidade. Suas principais responsabilidades estavam centradas no cuidado dos filhos e nas tarefas domésticas, devido às suas características biológicas específicas, como o ciclo menstrual e a gravidez. Isso limitava sua participação em atividades que demandavam esforço físico, como caça, pesca e colheita, já que, ao contrário dos animais, as mulheres não tinham períodos de esterilidade, o que resultava em uma maior quantidade de filhos.

Nesse contexto, cabia ao homem garantir a reprodução e a sustentação da comunidade, desempenhando um papel crucial na continuidade da espécie. A ausência desse papel masculino tornaria impossível para a mulher cumprir sua função de dar à luz e cuidar das crianças. No entanto, apesar da importância da maternidade, Beauvoir (1970) afirma que, para a sobrevivência da espécie humana, a mulher não era valorizada, uma vez que a humanidade não buscava apenas a preservação, mas também a elevação.

A valorização do homem, por sua vez, derivava do seu esforço físico e disposição para arriscar a vida em prol da comunidade, como na proteção desta. Dessa forma, na sociedade humana, a superioridade era atribuída àquele que tinha capacidade de matar, em vez daquele que gerava vida. Os valores estabelecidos pelos homens acabaram transcendendo, mantendo as prerrogativas masculinas e criando um campo de domínio no qual as mulheres eram relegadas.

Ao longo das páginas de “O Segundo Sexo”, Beauvoir (1970) desenvolve uma teoria intitulada como “Outra”, em que a autora discute como as mulheres são frequentemente definidas como “o outro” em relação ao homem, subjugadas a uma posição de alteridade

que as mantêm em um estado de subordinação, impedindo-as de alcançar plena autonomia e igualdade na sociedade. A autoa explora as razões por trás da subjugação da mulher pelo homem. Nesta perspectiva, a filósofa se guia pelos preceitos do existencialismo, em que o sujeito surge em um mundo repleto de possibilidades de existência, mas tais potencialidades, denominadas por Beauvoir como "querer ser", são negadas à mulher. "A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo" (Beauvoir, 1970, p. 12).

Isso ocorre porque a plena consciência de existir no mundo requer liberdade, que por sua vez pressupõe autonomia. Beauvoir (1970) conclui que, ao longo da história da humanidade, a liberdade e as oportunidades de autodeterminação foram negadas à mulher. Consequentemente, ela nunca pôde alcançar a verdadeira emancipação, que lhe permitiria ser protagonista de sua própria existência, ao invés de ser objeto de uma existência alheia. Assim, a mulher permaneceu na condição de "Outro", como um objeto em vez de sujeito.

A ética existencialista, na qual Beauvoir (1970) se apoia, sugere que o sujeito alcança a verdadeira liberdade quando se torna plenamente consciente de si mesmo e, nessa consciência, busca transcender a existência que lhe foi imposta. A autora delineia dois caminhos de existência que os seres humanos podem seguir: a transcendência e a imanência. A transcendência ocorre quando o sujeito vai além de sua condição original, projetando para fora de si todos os seus anseios por libertação. Esse papel é desempenhado pelo homem, pois o mundo o reconhece como ser livre. Por outro lado, a imanência é a permanência nesse estado original, uma estagnação existencial que deteriora a própria essência da existência. Esse é o destino da mulher, pois ao se descobrir como ser no mundo, percebe-se inserida em uma realidade dominada pelo masculino, onde lhe é atribuído o papel de "Outro".

Todo sujeito coloca-se concretamente através de projetos como uma transcendência; só alcança sua liberdade pela sua constante superação em vista de outras liberdades; não há outra justificação da existência presente senão sua expansão para um futuro indefinidamente aberto. Cada vez que a transcendência cai na imanência, há a degradação da existência 'em si', da liberdade em facticidade; essa queda é uma falha moral (Beauvoir, 1970, p. 26).

A ideia de que a mulher é frequentemente relegada a uma posição de imanência, na qual sua liberdade é limitada e sua existência é definida em relação ao homem, é fundamental para entendermos essa conexão. Nesse sentido, a autora argumenta que, historicamente, as mulheres foram subjugadas e colocadas em papéis secundários em relação aos homens, o que as impediu de alcançar plenamente sua transcendência. Elas foram socializadas para se conformarem com papéis predeterminados, muitas vezes limitados a funções domésticas e de cuidado, ao invés de

serem incentivadas a buscar suas próprias aspirações e projetos pessoais. Isso as coloca em uma posição de imanência, em que suas possibilidades de desenvolvimento e liberdade são restringidas.

Dito isso, apesar de a obra de Beauvoir ter sido lançada no ano de 1949, os estudos trazidos pela autora ainda nos permitem reflexões que dialogam com a atual prática social em que vivemos. Percebemos que a falta de oportunidades para as mulheres se projetarem para um futuro aberto e em constante expansão representa uma falha moral dentro da estrutura social. A negação da liberdade das mulheres, ao limitá-las à imanência, resulta em uma degradação de sua existência, transformando-as em seres cujas potencialidades são subutilizadas e cujas vidas são reduzidas à facticidade.

Segundo Beauvoir (1970), o homem, ao buscar elevar sua própria existência e transcendê-la, assumiu o papel da totalidade. Ao subordinar a mulher ao papel do “Outro”¹ na sociedade, ele a transformou em “o outro”, restringindo-a a seu corpo e a seus aspectos biológicos. Dessa forma, ela se tornou objeto de desejo masculino, destinada a uma vida circunscrita pela imanência. “O drama da mulher é esse conflito entre reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial” (Beauvoir, 1970, p. 26)

É válido, então, destacar a dinâmica de poder subjacente à relação entre homens e mulheres na sociedade. Beauvoir (1970) ressalta o conflito central enfrentado pela mulher: por um lado, ela busca afirmar sua própria essência, sua individualidade e sua autonomia, como todo sujeito faz; por outro lado, é constantemente confrontada com as exigências de uma sociedade que a define como “inessencial”, como secundária em relação ao homem. Esse conflito reflete a luta contínua das mulheres, que ainda segue até os dias atuais, para superar as restrições impostas pelo patriarcado e reivindicar seu lugar como sujeitos plenos de direitos e dignidade.

Desde que o sujeito busque afirmar-se, o Outro, que o limita e nega, é lhe, entretanto necessário: ele só se atinge através dessa realidade que ele não é. Por isso, a vida do homem nunca é plenitude e repouso, ela é carência e movimento, é luta [...] toda consciência aspira a colocar-se como sujeito soberano. Toda consciência tenta realizar-se reduzindo a outra à escravidão

¹ Refere-se a uma alteridade mais profunda e estruturante, especialmente no contexto das relações de poder e identidade. Em “O Segundo Sexo”, Beauvoir utiliza “Outro” para descrever a posição das mulheres na sociedade patriarcal. Segundo ela, a mulher é o “Outro” em relação ao homem, que é considerado o sujeito ou o padrão universal. Este “Outro” é uma construção social e cultural que define a mulher como diferente, inferior e subordinada ao homem. É uma posição de alteridade que não é apenas diferente, mas também hierárquica e opressiva.

(Beauvoir, 1970, p. 199).

Segundo Beauvoir (1970), o reconhecimento do homem em relação à mulher como semelhante nunca ocorreu devido à percepção de diferenças nos modos de pensar e agir, mantendo a mulher numa posição de alteridade e submissão à vontade masculina. Como resultado, as mulheres nunca desfrutaram de uma relação autônoma e direta com os homens, frequentemente atuando como intermediárias para os direitos deles por meio de instituições sociais como o casamento. A autora argumenta que as características biológicas favoreceram a afirmação da soberania masculina, um privilégio que persiste apesar de alienar sua existência tanto da Natureza quanto da mulher.

De acordo com a autora, ao longo da história, observamos a construção dos papéis e experiências de homens e mulheres na sociedade. Desde o passado, o homem é estabelecido como dominador, enquanto a mulher é vista como um “Outro” derivado dele e para ele. Um exemplo dessa visão é encontrado na narrativa do Gênesis, onde a mulher é criada a partir da costela do homem para ser sua companheira e aliviar sua solidão. Isso perpetua a ideia de que a mulher é dispensável na sociedade e não requer reciprocidade em relação ao homem, sendo relegada aos papéis de mãe, amante e cuidadora do lar, sempre atendendo às demandas masculinas numa posição de submissão.

Portanto, a observação de Beauvoir lança luz sobre as complexidades da condição feminina, destacando a tensão entre a busca pela própria identidade e as limitações impostas por uma estrutura social que tenta perpetuar a subordinação das mulheres. Essa reflexão é fundamental para compreendermos os desafios enfrentados pelas mulheres na luta pela igualdade de gênero e pela realização de suas aspirações individuais e coletivas. Diante disso, para contribuir para a discussão, são trazidas reflexões sobre a identidade feminina e a busca pela emancipação.

3.2 Explorando a dialética do “segundo sexo”: reflexões sobre identidade e emancipação feminina

Conforme pontuado por Beauvoir em seu segundo volume de “O segundo sexo”, (1969), durante a infância, as meninas são socializadas para adotar comportamentos considerados adequados ao seu gênero. Elas são ensinadas a se envolver em atividades domésticas e a se tornarem cada vez mais reservadas e “respeitáveis”, conforme os padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal. Nesse processo, as meninas acabam sendo moldadas para se enquadrarem

em uma ideia de feminilidade que as coloca em uma posição subordinada em relação aos homens. É nesse contexto que Beauvoir faz uma declaração que pode ser considerada polêmica e muitas vezes mal compreendida quando interpretada fora do contexto filosófico.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (Beauvoir, 1969, p. 361).

Neste trecho, Beauvoir destaca a construção social da identidade feminina, desafiando a ideia de que a feminilidade é determinada pelo destino biológico ou por características intrínsecas. A autora argumenta que não há um destino pré-determinado para as mulheres, nem limitações impostas pela biologia, psicologia ou condições econômicas que determinem como elas devem ser na sociedade. Beauvoir (1967) pontua que é a civilização, o conjunto de normas, valores e expectativas sociais, que molda e define o que é considerado feminino.

Ela defende que a feminilidade é um produto intermediário entre a masculinidade e a castração simbólica, construído e perpetuado pela prática cultural e histórica. Além disso, Beauvoir ressalta o papel da mediação social na formação da identidade individual, argumentando que é por meio das interações com os outros que um indivíduo é constituído como “o Outro”. Isso implica que a identidade feminina não é uma característica inerente ao gênero, mas sim um papel atribuído e mantido pela sociedade, conforme já mencionado acima.

A autora também reforça que há uma diferenciação no tratamento de gênero durante o desenvolvimento infantil. Inicialmente, ambos os sexos são tratados de forma igualitária, com os mesmos desejos e medos infantis. No entanto, ao longo do tempo, surge uma disparidade no modo como meninos e meninas são tratados. Enquanto se espera que os meninos demonstrem maturidade desde cedo e controlem suas birras e emoções, para as meninas essa expectativa persiste e até se prolonga. Embora inicialmente possa parecer um privilégio, no futuro isso se torna um fardo, impedindo o desenvolvimento da autonomia e autoconfiança, e condenando-as a existir apenas por meio da perspectiva do outro.

Os meninos, segundo Beauvoir (1967), são ensinados desde cedo sobre autoridade e são criados para assumir o papel de líder na família e nos negócios. Isso requer que eles suprimam emoções e comportamentos considerados “femininos”, como chorar ou demonstrar afeto. Por outro lado, as meninas são encorajadas a serem carinhosas, afetuosas e habilidosas, visando tornarem-se mulheres respeitáveis e atraentes. Elas são ensinadas que sua principal contribuição está em sua beleza e castidade, sendo orientadas a obedecer a ordens como “não discutir” e

“comportar-se como uma mocinha”.

No primeiro volume da obra “O segundo sexo”, foi amplamente demonstrado em várias áreas do conhecimento que a mera posse de um útero não é suficiente para ser considerada mulher na sociedade. Em resposta à questão “o que é ser mulher?”, a autora enfatiza que não é apenas uma questão de nascimento com características anatômicas específicas, como vagina e útero. Ser mulher implica em conformar-se e praticar os diversos tabus e mitos que cercam a feminilidade, como ser serena, adornar-se e assumir responsabilidades domésticas, entre outros estereótipos que perpetuam a ideia do feminino eterno.

Ao retomar o volume 1, Beauvoir desmistifica o argumento biológico que sustenta a inferioridade feminina. No volume 2, é evidente que, além dos impactos dos argumentos biológicos, os conhecimentos transmitidos pela cultura e as relações sociais também contribuem para o mito da inferioridade feminina, influenciando a subjetividade e a interação entre homens e mulheres.

Dessa forma, Beauvoir (1969) argumenta que não existe uma condição ontológica de nascer mulher. Em vez disso, há indivíduos que nascem com o sexo feminino e adquirem, ao longo da socialização familiar e cultural, as características que os identificam como “mulheres”. Ela ilustra esse ponto com exemplos de mulheres que rejeitam os padrões tradicionais de feminilidade, como o uso de vestimentas consideradas femininas, e por isso são frequentemente marginalizadas pela sociedade. Este ponto pode ser relacionado com os estudos trazidos por Louro (1997):

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar. Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (Louro, 1997, p. 24).

A sociedade, de um modo geral, tem contribuído para a definição e a perpetuação das representações do que é considerado feminino e masculino. Michele Perrot (2005), em sua obra “As mulheres ou os silêncios da história”, defende que as mulheres têm sido relegadas a uma posição secundária, sendo representadas como uma “leve sombra” no teatro da memória. Esta subvalorização do gênero feminino é uma característica persistente ao longo da história, desde tempos antigos até os dias atuais. “As mulheres frequentemente apagam de si mesmas as marcas tênues de seus passos neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem” (Perrot, 2005, p. 37).

Nesse sentido, observamos uma análise perspicaz sobre a maneira como as mulheres muitas vezes se subjugam e apagam sua própria existência em conformidade com as expectativas sociais. A autora destaca como as mulheres são levadas a minimizar ou até mesmo a negar suas próprias experiências e identidades, como se sua mera presença fosse considerada uma transgressão contra a ordem estabelecida.

Perrot (2005) observa que, particularmente no século XIX, as mulheres eram frequentemente excluídas de certos espaços sociais e políticos que eram considerados domínio exclusivo dos homens. Além disso, a vestimenta das mulheres servia como uma forma de indicar o status social e o poder de seus maridos, o que resultava em sua exclusão de certos círculos sociais.

Esse ato de exclusão e silenciamento é interpretado como uma forma de consentimento ao silêncio imposto pela sociedade patriarcal, que frequentemente exige que as mulheres ocultem suas vidas e se submetam a uma negação de si mesmas. Essa submissão é vista como central na educação feminina, seja ela religiosa ou secular, sugerindo que as mulheres são socializadas desde cedo a abdicarem de sua própria voz e identidade em favor de uma conformidade com os padrões estabelecidos.

No final do século XIX e início do século XX, as mulheres conquistaram alguns direitos, incluindo o direito ao voto, o que representou um marco significativo na luta feminina por igualdade. Embora essa conquista tenha promovido mudanças no espaço social, o domínio do espaço público ainda era predominantemente masculino. No entanto, as mulheres continuaram suas lutas por voz e espaço na sociedade. Segundo Pinto (2003), na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos públicos de votarem e de serem votadas. No Brasil, por exemplo, o voto feminino foi conquistado no ano de 1932.

Apesar de as mudanças legais, como o direito ao voto, não terem provocado transformações substanciais na convivência social, exceto por alterações na linguagem jurídica, elas foram importantes para quebrar o silêncio imposto às mulheres pela sociedade. Isso demonstrou que estas eram capazes de mobilizar-se e de exigir mudanças por meio do movimento feminista, preparando o terreno para outras conquistas que estavam por vir. Segundo Louro (1997), no início do século XX, as manifestações contra a discriminação de gênero ganharam mais visibilidade e força no movimento conhecido como "sufragismo", que tinha como objetivo estender o direito de voto às mulheres.

No início do século XX, o modelo de organização social ainda se baseava na diferenciação de gênero, com espaços frequentemente segregados por sexo, como escolas,

escritórios e fábricas. No entanto, as mulheres começaram a desafiar essa divisão, buscando participar ativamente em todos os aspectos da vida pública e profissional, contribuindo assim para uma mudança gradual nas estruturas sociais e de gênero. Segundo Louro:

As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (Louro, 1997, p. 24).

Atualmente, embora tenham ocorrido avanços em relação ao século XIX, as mulheres ainda não alcançaram plenamente a igualdade de direitos. Mudanças significativas foram observadas, especialmente no contexto educacional e político, como o direito ao voto e à ocupação de cargos políticos. No entanto, persiste uma tendência em fazer a sociedade acreditar que as mulheres já não precisam mais lutar por seus direitos, ou mesmo em sugerir que não há mais necessidade de promover mudanças ou revoluções sociais. A esse respeito, Louro (1997, p. 28) aponta que “em relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo”. Essa perspectiva pode ser comparada aos estudos de Nogueira (2001) para quem a persistência das desigualdades de gênero necessita de contínuos esforços para alcançar a verdadeira igualdade.

Nesse sentido, é necessário se discutir temas relacionados à igualdade de gênero. Essas discussões não apenas promovem a conscientização sobre as desigualdades ainda existentes, mas também estimulam a reflexão sobre as formas de superá-las. Conforme pontua Louro:

Os estudos feministas constituem-se, assim, como um campo polêmico, plural, dinâmico e constantemente desafiado; um campo que tem o autoquestionamento como “marca de nascença”. Como consequência, isso implica um fazer científico que supõe lidar com a crítica, assumir a subversão e, o que é extremamente difícil, operar com as incertezas (Louro, 2002, p. 14).

A reflexão sobre a igualdade de gênero contribui de forma significativa para a análise das representações femininas em “Fogo e Sangue”, pois o livro retrata personagens que vivem em uma sociedade profundamente patriarcal e hierarquizada. A partir das ideias de Louro (2002), que destacam o caráter polêmico e dinâmico dos estudos feministas, é possível perceber como essas personagens são moldadas por discursos que reforçam a desigualdade de gênero,

mas também como elas, em certos momentos, subvertem essas imposições. A análise das representações no livro permite evidenciar as tensões entre o cumprimento dos papéis sociais e a luta por autonomia e poder das mulheres. Quando itnerpelamos as personagens femininas, o discurso dominante constrói limitações ideológicas, mas as próprias narrativas abrem espaço para uma leitura crítica que questiona essas desigualdades e reflete sobre estratégias para superá-las, seguindo o espírito de subversão e crítica proposto pelos estudos feministas.

Ao refletir sobre as diversas formas de opressão e discriminação enfrentadas pelas mulheres ao longo da história, somos instigados a repensar e transformar as estruturas e práticas que perpetuam essas desigualdades. Segundo Pinto:

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã e também propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação. (Pinto, 2003, p. 9).

A autora destaca a singularidade do movimento sufragista desde suas origens no século XIX, ressaltando dois aspectos principais. Primeiro, o movimento desafiou a ordem conservadora da época, que mantinha as mulheres afastadas da esfera pública e, conseqüentemente, dos direitos de cidadania. Essa resistência à exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão pública foi um passo crucial na busca por igualdade de gênero.

Segundo, houve um conflito interno dentro das propostas revolucionárias mais amplas da época. Alguns movimentos revolucionários viam a luta das mulheres por seus direitos como uma distração ou desvio da luta principal do proletariado pela sua libertação. Isso reflete um dilema frequente em movimentos de transformação social: a necessidade de equilibrar e integrar diversas formas de opressão e discriminação dentro de um movimento unificado por justiça social.

Essa análise sublinha a complexidade do movimento sufragista, que não só enfrentava a resistência externa das estruturas conservadoras, mas também a tensão interna com outras correntes revolucionárias que não reconheciam plenamente a importância da emancipação feminina como parte da luta por igualdade e justiça.

De acordo com Louro:

Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas

profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento (Louro, 1997, p. 15).

A citação destaca a amplitude global do sufragismo como um marco inicial do feminismo, reconhecido posteriormente como a “primeira onda”. Aponta também para a natureza dos objetivos iniciais do movimento, centrados principalmente nas demandas das mulheres brancas de classe média, embora essas metas tenham sido eventualmente expandidas para incluir questões como a organização da família, oportunidades educacionais e acesso a profissões.

A esse respeito, Pinto (2003) enfatiza que o movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira onda de feminismo organizado no mundo. Porém, reconhece-se que o alcance desses objetivos foi desigual entre os países e que, após alcançá-los em certos lugares, o movimento enfrentou uma certa estagnação ou acomodação. Essa análise ressalta a complexidade e as limitações iniciais do sufragismo, enquanto destaca seu papel fundamental na história do feminismo.

Segundo Pinto (2003):

O feminismo que eclode nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa está estreitamente relacionado a toda a efervescência política e cultural que essas regiões do mundo experimentaram na época, quando se formou um caldo de cultura propício para o surgimento de movimentos sociais. O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o *boom* econômico do pós-guerra possibilitava (Pinto, 2003, p. 41-42).

Essa narrativa traz notoriedade à contradição entre a imagem da mulher como “rainha do lar”, responsável pela gestão eficiente dos afazeres domésticos, e a crescente insatisfação das mulheres com os papéis de gênero tradicionais, o que alimentou o movimento feminista. Essa análise sublinha a interseção entre fatores econômicos, culturais e sociais no surgimento do feminismo contemporâneo. Segundo Louro:

Será no desdobramento da assim denominada “segunda onda” — aquela que se inicia no final da década de 1960 — que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. Já se tornou lugar comum referir-se ao ano de 1968 como um marco da rebeldia e da contestação. A referência é útil para assinalar, de uma forma muito concreta,

a manifestação coletiva da insatisfação e do protesto que já vinham sendo gestados há algum tempo. França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha são locais especialmente notáveis para observarmos intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento. É, portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas (Louro, 1997, p. 15-16).

O estudo da autora destaca a importância da "segunda onda" do feminismo, que teve início no final da década de 1960, como um período de virada para o movimento. Além das preocupações sociais e políticas, essa fase marcou um enfoque nas construções teóricas, especialmente com o surgimento e problematização do conceito de gênero.

O ano de 1968, em conformidade com Louro (1997), é destacado como um marco de rebeldia e contestação, refletindo uma crescente insatisfação com os arranjos sociais e políticos tradicionais, assim como com a discriminação e segregação. Esse contexto de efervescência social e política proporcionou o ressurgimento do feminismo contemporâneo, não apenas por meio de ações diretas, como protestos e marchas, mas também por meio da produção intelectual e do ativismo acadêmico. Essa análise ressalta a interseção entre o movimento feminista e as transformações sociais e políticas da época, destacando a sua relevância como agente de mudança e contestação.

Nesse sentido, é válido reafirmarmos a importância de continuar a discussão e a pesquisa sobre questões de gênero, incentivando o diálogo e a ação em prol da igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente do sexo ou identidade de gênero.

3.3 As representações femininas na contemporaneidade

Na prática social atual, as representações femininas têm experimentado uma re(construção) marcante, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas que têm ocorrido nas últimas décadas. Mulheres de todas as esferas da vida estão redefinindo e desafiando estereótipos de gênero, buscando equidade em diversos campos e reivindicando seu espaço em todas as áreas da sociedade. Segundo Bernardes (2009), atualmente estamos em um momento de transição.

Os valores e as crenças com os quais interagimos pouco ou nada têm que ver

com a história das áreas em que vivemos ou até mesmo com nossa história particular. Estão em ascensão hoje a internacionalização, a flexibilidade, a comunicação, a descentralização. Com isso, a nossa própria identidade está comprometida, localizando-nos em um momento de transição (Bernardes, 2009, p. 78).

Nesse sentido, a percepção da identidade e da representação feminina tem sido influenciada por narrativas culturalmente construídas que moldam as expectativas sociais em torno do que significa ser uma mulher. Essas representações, muitas vezes simplificadas e unilaterais, podem restringir a liberdade e a autenticidade das mulheres, limitando sua expressão e seu potencial individual.

Entende-se que as mudanças sociais ainda são complexas. Apesar das conquistas alcançadas ao longo da história pelo feminismo e da crescente presença das mulheres em papéis de destaque, a desigualdade de gênero ainda persiste no dia a dia. Isso se reflete, por exemplo, na disparidade salarial entre homens e mulheres que desempenham as mesmas funções, na incidência de violência sexual, psicológica e doméstica, e na persistência de estereótipos de gênero em diversas profissões.

As mulheres que adquirem posição de destaque em empresas, na política ou em outras situações fora do lar, são, muitas vezes, condenadas por se comportarem como homem, deixando de ser femininas, ou, então, são criticadas por não se masculinizarem, uma vez que aqueles que estão em posição de destaque (geralmente os homens) devem todos ter o mesmo perfil (Bernardes, 2009, p. 80).

Dessa forma, a autora destaca uma importante contradição enfrentada pelas mulheres que buscam posições de destaque em diversos campos da sociedade. Elas são confrontadas com expectativas contraditórias, nas quais são pressionadas a se conformarem a padrões de comportamento tradicionalmente associados ao feminino, ao mesmo tempo em que são criticadas por não se ajustarem aos estereótipos de liderança e assertividade tipicamente masculinos. Esse dilema reflete não apenas as expectativas sociais profundamente enraizadas em torno dos papéis de gênero, mas também a resistência à mudança dentro das estruturas de poder estabelecidas. A ideia de que mulheres em posições de destaque devem se comportar de forma a se encaixar em um molde masculino preestabelecido revela as barreiras enfrentadas pelas mulheres na busca pela equidade de gênero.

De acordo com Butler:

O sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se

tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos. Em tais sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (Butler, 2018, p. 11).

Este trecho aborda a complexa relação entre o feminismo e as estruturas políticas e sociais que supostamente deveriam promover a emancipação das mulheres. Butler (2018) argumenta que o próprio sistema político pode contribuir para a constituição do sujeito feminista por meio de discursos que, em vez de promoverem a igualdade de gênero, podem reforçar estereótipos e padrões de dominação. No âmbito das lutas femininas contemporâneas, Butler ressalta a importância de uma abordagem crítica em relação às instituições e discursos que afirmam apoiar a causa feminista. As representações femininas muitas vezes são moldadas por narrativas que reproduzem hierarquias de gênero, reforçando ideias de feminilidade e masculinidade de acordo com padrões de dominação cultural.

Butler (2018) também critica a noção de que há uma essência feminina ou masculina intrínseca. Ela aponta que as normas de gênero são mantidas e reforçadas por repetição e que a subversão dessas normas pode ocorrer por meio de formas de performance que desestabilizam as expectativas normativas de gênero. A ideia de que o gênero é performativo abre espaço para a resistência e a subversão, pois sugere que, ao alterar a maneira como performamos o gênero, podemos também desafiar as estruturas sociais que sustentam a opressão de gênero.

Os estudos de Butler (2018) sobre performatividade de gênero oferecem uma perspectiva ampla, crítica e transformadora para entendermos as representações femininas e a contínua luta feminina por equidade. Ao desafiar a noção de que o gênero é uma categoria fixa e imutável, Butler (2018) nos convida a repensar as normas e expectativas que moldam as identidades femininas. Isso é essencial para a luta feminina por equidade, pois reconhece a diversidade de experiências e vivências das mulheres, e ressalta a importância de desestabilizar estruturas de poder que perpetuam a opressão de gênero. Afirmando a performatividade do gênero, os estudos de Butler nos lembram que a transformação social começa com a contestação das narrativas dominantes e a busca por novas formas de expressão e emancipação feminina.

É dessa forma que as representações femininas no universo de George R. R. Martin assumem relevância, já que são desenvolvidas ao longo da trama e reforçam a importância da equidade de gênero. A literatura de fantasia oferece um vasto material para explorar e representar uma ampla diversidade de personagens femininas. Ao criar mundos imaginários e reinos distantes, os autores têm a liberdade de romper com as limitações das convenções sociais

e explorar uma gama variada de identidades femininas, desde guerreiras destemidas até feiticeiras poderosas, passando por rainhas astutas e heroínas improváveis. Dessa forma, a literatura de fantasia abre espaço para que as mulheres assumam papéis diversos e multifacetados, como por exemplo, na saga de livros que compõe o “Universo de Gelo e Fogo”.

Essa diversidade de representações femininas na fantasia não só enriquece as histórias e os universos criados, mas também oferece uma plataforma para discutir e examinar questões de gênero de forma profunda e significativa. Questinando e subvertendo as normas de gênero tradicionais, essas narrativas desafiam as expectativas sociais e estimulam reflexões sobre igualdade e justiça.

Considerando que o objeto de estudo deste trabalho é uma obra literária fictícia, torna-se fundamental explorar noções literárias que ajudem a classificar e compreender melhor a natureza deste texto. Portanto, no próximo capítulo, serão abordadas teorias e categorias literárias que posicionam o objeto de estudo dentro do gênero da literatura fantástica, entre outros. Os estudos de autores da esfera literária permitem uma compreensão mais aprofundada das características e convenções que definem a obra, fornecendo um contexto teórico necessário para a interpretação das representações sociais e das personagens femininas na narrativa.

4 OS ASPECTOS DA LITERATURA FANTÁSTICA

Este capítulo tem como objetivo explorar alguns aspectos da literatura fantástica e suas possibilidades em estabelecer diálogos com questões sociais contemporâneas. Como aparato teórico, serão utilizados os estudos de Tzvetan Torodov (1992), Umberto Eco (1989, 1994), Selma Calasans Rodrigues (1988) e Louis Vax (1972).

A literatura fantástica pode ser entendida como um universo vasto e encantador que tem cativado leitores ao redor do mundo há séculos. Caracterizada por elementos sobrenaturais, mundos imaginários e criaturas míticas, essa forma de narrativa pode muitas vezes oferecer uma fuga da realidade cotidiana, permitindo aos leitores explorar territórios desconhecidos, pois a fantasia sempre ocupou um lugar importante no imaginário humano, seja por meio de histórias orais transmitidas de geração em geração, lendas, mitos ou cantigas. Todorov (1992) define a literatura fantástica como aquela que cria uma sensação de hesitação, tanto nos personagens quanto nos leitores, sobre a natureza dos eventos descritos. Essa hesitação é a essência do fantástico, posicionando-o entre o estranho e o maravilhoso. Segundo o autor:

Somos assim transportados ao âmago do fantástico. Num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sílfides nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar. Aquele que o percebe deve optar por uma das duas opções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós (Todorov, 1992,p.30)

Uma das esferas da literatura fantástica são as sagas literárias, séries de livros que contam uma história contínua ao longo de vários volumes. Essas sagas criam universos complexos e muitas vezes fictícios, habitados por personagens diversos e com acontecimentos surpreendentes. Autores como *J. R. R. Tolkien*, com sua épica trilogia “O Senhor dos Anéis”, e *George R.R. Martin*, com a série “As Crônicas de Gelo e Fogo”, popularizada pela adaptação televisiva “Game of Thrones”, exemplificam o poder e o alcance dessas narrativas longas.

Uma das características da literatura fantástica é sua capacidade de proporcionar discussões variadas, muitas vezes partindo da ideia de que os elementos fantásticos presentes nos livros podem estabelecer diálogo com a realidade contemporânea. Por trás de suas tramas que envolvem magia, criaturas fantásticas e conflitos épicos, essas histórias muitas vezes abordam questões universais, como poder, moralidade, identidade, representações, ideologias e principalmente as questões de gênero. A literatura frequentemente serve como um espelho de

nossa própria sociedade, permitindo-nos examinar questões contemporâneas por meio de uma lente imaginativa.

Todorov (1992) explora três gêneros contíguos: o fantástico, o estranho e o maravilhoso. Segundo sua teoria, como leitores, mergulhamos no âmago do fantástico quando nos deparamos com um evento inexplicável pelas normas do mundo que conhecemos - um mundo mundano, sem seres celestiais, demoníacos ou monstruosos - enquanto pisamos em solo familiar. Diante desse acontecimento, duas possibilidades se apresentam: ou é uma criação de nossa mente, uma ilusão sensorial, ou faz parte de nossa realidade, porém governada por leis desconhecidas. É essa incerteza que gera a hesitação, segundo Todorov (1992), condição essencial para o fantástico existir. Todorov aborda:

O fantástico ocorre nesta incerteza; ao escolher uma ou outra resposta, deixa-se o fantástico para se entrar num gênero vizinho, o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural (Todorov, 1992, p.31)

Para alicerçar essa condição básica, o teórico estipula mais três requisitos para a construção do fantástico na literatura. Primeiro, a narrativa deve compelir o leitor a considerar o mundo das personagens como seu próprio mundo real, induzindo-o a hesitar entre explicações naturais e sobrenaturais dos eventos. Em segundo lugar, essa hesitação pode ser compartilhada por uma personagem, de forma que o leitor se identifique com suas experiências extraordinárias, como se olhasse para um espelho. Por fim, é necessário que o leitor adote uma postura específica em relação à narrativa, descartando a interpretação alegórica e a interpretação poética.

Nesse sentido, na concepção de gênero de Todorov (1992), o fantástico se posiciona em uma linha intermediária entre dois outros gêneros semelhantes, mas com diferenças cruciais para suas distinções: o estranho e o maravilhoso. Na narrativa do estranho, frequentemente permeada pelo medo, são descritos eventos que, embora possam ser racionalmente explicados pela lógica da razão, ainda assim são surpreendentes e perturbadores, capazes de evocar nas personagens e no leitor uma resposta semelhante à das narrativas fantásticas. No entanto, se dentro da narrativa há uma explicação racional para os eventos aparentemente sobrenaturais, então não se trata mais do gênero literário fantástico.

Segundo Todorov (1992), o fantástico reside na hesitação experimentada por um leitor que conhece as leis naturais diante de um evento aparentemente sobrenatural. Se essa hesitação é resolvida com uma explicação racional, o texto transita para o gênero do "estranho". Se a explicação aceita o sobrenatural como real, então o texto se encaixa no gênero do

“maravilhoso”. Portanto, a classificação da obra como literatura fantástica depende da manutenção dessa hesitação quanto à natureza dos eventos narrados.

Ainda segundo Todorov (1992), nas narrativas do maravilhoso, os eventos sobrenaturais são incorporados naturalmente ao mundo ficcional, não provocando hesitação nas personagens nem nos leitores. Isso as distancia do gênero fantástico. Os contos de fadas exemplificam esse gênero, onde elementos como varinhas mágicas, lobos falantes e botas encantadas são considerados normais dentro daquela realidade fictícia.

Além do estranho, do maravilhoso e do fantástico, existem gêneros vizinhos como o fantástico-estranho e o fantástico-maravilhoso. A diferença entre o fantástico-estranho e o estranho puro, segundo o autor, reside no fato de que, no segundo, uma explicação racional é apresentada no texto, enquanto no primeiro, apenas sugere-se uma explicação racional. No estranho, muitas vezes não ocorre eventos sobrenaturais, mas os eventos reais podem ser tão aterrorizantes quanto ou mais do que os sobrenaturais.

No fantástico-maravilhoso, as narrativas começam com eventos fantásticos, mas acabam por aceitar o sobrenatural. Assim, para Todorov (1992), essas narrativas estão mais próximas do fantástico puro.

Louis Vax (1972) forneceu uma base importante para o estudo literário, distinguindo o gênero fantástico de outros gêneros limítrofes, como o feérico² (incluindo o maravilhoso), a poesia, o macabro (englobando o horror), a literatura policial, o trágico, o humor, a utopia, a alegoria, a fábula, o ocultismo, a psicanálise e a psiquiatria, a metapsíquica. Vax (1972) argumenta que todos esses “gêneros” têm fronteiras com o fantástico e este se apropria do “encontro”, usando o que lhe é útil para sua formação. É essencial notar que Vax adota a perspectiva que considera o fantástico como um gênero, e Todorov segue essa abordagem. Segundo o autor, a narrativa fantástica, pelo contrário, gosta de nos apresentar, habitando o mundo real onde nos encontramos, dessa forma, o fantástico nutre-se dos conflitos do real e do possível.

Nessa definição da ficção fantástica, em contraste com outras formas em que o sobrenatural aparece, percebe-se que o maravilhoso, a fantasia e o feérico são distintos universos com suas próprias regras; enquanto isso, a narrativa fantástica requer uma clara

² O termo feérico refere-se a algo relacionado ao mundo das fadas ou das criaturas mágicas e encantadas. Está associado a elementos fantásticos, como seres sobrenaturais, magia e encantamento. O feérico frequentemente evoca uma atmosfera de maravilha, encanto e mistério, característica de contos de fadas e histórias folclóricas que apresentam seres como fadas, elfos, gnomos e outras criaturas místicas. Em muitas narrativas, o feérico é representado como um reino separado do mundo humano, com suas próprias leis e características únicas.

oposição entre o mundo real da história e o elemento sobrenatural ou inexplicável.

Umberto Eco (2001), outro estudioso da literatura, descreve as sagas como narrativas que retratam a trajetória de vida de um ou mais personagens, abrangendo possivelmente várias gerações e destacando o processo de envelhecimento dos envolvidos. Um exemplo disso é o objeto de estudo deste trabalho, o livro “Fogo e Sangue”, que serve como um prelúdio para saga de livros que constitui “As crônicas de gelo e fogo”. Esta saga, e também o livro “Fogo e Sangue” não se limitam apenas ao protagonista, mas também apresenta diferentes ramificações que exploram histórias de vida paralelas e mostram as transformações das personagens em relação ao seu papel social. Principalmente ao que diz respeito as personagens femininas, visto que, ao longo de suas histórias de vida, passam por mudanças significativas em relação ao modo de se posicionarem enquanto sujeitos, e de se representarem socialmente enquanto mulheres.

Eco, em sua obra “Sobre os Espelhos e Outros Ensaios” (1989), argumenta que o fantástico é uma manifestação da imaginação humana, uma tentativa de dar forma aos medos e desejos mais profundos da psique humana.

Ao examinar obras clássicas do gênero, como os contos de Edgar Allan Poe e as histórias de fantasmas de Henry James, Eco (1989) destaca a habilidade dos autores em criar atmosferas de suspense e incerteza, mantendo o leitor constantemente intrigado e questionando a realidade dos eventos narrados. Ele sugere que o verdadeiro poder da literatura fantástica reside na sua capacidade de desafiar as convenções narrativas e desestabilizar as certezas do leitor.

Além disso, o autor também discute a relação entre a literatura fantástica e outros campos do conhecimento, como a filosofia, a psicanálise e a teoria da comunicação. Eco (1989) argumenta que os contos fantásticos podem ser vistos como metáforas de questões existenciais e epistemológicas mais amplas, oferecendo teorias sobre a natureza da realidade e da experiência humana.

Todorov (1992), em sua abordagem sobre a narrativa fantástica, destaca a hesitação como elemento central dessa narrativa quando se introduz elementos estranhos em relação ao mundo conhecido. Segundo o autor:

A hesitação do leitor é pois a primeira condição do fantástico. Mas será necessário que o leitor se identifique com uma personagens particular. O leitor não se identifica pois com qualquer personagem, e a hesitação não está representada no texto. Diremos que se trata, com esta refra de identificação, de uma condição facultativa do fantástico: este pode existir sem satisfazê-la; mas a maior parte das obras fantásticas submete-se a ela. (Todorov, 1992, p.37)

O fantástico se sustenta na ambiguidade, situado entre o real e o irreal, em um ambiente

regido por leis naturais, similar ao nosso. Essa ambiguidade coloca o público diante de um dilema interpretativo: devem eles considerar os acontecimentos como meras ilusões, sem consequências reais, ou como parte de uma realidade que escapa à compreensão humana, sem explicação plausível. Essa reflexão sobre a fronteira entre o que é aceitável como real e o que é considerado sobrenatural é uma das características distintivas da narrativa fantástica, convidando o leitor a questionar e explorar os limites do conhecimento e da compreensão.

A hesitação também é discutida no estudo Selma Calasans Rodrigues, em sua obra “O Fantástico” (1988). A autora apresenta uma visão abrangente sobre a ocorrência do gênero e as abordagens teóricas desenvolvidas ao longo do tempo. Ela inicialmente define o fantástico como algo criado pela imaginação, algo que não existe na realidade, o imaginário e o fabuloso. Segundo a autora:

O imaginário transposto para a literatura chama a atenção para os elementos inquietantes e inexplicáveis ao nível de uma lógica racional. É importante observar que na literatura fantástica (séculos XVIII e XIX) o sobrenatural é de natureza humana; nunca teológica. O diabo, que passa a ser tema constante da literatura, é laicizado, a contaminação da realidade pelo sonho engendra novas histórias, a existência do duplo, e mais: o magnetismo, o hipnotismo são usados para explicar experiências; a viagem no tempo (o salto no tempo), a catalépsia, a volta dos mortos, as desordens mentais, as perversões, etc. Todos são temas antropocêntricos. O fantástico se define a partir do efeito de incerteza e da hesitação provocada no leitor face a um acontecimento sobrenatural. (Rodrigues, 1988, p.28)

Rodrigues (1988) destaca que a hesitação presente nas narrativas fantásticas reflete a luta do homem com sua própria racionalidade, ao admitir e se confrontar com o mistério. Essa hesitação, inserida no discurso narrativo, contagia o leitor, que acaba com a sensação de que o fantástico prevalece sobre explicações objetivas. A literatura se alimenta desse equilíbrio delicado, inclinando-se para o inverossímil e intensificando a ambiguidade.

Assim, a principal distinção entre o fantástico e outras formas narrativas é essa hesitação inerente, já que qualquer obra não realista poderia ser considerada fantástica devido à falta de uma delimitação clara do gênero. Dessa forma, diferentes manifestações do fantástico e do neo-fantástico surgem, variando conforme a época e o grau de ambiguidade da história, resultantes de uma liberdade narrativa.

No “Universo de Gelo e Fogo”, de George R. R. Martin, a abordagem de Todorov (1992) pode ser relacionada à hesitação e ao fantástico. Em suas obras, Martin cria um mundo vasto e complexo onde elementos literários coexistem em uma estrutura social que se assemelha à realidade histórica. A presença de dragões, zumbis e magia desafia as leis naturais estabelecidas, enquanto os personagens e as sociedades lutam para entender e lidar com esses eventos

extraordinários. Dessa forma, os leitores são constantemente confrontados com escolhas interpretativas, questionando se esses elementos fantásticos são inverossímeis ou se representam uma realidade desconhecida e misteriosa, conforme pontua Torodov (1992). Essa ambiguidade contribui para a complexidade e o fascínio do universo criado por Martin, incitando debates e reflexões sobre temas que vão além do simples entretenimento, e alcançam aspectos mais profundos da condição humana e da natureza da realidade.

A literatura fantástica, embora repleta de elementos fantásticos e ficcionais, não apenas nos transporta para mundos imaginários, mas também nos possibilita explorar e discutir questões profundas que ecoam na realidade. Um exemplo notável é o livro “Fogo e Sangue”, de George R. R. Martin, em que elementos fantásticos coexistem com reflexões sobre as construções sociais, discursivas e políticas. Neste contexto, uma análise mais detalhada será apresentada nos próximos capítulos, como parte constituinte deste trabalho, oferecendo uma visão preliminar de como podemos analisar as representações femininas e os discursos propagados no interior da saga. Essa abordagem visa enriquecer nossa compreensão da literatura fantástica, destacando sua relevância tanto como fonte de entretenimento quanto como meio de reflexão sobre temas cruciais da sociedade.

Além disso, a teoria da análise do discurso, aparato teórico principal deste trabalho, oferece uma lente crítica para examinar não apenas os elementos narrativos e simbólicos da literatura fantástica, mas também as mensagens subjacentes e os discursos presentes nesse universo fictício. Por meio da análise do discurso, podemos compreender as representações de gênero, poder, política e identidade presentes nas sagas fantásticas, enriquecendo nossa compreensão não apenas da obra em si, mas também das questões sociais e culturais que elas refletem e comentam.

4.1 O Objeto de estudo “Fogo e Sangue” e a literatura

O livro “Fogo e Sangue”, de George R. R. Martin, é uma obra da literatura fantástica que pode ser analisada à luz dos estudos de Todorov (1992), Eco (1989,1994), Rodrigues (1988) e Vax (1972), todos eles abordando aspectos distintos do gênero.

Todorov (1992), em “Introdução à Literatura Fantástica”, define o fantástico como um gênero literário que provoca uma hesitação entre uma explicação racional e uma aceitação do sobrenatural. Em “Fogo e Sangue”, Martin cria um mundo em que elementos sobrenaturais, como dragões, magia e profecias, coexistem com conflitos políticos e intrigas humanas. A hesitação entre o racional e o sobrenatural é evidente em várias passagens do livro, onde

personagens tentam racionalizar eventos inexplicáveis ou são forçados a aceitar a existência de forças além de sua compreensão. Essa constante tensão entre a lógica e o fantástico é uma característica central da narrativa de Martin, alinhando-se diretamente com as definições de Todorov (1992).

Em “Seis Passeios pelos Bosques da Ficção”, Eco (1994) discute a criação de mundos possíveis na literatura, enfatizando a importância de um universo ficcional coerente e detalhado para a imersão do leitor. “Fogo e Sangue” exemplifica essa abordagem ao apresentar um mundo intrincado e detalhado. Martin constrói uma história ricamente documentada, com uma genealogia complexa, geografias distintas e culturas variadas. Esse nível de detalhe permite ao leitor mergulhar completamente no universo de *Westeros*, aceitando suas regras internas e a presença de elementos fantásticos como algo natural. Eco argumenta que essa coesão interna é fundamental para que o leitor aceite as premissas do mundo ficcional, algo que Martin executa em sua obra.

Rodrigues (1988) explora a literatura fantástica como um espaço em que o impossível se torna possível, desafiando as fronteiras da realidade. “Fogo e Sangue” enquadra esse conceito ao integrar elementos como dragões, que são criaturas míticas que desafiam as leis naturais, e a feitiçaria, que oferece uma ruptura com a lógica e a ciência conhecidas. Ao fazer isso, Martin desafia o leitor a suspender a descrença e aceitar um mundo onde o extraordinário e o sobrenatural são normais. Esse uso do fantástico não apenas amplia os horizontes da narrativa, mas também permite uma exploração profunda de temas humanos em uma prática social em que as regras da realidade são flexíveis.

Em seus estudos sobre o fantástico, Vax (1972) destaca a importância da imaginação e do maravilhoso na criação de uma literatura que transcende o real. “Fogo e Sangue” incorpora essa perspectiva ao criar uma narrativa rica em elementos maravilhosos e míticos. Os dragões, em particular, não são apenas criaturas de grande poder, mas símbolos de autoridade e mistério, representando a capacidade do autor de usar o maravilhoso para explorar questões de poder, legitimidade e moralidade. A magia e as profecias também servem para criar uma camada de profundidade adicional, permitindo reflexões sobre o destino, a ambição e a natureza do poder.

Assim, “Fogo e Sangue” de George R. R. Martin não só se alinha com os conceitos discutidos pelos autores elencados neste capítulo, mas também os expande, oferecendo uma obra que exemplifica e enriquece o gênero da literatura fantástica, por meio de uma narrativa complexa e detalhada.

4.2 As vozes femininas em *Westeros: uma contextualização acerca das obras do autor George R.R Martin*

O universo de “As Crônicas de Gelo e Fogo”, criado por George R. R. Martin, é um dos mais ricos e complexos já concebidos na literatura fantástica. Ambientado em um mundo fictício em que as estações podem durar décadas e poderosas casas nobres lutam pelo controle do *Trono de Ferro* e pelo domínio dos *Sete Reinos de Westeros*, a série apresenta uma miríade de personagens femininas que desempenham papéis centrais e influentes na trama.

O primeiro contato com as personagens femininas escritas pelo autor, se dá com a leitura das primeiras obras desenvolvidas por George R.R Martin, que compõem a saga de “As crônicas de gelo e fogo”. Como exemplo disso, desde a nobre e determinada *Catelyn Stark* até a astuta e ambiciosa *Cersei Lannister*, as mulheres desta saga não são apenas adições secundárias à narrativa, mas sim protagonistas de suas próprias histórias. Elas têm suas próprias motivações, desejos e ambições, muitas vezes em conflito com as expectativas sociais de uma sociedade patriarcal e medieval.

Catelyn Stark, por exemplo, é uma mulher forte e resiliente, dedicada à sua família e disposta a fazer sacrifícios pessoais pelo bem deles. Apesar das limitações impostas pelo seu papel como esposa e mãe, *Catelyn* demonstra habilidade política e estratégica, tomando decisões que moldam o destino de sua casa e do reino.

Já *Cersei Lannister* é uma figura complexa, cujo desejo pelo poder e pela influência muitas vezes a coloca em conflito com os homens ao seu redor, incluindo membros de sua própria família. Determinada a não ser subjugada pelas normas sociais que ditam seu papel como mulher, *Cersei* manipula e conspira para alcançar seus objetivos, muitas vezes com consequências devastadoras.

Além dessas personagens centrais, “As Crônicas de Gelo e Fogo” apresentam uma variedade de mulheres fortes e protagonistas da própria história, como *Arya Stark*, que desafia as expectativas de gênero ao rejeitar os papéis tradicionais de uma dama para buscar treinamento como uma assassina; *Daenerys Targaryen*, que emerge de uma posição de vulnerabilidade para se tornar uma líder feroz e implacável; e *Brienne of Tarth*, que desafia as normas de gênero ao se tornar uma guerreira habilidosa e honrada.

Essas personagens femininas lutam contra as restrições impostas a elas por uma sociedade patriarcal e feudal, buscando autonomia, poder e reconhecimento em um mundo dominado por homens. Elas desafiam as construções sociais de gênero por intermédio de suas ações e escolhas, reivindicando seu espaço e sua voz em um universo onde o poder é

frequentemente sinônimo de masculinidade.

Nesse sentido, “As crônicas de gelo e fogo” apresentam um retrato diversificado e matizado das mulheres em uma prática social medieval, destacando sua força, inteligência e determinação em meio a um mundo dominado pela guerra, política e intriga. Essas personagens não são apenas coadjuvantes na história, mas sim agentes ativos de mudança, cujas ações moldam o destino dos reinos e desafiam as normas sociais de sua época.

No vasto universo de George R. R. Martin, as personagens femininas desempenham papéis sociais diversos e complexos, oferecendo um amplo material para análise por meio de várias lentes, incluindo a análise do discurso. Nessa abordagem, podemos examinar não apenas o que as personagens dizem, mas também como o dizem, considerando a prática social, político e cultural em que estão inseridas.

Para isso, o objeto de estudo escolhido neste trabalho trata-se do livro “Fogo e Sangue”, uma obra também escrita por George R.R. Martin, que se apresenta como prelúdio para a famosa saga “As Crônicas de Gelo e Fogo”. Publicado em 2018, “Fogo e Sangue” narra a história introdutória da dinastia *Targaryen*, uma família real conhecida por sua ligação com dragões e seu papel central no mundo fictício de *Westeros*. A narrativa do livro abrange eventos que ocorrem séculos antes dos acontecimentos retratados em “A Guerra dos Tronos”, o primeiro livro da série “As Crônicas de Gelo e Fogo”. Ao explorar a ascensão e os desafios enfrentados pelos *Targaryen*, “Fogo e Sangue” oferece uma prática social histórica e política que aprofunda a compreensão do universo criado por Martin, bem como as personagens femininas, que assumem representações sociais que contrapõem os estereótipos de gênero presentes na prática social de uma sociedade medieval.

É importante, para este estudo, considerar as ideologias que permeiam o mundo fictício de *Westeros e Essos*³, as quais são refletidas nas falas das personagens femininas. Por exemplo, figuras como *Cersei Lannister* muitas vezes reproduzem ideologias patriarcais ao buscar afirmar seu poder em um mundo dominado por homens, enquanto outras, como *Daenerys Targaryen*, desafiam ativamente essas ideologias, buscando igualdade de gênero e libertação das mulheres.

O gesto de leitura, ancorado nos pressupostos teóricos da análise do discurso, nos possibilita entender como essas personagens negociam o poder por meio da linguagem. Estratégias retóricas são frequentemente empregadas para persuadir, manipular ou resistir às forças dominantes. *Sansa Stark*, por exemplo, é mestra em usar o discurso indireto e a cortesia

³ Continentes do Mundo Conhecido em que se passa a história escrita por George R.R. Martin.

para navegar habilmente em situações perigosas e políticas.

A construção da identidade e da subjetividade das personagens femininas também é elucidada por meio de seu discurso. Observamos como elas se descrevem e são descritas por outros personagens, assim como como respondem às expectativas sociais em relação ao gênero. *Arya Stark*, por exemplo, desafia abertamente as normas de gênero ao se recusar a se conformar com os papéis femininos tradicionais.

Por fim, as personagens femininas são moldadas pelas formações discursivas predominantes em seu mundo fictício. Mitos, tradições, religiões e sistemas de crenças influenciam suas falas e ações, fornecendo uma base cultural para suas perspectivas individuais. *Melisandre*, por exemplo, é uma figura profundamente influenciada pela religião de *R'hllor*, moldando seu discurso de acordo com essa fé e suas crenças sobre o papel do fogo na vida e na morte.

Ao analisarmos as personagens femininas nas obras de George R.R. Martin por meio da perspectiva da análise do discurso, somos conduzidos a uma compreensão mais ampla das formações discursivas que moldam temas como poder, identidade de gênero, resistência e transformação social. Além disso, o conceito de formações imaginárias nos permite explorar as projeções ideológicas que constroem as identidades dessas personagens, enquanto o interdiscurso revela as influências de discursos anteriores que as posicionam em contextos de submissão ou contestação. Essas análises aprofundam a complexidade dessas figuras na narrativa e nos instigam a refletir sobre questões de gênero tanto no universo ficcional quanto na realidade.

4.3 As personagens femininas do objeto de estudo “Fogo e Sangue”

“Fogo e Sangue” é um livro de George R. R. Martin que serve como uma espécie de prelúdio para a saga “As crônicas de gelo e fogo”. Publicado em 2018, este livro oferece aos leitores uma leitura profunda na história dos *Sete Reinos* de *Westeros*, abordando eventos que antecedem a narrativa principal. Situado cerca de 300 anos antes dos eventos da série televisiva “Game of Thrones” e do primeiro livro da saga “A guerra dos tronos”. “Fogo e Sangue”, narra a ascensão da Casa *Targaryen* ao poder e os tumultos políticos e intrigas que marcaram sua dinastia.

Nas práticas sociais de “Fogo e Sangue”, as personagens femininas desempenham papéis cruciais na trama, embora o ambiente predominantemente masculino da sociedade de *Westeros* possa limitar suas opções e influências. No entanto, no âmbito dessas restrições, as mulheres

em “Fogo e Sangue” demonstram uma variedade de estratégias para navegar pelo poder e influenciar os eventos. Por exemplo, *Rhaenyra Targaryen* é uma figura central em “Fogo e Sangue”, cuja luta pelo trono de ferro desencadeia uma guerra civil conhecida como a *Dança dos Dragões*. Sua determinação e habilidade política desafiam as expectativas de seu tempo, enquanto sua complexa relação com sua madrasta, *Alicent Hightower*, oferece uma análise fascinante das dinâmicas familiares e de gênero dentro da nobreza de *Westeros*.

Outras personagens femininas em “Fogo e Sangue” também merecem destaque, como *Alicent Hightower*, *Rainha Alysanne* e a lendária *Rainha Visenya Targaryen*. Cada uma dessas mulheres desafia as normas sociais de sua época e contribui para a construção da narrativa. Ao analisar as personagens femininas da obra sob a ótica dos estudos discursivos, podemos compreender as diferentes estratégias que elas empregam para exercer poder, influência e resistência em um mundo dominado pelos homens.

Os discursos propagados nas práticas sociais em que a história se passa oferecem uma ampla reflexão para explorar questões de identidade de gênero, poder e ideologia na prática social da sociedade de *Westeros*. Assim, “Fogo e Sangue” será utilizado como corpus deste trabalho, fornecendo uma vasta fonte de dados para análise das personagens femininas e sua representação discursiva dentro do universo de “As crônicas de gelo e fogo”.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação, intitulada “Representações Sociais em “Fogo e Sangue”: uma análise das personagens femininas sob a ótica dos estudos do discurso”, investiga as representações das personagens femininas na obra de George R.R. Martin, especificamente no livro “Fogo e Sangue”. Para tanto, adotamos uma abordagem metodológica baseada em pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfica em que os procedimentos metodológicos caracterizam uma pesquisa exploratória.

De acordo com Gil (1991), a pesquisa qualitativa considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzido em números. Neste tipo de pesquisa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são essenciais, dispensando o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a geração de dados, e o pesquisador atua como o principal instrumento de coleta. A abordagem qualitativa é, em sua essência, descritiva e os pesquisadores tendem a analisar seus dados de forma indutiva, focando no processo e seu significado. Godoy (1995) reflete que:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995, p. 58).

A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulam a compreensão. Este tipo de pesquisa geralmente assume as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso, que não é o tipo que se enquadra neste trabalho.

Minayo (2012) destaca que a pesquisa qualitativa aborda questões específicas relacionadas ao universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, lidando com aspectos da realidade social e das ações humanas. Creswell (2007), por sua vez, enfatiza que essa abordagem permite ao pesquisador interpretar os fenômenos com base nos dados coletados, utilizando teorias como uma lente para orientar sua análise do objeto de estudo.

O objeto de estudo desta dissertação envolveu a geração de dados por meio do livro “Fogo e Sangue”, de autoria de George R. R. Martin. Para realizar esta etapa do trabalho, foi necessário, primeiramente, a leitura completa do livro, seguida pela seleção das personagens

femininas que seriam analisadas. A geração de dados foi realizada por meio da leitura detalhada do livro mencionado. Após essa leitura, foram selecionados trechos, cenas e ilustrações que compõem o corpus deste trabalho. Esse processo permitiu a identificação das passagens mais relevantes para a análise das representações sociais das personagens femininas.

Para a análise dos dados coletados utilizamos, como aparato teórico, a análise do discurso, com base nos estudos de Althusser (1980), Foucault (2020, 2012), Orlandi (2020), Pêcheux (2015, 1997, 2014). Além dos estudos literários de Eco (1994, 1989), Torodov (1992), Vax (1972), Rodrigues (1988). Também foram considerados os estudos sobre o sexo feminino desenvolvidos ao longo dos anos por autoras como Bernardes (2009), Louro (2002), Nogueira (2001), Perrot (2005), Beauvoir (1967, “1970”), Pinto (2003), Butler (2018), Louro (1997). Este arcabouço teórico permitirá uma compreensão das representações das personagens femininas na obra analisada.

As personagens escolhidas para compor esta análise são figuras femininas de grande relevância para a obra utilizada. Elas fazem parte de uma família dinástica que constantemente busca ocupar posições de poder e liderança. A seleção criteriosa dessas personagens permite um estudo aprofundado e significativo das representações sociais presentes nas narrativas.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação foram planejados para proporcionar uma análise abrangente e detalhada das representações sociais das personagens femininas na obra de George R. R. Martin, e são apresentados de forma mais detalhada no quadro a seguir. O Quadro 1 apresenta a estruturação da fundamentação teórica, destacando os temas centrais e suas interconexões com temáticas complementares que compõem os capítulos. Além disso, são identificados os principais autores que serão referenciados nas discussões teóricas.

Quadro 1 – Constituição do referencial teórico

(Continua)

Tema principal	Principais autores
Análise do discurso	Pêcheux (1997, 2014, 2015), Orlandi (2020), Althusser (1980), Courtine (2014), Gregolin (2003) e Foucault (2012, 2020)

(Conclusão)

Gênero feminino	Bernardes (2009), Louro (1997,2002), Nogueira (2001), Perrot (2005), Beauvoir (1967, 1970), Pinto (2003) e Butler (2018)
A literatura fantástica	Todorov (1992), Eco (1989, 1994), Vax (1972) e Rodrigues (1988)

Fonte: Elaborado pela autora 2025.

A partir da discussão do referencial teórico, foi possível uma maior aproximação com as temáticas investigadas e os objetivos estabelecidos para o estudo, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da análise de conteúdo na pesquisa.

5.1 Os objetos de pesquisa

Para a realização desta pesquisa, inicialmente foi necessário identificar quais livros seriam utilizados como objeto de estudo para a constituição da análise. Após realizar leituras das obras do autor George R.R. Martin, neste trabalho optamos pela utilização do livro intitulado “Fogo e Sangue” (Figura 1).

Figura 1 – Capa do livro “Fogo e Sangue”



Fonte: Acervo pessoal 2025.

“Fogo e Sangue” é uma obra fictícia que se insere no universo épico de “As Crônicas de Gelo e Fogo”, criado por George R. R. Martin. Este livro, dividido em duas partes, narra a

história dos reis Targaryen, uma das mais poderosas e complexas dinastias da fictícia terra de *Westeros*, séculos antes dos eventos de "A guerra dos tronos".

Na primeira parte, Martin apresenta a ascensão da Casa Targaryen ao poder, desde Aegon, o Conquistador, que unificou os Sete Reinos de *Westeros* com seus dragões, até os tumultuosos reinados de seus sucessores. Intrigas palacianas, batalhas épicas e alianças frágeis são tecidas em uma narrativa composta de detalhes históricos e políticos.

A segunda parte explora as consequências da Dança dos Dragões, uma devastadora guerra civil entre herdeiros do falecido rei Viserys. Aqui, Martin aprofunda as relações familiares e as rivalidades que moldaram o destino dos Targaryen e de *Westeros* como um todo.

Em "Fogo e Sangue", George R. R. Martin combina elementos de fantasia medieval com uma abordagem realista e complexa das dinâmicas de poder e das consequências do governo, oferecendo não apenas uma saga épica, mas também uma reflexão sobre a natureza humana e suas ambições.

Esta obra serviu como fonte para análises sobre representações sociais femininas, bem como poder político e conflitos históricos, que foram temas fundamentais para a construção metodológica desta dissertação, além de explorar as nuances das personagens femininas dentro desta prática literária e cultural.

5.2 Procedimentos para análise de dados

Após a revisão bibliográfica e a geração de dados, foi preciso interpretar esse material. Conforme Bardin (2016), a análise se desdobra em três fases distintas: a pré-análise, que engloba a organização do material coletado; a exploração do material, que compreende várias etapas, incluindo a codificação e categorização, a segmentação do material em unidades de registro comparáveis com conteúdo semântico similar, a definição de categorias e a inclusão dessas unidades nessas categorias; por fim, a fase de tratamento dos resultados, caracterizada pela inferência e interpretação fundamentadas no referencial teórico. Para melhor detalhar os procedimentos para a constituição da análise, o quadro abaixo especifica os pontos adotados neste trabalho.

Quadro 2 – Processo de constituição da análise

(Continua)

Etapas	Atividades realizadas
--------	-----------------------

(Conclusão)

Pré-análise	Realização das leituras das obras
Exploração do material	Recorte de dados (trechos e imagens) dos livros, escolha das personagens femininas que serão analisadas
Tratamento dos resultados	Interpretação e relação os dados com as teorias utilizadas no referencial teórico Escrita da análise

Fonte: Elaborado pela autora 2025.

A etapa de pré-análise envolve a organização das primeiras concepções, inicialmente por meio da leitura das obras de Martin, e, posteriormente a escolha de quais obras fundamentariam o *corpus* constituído neste trabalho. Na etapa de exploração do material, foi realizada a geração de dados, que se deu por meio da escolha das personagens a serem analisadas, bem como, o recorte de trechos, imagens e diálogos de personagens, que consiste em dados que serão parte constitutiva da análise. A etapa de tratamento de resultados diz respeito à análise de fato desenvolvida, que se desenvolveu por meio de trechos e imagens, retirados do livro “Fogo e Sangue”.

O próximo capítulo deste trabalho apresenta os gestos de análise realizado nesta dissertação.

6 ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM “FOGO E SANGUE”: IDEOLOGIA, PODER E RUPTURA

Passadas as etapas teórica e metodológica que sustentam o tema desta dissertação, neste capítulo, serão abordados trechos específicos e imagens selecionadas da obra “Fogo e Sangue”, de George R.R. Martin, com o intuito de analisar as representações sociais por meio das personagens femininas. A partir de uma leitura fundamentada na Análise do Discurso e nos estudos de gênero, o capítulo busca explorar como o discurso molda as personagens femininas,

identificando elementos que reforçam ou subvertem estereótipos patriarcais.

Publicado em 2018, “Fogo e Sangue”, de George R.R. Martin, é uma obra que se apresenta como um relato histórico fictício sobre a ascensão e o declínio da Casa Targaryen, uma das famílias emblemáticas do universo de *As Crônicas de Gelo e Fogo*. Ambientado em Westeros⁴, o livro funciona como uma crônica detalhada, narrada pelo mestre⁵ Gyldayn, que se debruça sobre os principais eventos do período em que os Targaryen dominaram os Sete Reinos.

“Fogo e Sangue” adota um tom documental, oferecendo uma visão mais distante e, por vezes, fragmentada dos acontecimentos. A obra explora desde a chegada de Aegon, o Conquistador, até os eventos que precedem a Dança dos Dragões, a devastadora guerra civil entre membros da família Targaryen.

As personagens femininas em “Fogo e Sangue” ocupam posições centrais na trama, exercendo papéis de liderança, manipulação política e resistência às estruturas patriarcais que dominam Westeros. Personagens como Visenya Targaryen e Rhaenyra Targaryen emergem como representações sociais de poder, ambição e conflito, enquanto outras personagens oferecem reflexões sobre os limites impostos às mulheres mesmo em posições de destaque.

6.1 Entre tronos e dragões: a construção social/discursiva das personagens femininas em “Fogo e Sangue”

Aegon I Targaryen, conhecido como Aegon, o Conquistador, foi o primeiro rei a unificar os Sete Reinos de Westeros sob um único trono, dando início à dinastia Targaryen que governaria o continente por quase trezentos anos. Oriundo de Valíria, uma civilização antiga e poderosa, conhecida pelo domínio sobre os dragões, Aegon desembarcou em Westeros com suas duas irmãs-esposas, Visenya e Rhaenys, e seus três dragões: Balerion, Vhagar e Meraxes.

Juntos, Aegon e suas irmãs não apenas conquistaram Westeros, mas também estabeleceram as bases políticas e culturais que sustentariam a dinastia Targaryen. Cada irmã desempenhou funções cruciais na conquista e no governo, seja no campo de batalha, na corte ou nas alianças políticas, mostrando que o poder na dinastia Targaryen não era apenas um domínio masculino, mas também moldado por figuras femininas de forte presença e influência.

Esse período, portanto, não apenas marca o início do domínio Targaryen, mas também evidencia como as mulheres, mesmo em uma sociedade patriarcal, desempenharam papéis

⁴ Westeros é o nome dado ao continente do Mundo Conhecido, onde se passam os eventos do livro.

⁵ Os mestres são uma ordem de sábios, cientistas, curandeiros e conselheiros da nobreza.

essenciais na construção e manutenção do poder. Essa afirmação pode ser confirmada no excerto a seguir:

Quadro 3 – Trecho 1 do Livro “Fogo e Sangue”

Aqui talvez seja um ponto apropriado para tratar das diferenças de caráter entre Aegon Targaryen e suas irmãs e rainhas. Visenya, a mais velha dos três irmãos, era tão guerreira quanto o próprio Aegon e se sentia tão à vontade com uma cota de malha quanto com um vestido de seda. Ela portava a espada longa valiriana Irmã Sombria e a usava com habilidade, tendo treinado junto do irmão desde a infância. Embora fosse dotada de cabelos loiro-prateados e dos olhos violetas de Valíria, sua beleza era ríspida, austera. Mesmo as pessoas que mais a amavam consideravam Visenya uma pessoa rígida, séria e impiedosa; havia quem dissesse que ela brincava com venenos e se envolvia com feitiçarias sinistras. (Martin, p. 15 “Fogo e Sangue” 2025)

No trecho selecionado de “Fogo e Sangue”, George R.R. Martin situa o leitor em relação aos personagens da trama e à própria trama, apresentando um recorte que evidencia a construção da personagem feminina Visenya, e, mais especificamente, a sua representação social complexa. A partir da perspectiva da Análise do Discurso, podemos observar como elementos ideológicos, formações discursivas e posições de sujeito moldam não apenas a descrição da personagem, mas também as percepções sociais que orbitam sua figura.

Primeiramente, é importante considerar a posição sujeito assumido por Visenya. De acordo com os estudos de Pêcheux (2014) e Orlandi (2020), o sujeito não é autônomo nem transparente; ele é constituído ideologicamente e interpelado por discursos pré-existentes, que moldam sua posição dentro de uma prática discursiva. Visenya é descrita como uma mulher forte, guerreira e austera, rompendo parcialmente com o imaginário patriarcal tradicional que associa a feminilidade à fragilidade e à passividade. No entanto, a forma como essa força é apresentada carrega marcas ideológicas: sua rigidez é interpretada como impiedade, seu domínio sobre venenos e feitiçaria é associado a práticas sombrias. Essas representações reforçam uma formação discursiva que historicamente associa mulheres poderosas ao perigo, à transgressão e, por vezes, ao mal.

Além disso, há um funcionamento ideológico evidente no modo como os atributos físicos e emocionais de Visenya são destacados. Seu rosto austero e seu comportamento rígido contrastam com o ideal de beleza e delicadeza frequentemente esperado das mulheres em práticas sociais que integram as narrativas patriarcais. Esse contraste aponta para o funcionamento de uma ideologia de gênero, que legitima determinados comportamentos como "adequados" ou "aceitáveis" para o feminino, enquanto outros são vistos como desvios. Segundo Orlandi (2020), a ideologia se materializa no discurso, apagando as contradições

sociais e naturalizando certas representações. Assim, a rigidez de Visenya, quando interpretada sob essa lente, deixa de ser apenas uma característica pessoal e passa a representar um discurso sobre o papel da mulher nas relações de poder.

Outro ponto relevante é a construção de uma formação imaginária, que, conforme Pêcheux (2015), atua no nível da representação simbólica, moldando não apenas como o sujeito é descrito, mas como ele é percebido pelo outro. Visenya não é apenas uma guerreira habilidosa; ela é também um símbolo ambíguo, que transita entre a força admirável e a ameaça velada. Seu domínio sobre a espada e suas possíveis práticas com venenos e feitiçaria inserem-na em um campo discursivo onde o poder feminino é frequentemente associado ao oculto, ao perigoso e ao desconhecido.

Por fim, cabe ressaltar que essa representação discursiva de Visenya Targaryen não é neutra, mas reflete uma interdiscursividade, ou seja, um conjunto de já-ditos que ecoam em cada palavra que a descreve. Como apontam Orlandi (2020) e Pêcheux (1997), todo discurso carrega marcas de discursos anteriores, e a representação de Visenya carrega ecos das narrativas históricas que retrataram mulheres poderosas – como feiticeiras, traidoras ou ameaças ao poder masculino estabelecido. Assim como Visenya, Rhaenys também desafia expectativas de gênero, mas de uma maneira completamente diferente. Enquanto Visenya demonstra a força e a rigidez associadas ao poder guerreiro, Rhaenys traz a leveza e o dinamismo de uma figura que transita entre a fantasia e a realidade, representando outro aspecto do mesmo discurso que enquadra mulheres poderosas, conforme consta o trecho abaixo:

Quadro 4 – Trecho 2 do Livro “Fogo e Sangue”

Rhaenys, a mais jovem dos três Targaryen, era tudo o que a irmã não era: brincalhona, curiosa, impulsiva, dada a arroubos de fantasia. Rhaenys não era uma guerreira genuína, amava música, dança e poesia, e apoiava muitos cantores, saltimbancos e marioneteiros. Contudo, dizia-se que Rhaenys passava mais tempo sobre um dragão do que o irmão e a irmã juntos, pois voar era o que ela amava acima de tudo. (Martin, p. 15, “Fogo e Sangue” 2025)

No trecho acima, a personagem Rhaenys Targaryen é construída discursivamente como um contraponto direto à sua irmã, Visenya Targaryen. Enquanto Visenya é associada à rigidez, austeridade e guerra, Rhaenys emerge como símbolo de leveza, curiosidade e impulsividade. Essa oposição discursiva não é somente descritiva, mas carrega consigo marcas ideológicas e revela as formações discursivas que moldam a construção das personagens femininas na narrativa.

De acordo com Pêcheux (2014), a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito dentro de uma prática social ideológica específica. Rhaenys é representada por meio de

atributos que tradicionalmente correspondem ao que a sociedade patriarcal considera adequado ao feminino: leveza, delicadeza, paixão pelas artes e ligação com a fantasia. Mesmo seu domínio sobre o dragão – um símbolo de poder inquestionável no universo de Westeros – é suavizado pela descrição de que ela voava mais por amor ao ato em si do que por uma ambição de poder ou domínio militar. Esse deslocamento discursivo reafirma um padrão ideológico que associa a mulher ao espaço do lúdico e do emocional, afastando-a do campo do poder político direto e estratégico.

Outro aspecto importante é a forma como a personagem Rhaenys é interpelada em sujeito ideologicamente. Segundo Orlandi (2020), o sujeito é constituído por uma relação histórica e ideológica com o discurso, que não é transparente nem neutro. Rhaenys, embora tenha uma posição privilegiada dentro da dinastia Targaryen, é representada socialmente como alguém que ocupa o poder de forma indireta, por meio de sua paixão pelos voos em dragões ou pelo incentivo às artes. Isso reforça uma divisão ideológica de papéis de gênero, em que as mulheres podem exercer influência, mas geralmente por vias indiretas e distanciadas das estruturas de poder tradicionalmente masculinas.

Além disso, há uma formação imaginária associada à personagem, uma vez que, em toda atividade de interação, há formações imaginárias. Segundo Pêcheux (2015), essa formação está ligada à imagem que o sujeito projeta de si tanto para o próprio sujeito quanto para o outro. Rhaenys, com sua leveza e paixão pelas artes, é idealizada quase como uma figura etérea, livre das amarras das responsabilidades políticas que recaem sobre Aegon e Visenya. Essa representação, ao mesmo tempo que encanta, também limita sua posição dentro das estruturas sociais de poder.

Além disso, as relações interdiscursivas evocam uma memória que ecoa nas características atribuídas à personagem. Rhaenys ressoa arquétipos femininos recorrentes na literatura, como a musa inspiradora ou a figura etérea ligada ao mundo das artes e do sonho. Esse já-dito, conforme aponta Orlandi (2020), inscreve Rhaenys em uma longa tradição de personagens femininas que são valorizadas por sua graça e sensibilidade, mas raramente reconhecidas como agentes políticos plenos.

Contudo, há um aspecto subversivo na personagem: o dragão. Rhaenys não apenas voa por amor à liberdade, mas o faz de forma mais intensa e constante do que seus irmãos. O dragão, no universo da narrativa de “Fogo e Sangue”, é um símbolo de poder absoluto, capaz de incendiar cidades e subjugar exércitos. Portanto, ainda que seu discurso esteja carregado de elementos tradicionais associados à feminilidade, o dragão introduz uma fissura nesse

enquadramento ideológico, sugerindo que o poder de Rhaenys, embora suavizado pelos seus gostos por música, dança e poesia, é inegável e, de certa forma, transgressor.

Dessa maneira, a análise discursiva revela que a personagem Rhaenys é atravessada por formações discursivas ideológicas que alternam entre reforçar estereótipos femininos tradicionais e permitir nuances que sugerem autonomia e poder. Sua representação, ao mesmo tempo que reafirma a ligação entre o feminino e o lúdico, também desafia sutilmente os limites impostos pela ideologia patriarcal ao colocá-la como a personagem que mais se conecta com um dos símbolos mais poderosos do universo de Westeros: o dragão.

Figura 2 – Aegon e suas irmãs Visenya e Rhaenys Targaryen



Fonte: Livro “Fogo e Sangue,” 2025

A imagem acima traz ao leitor a representação visual de Aegon, o Conquistador, e suas irmãs, Visenya e Rhaenys Targaryen, personagens centrais na narrativa de Fogo & Sangue, de George R.R. Martin. Essas representações femininas são construídas por simbolismos importantes que dialogam com os discursos construídos ao longo da obra, revelando, por meio de vestimentas, posturas, armas e expressões, não apenas as características individuais de cada personagem, mas também as relações de poder e a ideologia presentes em suas representações.

Visenya, em pé à direita, exibe uma armadura completa que cobre boa parte de seu corpo, reforçando seu caráter guerreiro e sua prontidão para o combate. A malha metálica e os detalhes em sua vestimenta indicam não apenas força física, mas também estratégia e domínio sobre o campo de batalha. Sua postura, com uma das mãos sobre a cintura e a outra próxima à

espada, reforça seu perfil autoritário e inflexível. O olhar altivo e a expressão séria comunicam uma rigidez que se alinha com sua representação no texto original, em que é descrita como austera e impiedosa.

Rhaenys, sentada em primeiro plano, apresenta um contraste significativo com sua irmã mais velha. Embora também use peças de armadura, suas vestes são mais leves e fluídas, sugerindo liberdade e mobilidade. Seus longos cabelos soltos adicionam suavidade à sua figura, criando um contraponto à rigidez de Visenya. A postura mais relaxada, somada ao olhar contemplativo e distante, reforça sua personalidade sonhadora e curiosa. Ao contrário das armas imponentes exibidas por Visenya e Aegon, a espada de Rhaenys não ocupa um lugar de destaque na composição, sugerindo que seu poder não está diretamente associado ao combate corpo a corpo, mas sim a outras formas de influência e presença.

A interação entre os três personagens é construída de forma equilibrada. Aegon ocupa uma posição central, simbolizando sua função de eixo entre as duas irmãs. Enquanto Visenya representa a força militar e estratégica, Rhaenys simboliza a leveza, o sonho e a paixão. O fundo composto por espadas reforça o caráter violento e implacável da conquista e do poder representado pelo Trono de Ferro, que emerge como um símbolo construído através do fogo e do sangue.

Do ponto de vista discursivo, a imagem reforça formações ideológicas presentes no texto original. Aegon aparece como a representação clássica do líder forte e autoritário, enquanto Visenya e Rhaenys representam arquétipos femininos opostos, porém complementares. Visenya incorpora a figura da guerreira severa e estrategista, enquanto Rhaenys reflete a musa livre e apaixonada. Essa construção visual revela as posições discursivas ocupadas por cada um, ressaltando não apenas suas individualidades, mas também as estruturas de poder e as tensões simbólicas que permeiam suas relações. O discurso materializado no campo visual, portanto, não é neutro; ele reflete e reforça uma ideologia específica sobre poder, gênero e liderança, alinhando-se aos sentidos construídos no discurso literário.

Figura 3 – Rhaenys Targaryen voando com seu dragão Meraxes em uma guerra



Fonte: Livro “Fogo e Sangue” 2025

Quadro 5 – Trecho 3 selecionado do Livro “Fogo e Sangue”

A rainha Rhaenys também nutria grande interesse pelo povo comum, e um amor especial por mulheres e crianças. Uma vez, quando ela estava recebendo a corte no Aegonforte, trouxeram-lhe um homem que havia espancado a própria esposa até a morte. Os irmãos da vítima queriam que ele fosse castigado, mas o marido defendeu que suas ações foram legítimas, pois ele encontrara a esposa na cama com outro homem. O direito de um marido de castigar uma esposa infiel era bem estabelecido em todos os Sete Reinos (exceto Dorne). O homem acrescentou, ainda, que o bastão que ele usara para espancar a mulher não era mais grosso que seu próprio polegar, e até apresentou o objeto como prova. No entanto, quando a rainha lhe perguntou quantos golpes ele dera, o marido não soube responder, mas os irmãos da mulher morta insistiram que haviam sido cem golpes. A rainha Rhaenys se consultou com seus mestres e septões e, por fim, declarou sua decisão. O adultério de uma esposa era uma ofensa contra os Sete, que haviam criado as mulheres para serem fiéis e obedientes a seus maridos, e, portanto, ela devia ser punida. Contudo, como deus tem apenas sete faces, o castigo deveria consistir em somente seis golpes (pois o sétimo seria para o Estranho, e o Estranho é a face da morte). Assim, os primeiros seis golpes que o homem dera haviam sido legítimos... mas os demais noventa e quatro foram uma ofensa contra deuses e homens e precisavam ser punidos na mesma medida. A partir daquele dia, a "regra de seis" se tornou parte da lei. (O marido foi levado até a base da Colina de Rhaenys, onde os irmãos da mulher morta lhe desferiram noventa e quatro golpes com bastões de tamanho determinado pela lei.) (Martin, p.48, “Fogo e Sangue” 2025)

O trecho e a imagem de Rhaenys montada em seu dragão durante um cenário de guerra nos proporciona uma análise ancorada aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso e os estudos sobre gênero propostos por Beauvoir (1967,1970). A cena apresenta Rhaenys não apenas como uma figura de poder político, mas também como um sujeito que ocupa um lugar complexo na estrutura ideológica do universo ficcional de Fogo & Sangue. Ao analisar os efeitos de sentido promovidos na obra, por meio dos elementos linguísticos e imagéticos,

percebe-se que Rhaenys está inserida em uma prática discursiva que rompe com as estruturas patriarcais e desafia as posições tradicionalmente reservadas às mulheres dentro de uma sociedade rigidamente hierarquizada.

Rhaenys é retratada como uma rainha sensível às questões do povo comum, especialmente às mulheres e crianças, o que reforça o arquétipo feminino associado ao cuidado e à compaixão. No entanto, sua postura, ao deliberar sobre o caso do marido agressor, revela não apenas empatia, mas também uma habilidade política astuta. Ela se utiliza da lógica religiosa e jurídica vigente para oferecer uma resposta que, ao mesmo tempo, respeita a ordem patriarcal, mas também a subverte sutilmente ao impor um limite às práticas violentas. A "regra de seis", criada por Rhaenys, é um marco simbólico que equilibra justiça e compaixão, sugerindo uma visão de mundo que não está ancorada apenas na severidade ou no exercício bruto do poder, mas também na ponderação ética.

Na imagem de Rhaenys montada em seu dragão, há uma amplificação visual desse discurso. O dragão, um símbolo de poder absoluto e devastação, serve como uma extensão do poder feminino encarnado por Rhaenys. Sua posição no alto, sobrevoando uma cidade em chamas, materializa o poder incontestável que ela possui, mas também sugere a dualidade que acompanha sua figura: a rainha que ama o povo, mas que também é capaz de destruí-lo caso necessário. A postura ereta sobre a criatura alada, aliada ao olhar atento, reforça a representação de uma líder que carrega consigo não apenas autoridade, mas também responsabilidade. O fogo que consome a cidade ao fundo serve como metáfora para o impacto de suas ações que, embora justas, carregam consequências irreversíveis.

Sob a ótica da Análise do Discurso, a construção da figura de Rhaenys como sujeito discursivo é atravessada por formações ideológicas que ora a aproximam de um ideal feminino tradicional – representado por sua empatia e cuidado com os vulneráveis – ora a afastam completamente desse ideal ao colocá-la no comando de um dragão, um símbolo do poder bélico historicamente associado ao masculino. Essa dualidade discursiva cria uma tensão constante entre os discursos que buscam enquadrá-la no arquétipo feminino submisso e aqueles que a representam como uma figura autônoma e agente de seu próprio destino.

Os discursos que buscam enquadrar Rhaenys em um ideal feminino tradicional provêm de instâncias discursivas que refletem formações ideológicas arraigadas na cultura, na religião e nas normas sociais. Esses discursos se fundamentam, em grande parte, nas narrativas culturais e míticas que exaltam a mulher como figura maternal, cuidadora e guardiã da moral, reforçando valores associados à empatia e ao cuidado com os outros. Além disso, as tradições religiosas e os sistemas éticos muitas vezes fortalecem esse ideal, apresentando a mulher como um símbolo

de virtude e submissão, papel que contrasta com posições de liderança ou exercício direto de poder. Paralelamente, os discursos políticos e sociais tradicionais também atuam para enquadrar as mulheres dentro de papéis pré-estabelecidos, promovendo a ideia de que sua força está no apoio e na manutenção da estabilidade emocional e moral, e não na ação autônoma ou no comando. Essas diferentes instâncias discursivas convergem para construir uma visão de mundo que busca restringir as possibilidades de atuação da mulher, inscrevendo-a em papéis subordinados, e reduzidas em relação a seu papel social, em comparação aos homens.

Ancorada nos estudos de Beauvoir (1967,1970) sobre a construção social do gênero feminino podemos dizer que, em *O Segundo Sexo*, a autora argumenta que a mulher é frequentemente reduzida à posição de "outro", definida em relação ao homem e a representação social que ele projeta sobre ela. Rhaenys, no entanto, rompe com essa posição subalterna ao agir de forma autônoma, tanto no campo jurídico quanto no bélico. Sua capacidade de tomar decisões que impactam profundamente a sociedade, aliada à sua posição como montadora de dragão, representa um deslocamento do lugar tradicionalmente reservado às mulheres em estruturas patriarcais. Contudo, esse deslocamento não é isento de contradições, já que Rhaenys ainda precisa operar dentro das estruturas discursivas dominantes para validar suas decisões.

Nesse sentido, tanto no trecho quanto na imagem, Rhaenys surge como um sujeito cuja representação reflete e desafia simultaneamente os discursos de gênero e poder que a circundam. Sua figura transcende os limites impostos pelo sistema patriarcal ao mesmo tempo em que dialoga com eles, evidenciando como os discursos são espaços de tensão, negociação e, por vezes, transformação. A imagem e o texto se complementam, oferecendo um retrato complexo de uma personagem que encarna as contradições e potencialidades do feminino em um universo marcado por estruturas de poder rígidas e, ao mesmo tempo, fluidas. Já no trecho abaixo, temos outra descrição de sua irmã, Visenya:

Quadro 6 – Trecho 4 do Livro “Fogo e Sangue”

(Continua)

Contudo, havia um caráter sombrio em Visenya Targaryen. Para a maior parte do mundo, ela apresentava o rosto sério de uma guerreira, rigorosa e inclemente. Seus admiradores diziam que até mesmo sua beleza era afiada. A mais velha das três cabeças do dragão, Visenya viria a viver mais que os irmãos, e corriam boatos de que, em seus últimos anos, quando já não conseguia mais brandir uma espada, ela se dedicou às artes obscuras, misturando venenos e invocando feitiços malignos. Há até quem sugira que ela possa ter sido fraticida e regicida, embora jamais tenha sido apresentada qualquer prova para embasar tais calúnias. Se fosse verdade, seria uma ironia cruel, pois, na juventude, ninguém se empenhou mais que ela para proteger o rei. Em duas ocasiões, Visenya brandiu Irmã Sombria em defesa de

(Conclusão)

Aegon quando ele foi atacado por assassinos dorneses. Alternando-se entre desconfiança e ferocidade, ela não confiava em ninguém além do irmão. Durante a Guerra Dornesa, ela usava uma cota de malha noite e dia, inclusive sob seus trajes de gala. (Martin, p. 49 “Fogo e Sangue” 2025)

O trecho que descreve Visenya Targaryen revela um entrelaçamento de discursos que constroem sua identidade dentro da narrativa. A Análise do Discurso, conforme Pêcheux (1997,2014,2015) e Orlandi (2020), considera que o discurso é atravessado por condições de produção históricas, sociais e ideológicas, que delimitam o que pode e deve ser dito em determinadas práticas sociais.

É importante destacar que a personagem é descrita como "rigorosa e inclemente", características tradicionalmente associadas a uma liderança firme, mas que, no caso de mulheres, frequentemente adquirem conotações negativas no interdiscurso. Nesse sentido, a associação com "artes obscuras" e "feitiços malignos" reforça o imaginário histórico que posiciona mulheres poderosas como perigosas ou desviantes. Esses elementos discursivos não surgem sem motivo; eles estão sob influência de memórias discursivas que reiteram a desconfiança social em relação às mulheres que desafiam normas patriarcais.

A abordagem teórica que dá suporte a este estudo nos permite analisar como a ideologia interpela o sujeito. Visenya é construída como uma figura ambígua, simultaneamente leal e suspeita, guerreira e fraticida. Essa ambiguidade é reflexo de formações discursivas patriarcais que procuram controlar a narrativa sobre mulheres em posições de poder, limitando-as a papéis que alternam entre a veneração e a marginalização. Neste contexto, a ideologia dominante atua para assujeitar a personagem, definindo-a por meio de uma dualidade que reafirma as tensões sociais em torno das questões de gênero.

As relações de poder presentes no discurso também são evidenciadas na maneira como Visenya é apresentada em contraste com seus irmãos. Enquanto ela protege Aegon e se destaca como guerreira, a narrativa também sugere que sua força é ameaçadora. Essa construção discursiva reflete o funcionamento do discurso como espaço de luta simbólica, conforme apontado por Foucault (2012), onde relações de poder e gênero moldam a forma como as mulheres são representadas e percebidas.

Após a morte de Aegon, o Conquistador, e de suas irmãs, Visenya e Rhaenys, Westeros entrou em um período de instabilidade e desafios políticos. Aegon havia unificado os Sete Reinos sob o símbolo do Trono de Ferro, mas sua morte deixou uma sucessão marcada por disputas de poder e tensões entre as casas nobres. Seu filho, Aenys I Targaryen, subiu ao trono, mas mostrou-se um governante fraco e indeciso. Ele enfrentou rebeliões alimentadas tanto pela

insatisfação dos senhores feudais quanto pela ira da Fé Militante, que desaprovava os costumes incestuosos dos Targaryen. Sua falta de pulso firme levou o reino a um estado de caos crescente.

Após a morte prematura de Aenys, Maegor I Targaryen, conhecido como Maegor, o Cruel, assumiu o trono. Embora fosse um governante brutal e implacável, Maegor conseguiu reprimir as revoltas e restaurar temporariamente a ordem por meio de métodos extremamente violentos, como a construção da Fortaleza Vermelha e o uso de dragões para subjugar seus inimigos. No entanto, sua tirania alienou grande parte do reino, e sua morte — misteriosa e envolta em especulações — pôs fim ao seu reinado sanguinário.

Com a morte de Maegor, Jaehaerys I Targaryen, filho sobrevivente de Aenys, ascendeu ao trono. Seu reinado, ao lado de sua irmã-esposa, Rainha Alysanne, marcou uma nova era para Westeros. Conhecido como O Conciliador, Jaehaerys trouxe estabilidade ao reino por meio de diplomacia, reformas estruturais e alianças estratégicas. Ele suavizou as tensões com a Fé Militante, promoveu a construção de estradas e fortaleceu a unidade entre os Sete Reinos.

A parceria entre Jaehaerys e Alysanne não apenas consolidou o poder dos Targaryen, mas também simbolizou uma liderança sábia e equilibrada. A rainha Alysanne foi uma figura influente, conhecida por sua bondade, visão política e proximidade com o povo. Juntos, eles representaram o ápice da dinastia Targaryen antes das turbulências futuras que eventualmente levariam à Dança dos Dragões.

O longo e próspero reinado de Jaehaerys I Targaryen, o Conciliador trouxe paz e estabilidade para Westeros, mas sua sucessão revelou-se um desafio complexo e marcado por tragédias familiares. Apesar de ter governado por mais de cinco décadas ao lado de sua irmã-esposa, Rainha Alysanne, muitos de seus filhos não sobreviveram à infância ou morreram antes do pai, o que deixou a sucessão em aberto. Dessa forma, o Rei Jaehaerys necessitava de um sucessor, apesar de ainda não ter tomado sua decisão. Conforme pontuado no livro:

Quadro 7 – Trecho 5 do Livro “Fogo e Sangue”

(Continua)

A decisão do rei estava de acordo com uma prática bem estabelecida. Aegon, o Conquistador, foi o primeiro senhor dos Sete Reinos, não sua irmã Visenya, dois anos mais velha. O próprio Jaehaerys sucedeu seu tio usurpador Maegor no Trono de Ferro, embora, se a ordem fosse de nascimento apenas, sua irmã Rhaena tivesse mais força de reivindicação. Jaehaerys não tomou essa decisão de forma leviana; sabe-se que ele discutiu a questão com seu pequeno conselho. Sem dúvida ele consultou o septão⁶ Barth, como fazia em todas as questões importantes, e a opinião do grande mestre Elysar também tinha grande peso. Todos concordaram. Baelon, um cavaleiro experiente de trinta e cinco anos, era mais

(Conclusão)

⁶ Um septão é um sacerdote masculino da Fé dos Sete, a religião predominante em Westeros.

adequado ao governo do que a princesa Rhaenys, de dezoito anos, ou seu bebê ainda não nascido (que podia ou não ser menino, enquanto o príncipe Baelon já tinha tido dois filhos saudáveis, Viserys e Daemon). (Martin, página 290 e 291 “Fogo e Sangue” 2025)

Considerando as condições de produção e as formações discursivas que moldam as narrativas de poder e gênero, o trecho reflete uma ideologia patriarcal que organiza e hierarquiza as posições de poder, legitimando a exclusão das mulheres por meio de argumentos aparentemente racionais e contextualmente aceitos.

Primeiramente, a decisão do rei de favorecer Baelon ao invés de Rhaenys para a sucessão do Trono de Ferro se insere em uma formação discursiva que prioriza homens nas posições de liderança. Isso é reforçado pela memória discursiva que permeia a narrativa, em que a sucessão masculina é justificada por critérios que combinam experiência, força e a capacidade de perpetuar a linhagem por meio de descendentes masculinos. O discurso evidencia que, embora a sucessão "de acordo com a ordem de nascimento" pudesse favorecer Rhaenys, ela é preterida devido a construções discursivas que vinculam o poder à masculinidade e excluem as mulheres sob a justificativa de inadequação ou incerteza.

Em segundo lugar, a argumentação apresentada para sustentar a decisão do rei — o fato de Baelon ser um cavaleiro experiente e pai de dois filhos saudáveis, enquanto Rhaenys é jovem e seu filho ainda não nasceu — revela a operação da ideologia que associa a legitimidade ao gênero e às capacidades "comprovadas". Essa lógica inscreve a exclusão da princesa em um discurso que parece neutro e objetivo, mas que é profundamente atravessado por relações de poder e ideologia patriarcal, conforme apontam Pêcheux e Orlandi em suas discussões sobre como o discurso é estruturado para naturalizar as desigualdades.

Outro ponto relevante na análise discursiva é o papel das instituições e figuras de autoridade, como o pequeno conselho, o septão Barth e o grande mestre Elysar. Esses personagens e instituições encontram-se inseridos no Aparelho Ideológico Família, respaldado pelo Aparelho de Estado, ambos reforçam a hierarquia de gênero, legitimando a exclusão de Rhaenys com base em critérios supostamente racionais e imparciais. A consulta a essas autoridades reflete como as decisões políticas são discursivamente construídas para parecerem consensuais e inevitáveis, ocultando as relações de poder que as sustentam.

Além disso, a memória discursiva que perpassa a narrativa é fundamental para compreender a exclusão de Rhaenys. A referência a Aegon, o Conquistador, e sua preferência sobre Visenya como primeiro governante dos Sete Reinos, reforça um padrão histórico-ideológico que atribui o poder supremo aos homens, mesmo quando há mulheres igualmente qualificadas ou com precedência de nascimento. Nesse sentido, o trecho exemplifica como as

representações sociais das mulheres, especialmente em narrativas ficcionais, refletem e reproduzem ideologias patriarcais. Rhaenys é reduzida a características que simbolizam fragilidade ou incerteza, enquanto Baelon é enaltecido por atributos associados à força, competência e estabilidade. Essa construção discursiva reproduz a exclusão feminina como um efeito ideológico naturalizado. O trecho revela como o discurso legitima e perpetua desigualdades de gênero, utilizando elementos históricos, institucionais e ideológicos para construir uma narrativa de exclusão que é apresentada como lógica e inevitável. Esse processo evidencia o poder do discurso na manutenção das relações de poder e das estruturas sociais patriarcais.

O herdeiro inicialmente escolhido por Jaehaerys era seu filho Baelon Targaryen, o Príncipe de Pedra do Dragão. Contudo, a morte prematura de Baelon deixou um vácuo no poder, criando uma disputa entre possíveis sucessores. Entre os principais pretendentes estavam Rhaenys Targaryen, filha mais velha de Aemon, conhecida como "A Rainha Que Nunca Foi", e Viserys Targaryen, filho mais velho de Baelon, ou seja, netos do atual rei, Jaehaerys.

Quadro 8 – Trecho 6 do Livro “Fogo e Sangue”

Todos os Sete Reinos choraram por Baelon, o Valente, e ninguém mais do que o rei Jaehaerys. Desta vez, quando acendeu a pira funerária do filho, ele não teve nem o consolo da amada esposa ao lado. O Velho Rei nunca tinha ficado tão solitário. E agora, novamente Sua Graça se deparou com um dilema incômodo, pois mais uma vez havia dúvida sobre a sucessão. Com os dois herdeiros aparentes mortos e queimados, não havia mais um sucessor evidente para o Trono de Ferro... mas isso não queria dizer que não existiam pretendentes. Baelon tivera três filhos com a irmã Alyssa. Dois, Viserys e Daemon, ainda estavam vivos. Se Baelon tivesse assumido o Trono de Ferro, Viserys seria seu sucessor sem questionamento, mas a morte trágica do príncipe aos quarenta e quatro anos complicou a sucessão. As reivindicações da princesa Rhaenys e de sua filha Laena Velaryon foram feitas novamente... e mesmo que fossem desconsideradas por causa do sexo, o filho de Rhaenys, Laenor, não tinha esse impedimento. Laenor Velaryon era homem e podia alegar ser descendente do filho mais velho de Jaehaerys, enquanto os filhos de Baelon eram descendentes do mais novo. (Martin, página 293 “Fogo e Sangue” 2025)

O trecho acima revela como as dinâmicas de poder e hierarquia patriarcal estão enraizadas nas estruturas discursivas que moldam a narrativa. Nele, a exclusão de Rhaenys e Laena Velaryon da sucessão ao Trono de Ferro por causa do sexo ilustra o que Beauvoir (1967,1970) aponta em seus estudos: as mulheres são historicamente posicionadas como "o outro", ou seja, subordinadas à normatividade masculina que domina as esferas de poder. Nessa prática social, a identidade feminina não é apenas desconsiderada, mas ativa e discursivamente negada como legítima, independentemente de vínculos de sangue ou competências.

Butler (2018) reforça que o gênero é performativo, isto é, construído por meio de

repetição de normas sociais. Essa construção é evidente na narrativa, onde a exclusão de Rhaenys e Laena é legitimada por um discurso que naturaliza a incapacidade feminina para o governo, enquanto Laenor, seu irmão, é automaticamente privilegiado por ser homem. Essa lógica revela como o gênero opera como um marcador central de poder, estabelecendo o masculino como norma de legitimidade e liderança.

Além disso, Louro (1997,2002) aponta que o corpo feminino é historicamente regulado por normas que o associam à fragilidade e à inadequação para posições de poder. No texto, isso se manifesta na desconsideração de Laena como herdeira legítima, enquanto Laenor, apesar de jovem e com reivindicações indiretas, é visto como mais adequado apenas por ser homem. Essa lógica reforça o "disciplinamento do corpo feminino", conceito de Louro (1997,2002) que explica como a posição das mulheres é delimitada não por suas capacidades, mas pelas limitações impostas por uma estrutura de poder patriarcal. Aqui, o discurso também opera como um instrumento de "heteronormatividade compulsória", que, segundo Butler (2018) e Louro (1997,2002), naturaliza a centralidade masculina como norma incontestável.

A morte de Baelon, apresentada como um momento de sofrimento coletivo e de solidão para o rei Jaehaerys, estrutura um campo discursivo que consolida o valor simbólico da masculinidade na sucessão. Enquanto as reivindicações de Rhaenys e Laena são problematizadas ou descartadas, o texto legitima e perpetua uma hierarquia de gênero por meio de critérios que parecem neutros, como a linhagem e o desempenho. Contudo, esses critérios estão impregnados de ideologia, operando como "aparelhos ideológicos" que naturalizam as exclusões, conforme discutem Althusser (1980) e Pêcheux (1997,2014,2015). Esses dispositivos discursivos podem aqui, serem entendidos como ferramentas que reforçam a manutenção das mulheres em posições de subalternidade, apagando suas possibilidades de agência política.

Além disso, o texto também evidencia como a memória discursiva contribui para a exclusão sistemática das mulheres. A recorrência de argumentos baseados no sexo e na tradição de sucessão masculina reflete uma relação interdiscursiva patriarcal que estrutura as práticas sociais, transformando a subordinação feminina em algo legitimado historicamente. No entanto, ao mencionar as reivindicações de Rhaenys e Laena, a narrativa insinua uma tensão entre a reprodução dessas normas e as possibilidades de resistência. As mulheres, ao serem citadas como pretendentes, mesmo que marginalizadas, aparecem como agentes que desafiam, ainda que parcialmente, as fronteiras impostas pelo discurso dominante.

Diante disso, para evitar uma guerra civil que ameaçasse destruir tudo o que havia construído, Jaehaerys convocou o histórico Conselho de 101 d.C⁷., um grande encontro com os lordes mais poderosos dos Sete Reinos. Esse conselho foi responsável por decidir, de forma consensual, quem deveria ser o próximo a ocupar o Trono de Ferro.

Quadro 9 – Trecho 7 do Livro “Fogo e Sangue”

O grande conselho deliberou por treze dias. As reivindicações fracas de nove concorrentes menores foram avaliadas e descartadas (um deles, um cavaleiro andante que se apresentou como filho natural do próprio rei Jaehaerys, foi capturado e aprisionado quando o rei o expôs como mentiroso). O arquimeistre Vaegon foi descartado por causa dos votos e a princesa Rhaenys e a filha por causa do sexo, restando os dois reclamantes com mais apoio: Viserys Targaryen, filho mais velho do príncipe Baelon, e Laenor Velaryon filho da princesa Rhaenys. Viserys era neto do Velho Rei, Laenor seu bisneto.
(Martin, página 295 “Fogo e Sangue” 2025)

A decisão do Grande Conselho de descartar as reivindicações de Rhaenys e de sua filha com base no sexo demonstra como a exclusão feminina é justificada não por argumentos meritocráticos ou de competência, mas por uma hierarquia discursiva que privilegia o masculino como a única via legítima para o poder. A referência à exclusão de Rhaenys “por causa do sexo” explicita o modo como as mulheres são deslegitimadas em sua essência, não por falta de capacidade ou direito, mas por uma construção discursiva que as posiciona fora do espaço de decisão política. Essa rejeição reitera o que Beauvoir (1967, 1970) descreve em *O Segundo Sexo* como a construção da mulher como “o outro”, uma entidade marginalizada, incapaz de ocupar o centro de poder político.

Além disso, a frase “o arquimeistre Vaegon foi descartado por causa dos votos” em contraste com “a princesa Rhaenys e a filha por causa do sexo” evidencia que, enquanto a exclusão de Vaegon decorre de critérios deliberativos e contestáveis, a de Rhaenys está ancorada em uma normatividade incontestável e imutável sobre o gênero. Essa dicotomia revela como o discurso constrói uma hierarquia de exclusões, em que as mulheres nem sequer podem participar em pé de igualdade com os homens.

O papel do arquimeistre Vaegon e dos demais concorrentes descartados por critérios avaliativos também é relevante. Diferentemente de Rhaenys, eles foram julgados com base em argumentos políticos e pragmáticos, enquanto o critério de gênero é absoluto, reforçando o que Butler (2018) descreve como a “naturalização” do gênero. Para Butler (2018), essa naturalização sustenta hierarquias ao transformar desigualdades sociais em aparentes fatos

⁷ É válido ressaltar que o termo d.C se refere a “Depois da conquista” e a.C se refere a “Antes da conquista”

biológicos ou normativos.

A posição de Laenor Velaryon, embora também preterida posteriormente, é outro ponto significativo. Sua inclusão nas deliberações se dá unicamente por ele ser homem, filho de uma mulher que, por seu gênero, não foi considerada. Isso reafirma que, mesmo dentro da lógica excludente, a linhagem masculina é resgatada como válida, enquanto a feminina é completamente apagada.

Quadro 10 – Trecho 8 do Livro “Fogo e Sangue”

Com uma grande margem de diferença, os senhores reunidos escolheram Viserys Targaryen como herdeiro legítimo do Trono de Ferro. Apesar de os meistres que contaram os votos nunca terem revelado os números, diziam depois que a votação fora mais de vinte contra um. Aos olhos de muitos, o Grande Conselho de 101 d.C estabeleceu um precedente de ferro nas questões de sucessão: independente de senioridade, o Trono de Ferro de Westeros não podia passar para uma mulher, nem por uma mulher a seus descendentes masculinos. (Martin, página 298 “Fogo e Sangue” 2025)

O trecho 8 aprofunda a exclusão das mulheres ao relatar como a decisão do Grande Conselho de 101 d.C. estabeleceu um “precedente de ferro” que cristalizou a impossibilidade de mulheres herdarem o Trono de Ferro ou transmitirem a sucessão a seus descendentes masculinos. Aqui, o discurso opera com maior força, transformando uma decisão contextual em uma regra universal e imutável, legitimada por meio da narrativa histórica e institucional.

A expressão “precedente de ferro” sugere a criação de uma norma rígida que ultrapassa uma prática social específica para se tornar um princípio absoluto de exclusão. Essa norma reflete o que Louro (1997, 2002) descreve como o “disciplinamento do corpo e do gênero”. O corpo feminino é apagado do espaço público de poder, enquanto o corpo masculino é naturalizado como o único capaz de governar, reforçando um imaginário social patriarcal que legitima a exclusão feminina como algo intrínseco e incontestável.

A votação descrita como “mais de vinte contra um” reforça o caráter consensual e amplamente aceito da exclusão feminina. Esse consenso simbólico, mesmo sem os números exatos divulgados, sustenta a ideia de que a exclusão de mulheres não era apenas uma decisão política, mas uma “verdade social” compartilhada por todos os senhores reunidos. Esse processo evidencia o que Foucault (1970, 2020) descreve como a produção de verdade no discurso. Para Foucault (1970, 2020), a verdade é construída por meio de práticas discursivas que dão legitimidade às relações de poder, convertendo normas em realidades inquestionáveis.

Por outro lado, a construção discursiva dessa votação como uma decisão consensual apaga possíveis dissensos, silenciando vozes que poderiam contestar o caráter excludente da norma. Isso reforça o apagamento das mulheres e de seus aliados potenciais na narrativa

histórica, consolidando a hegemonia patriarcal como uma verdade absoluta.

O trecho também destaca como o gênero não apenas regula quem pode ocupar o poder, mas também quem pode transmiti-lo. Ao excluir as mulheres e seus descendentes masculinos, o discurso reforça uma hierarquia genealógica centrada no masculino, apagando a contribuição e o sujeito feminino até mesmo na linhagem. Esse apagamento reflete o que Louro (1997,2002) e Butler (2018) discutem sobre o papel da heteronormatividade compulsória e da naturalização do masculino como o único vetor de poder.

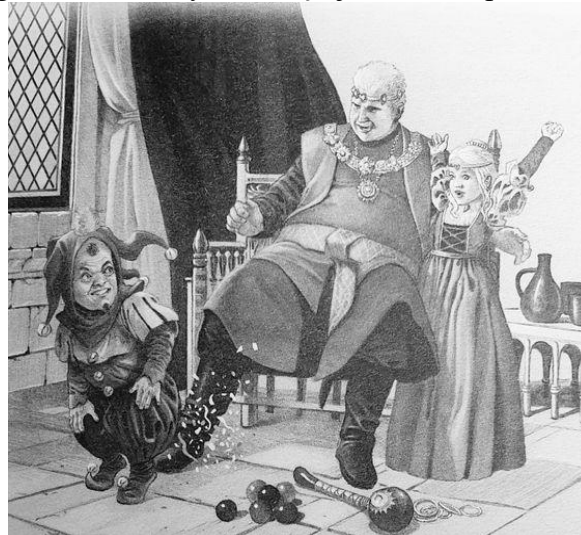
Quadro 11 – Trecho 9 do Livro “Fogo e Sangue”

Na ocasião da ascensão, O rei Viserys tinha vinte e seis anos. Ele era casado havia uma década com a senhora Aemma da casa Arryn. A senhora Aemma sofreu vários abortos espontâneos e a morte de um filho no berço ao longo do casamento, mas ela também deu à luz a uma filha saudável, Rhaenyra. O novo rei e sua rainha adoravam a menina, sua única filha viva. ”

“No meio da alegria, amada e adorada por todos, estava a única filha viva, a princesa Rhaenyra, a garotinha que cantores da corte chamavam de Deleite do Reino. Apesar de só ter seis anos que seu pai assumiu o Trono de Ferro, Rhaenyra Targaryen era uma criança precoce, inteligente e ousada e linda com uma beleza que só alguém com sangue do dragão podia ter. Aos sete anos, ela se tornou cavaleira de dragões e subiu ao céu na jovem dragão que batizou de Syrax, em homenagem a uma deusa da antiga Valíria. Aos oito anos, a princesa foi posta em serviço como escanção... mas do próprio pai, o rei.

À mesa, em torneios e na corte, o rei Viserys raramente era visto sem a filha ao lado. (Martin, página 300 “Fogo e Sangue” 2025)

Figura 4 – Rhaenyra criança junto a seu pai Viserys



Fonte: Livro “Fogo e Sangue” 2025

O trecho destacado oferece uma análise das relações de poder, gênero e representações discursivas em torno de Rhaenyra Targaryen e seu papel na narrativa. Ele revela como as construções discursivas enaltecem as mulheres dentro de determinados limites simbólicos, ao mesmo tempo em que reforçam hierarquias e ideologias que as condicionam às posições

sujeitos específicas.

A descrição de Rhaenyra como “Deleite do Reino” aponta para um discurso que atribui à figura feminina um papel de adorno e inspiração, reforçando um imaginário idealizado e romantizado. Ela é vista como objeto de adoração e alegria, inserida em uma narrativa que exalta sua beleza, inteligência e precocidade. Contudo, essa idealização é limitada a uma prática social de dependência emocional e política do pai, o rei Viserys, que a posiciona como um reflexo de seu poder e legitimidade. Esse tipo de construção reflete o que Beauvoir (1967,1970) descreve como a mulher sendo definida em relação ao homem, em que sua existência só ganha sentido no reconhecimento masculino.

A atribuição de qualidades como "bela" e "ousada", associadas ao “sangue do dragão”, também inscreve Rhaenyra em uma construção discursiva que conecta sua identidade a elementos mitológicos e genealógicos, reforçando a ideia de excepcionalidade. Essa narrativa, ao mesmo tempo que a enaltece, subordina sua individualidade a fatores externos como sua linhagem e aparência.

A menção aos abortos espontâneos e à morte de filhos no casamento de Aemma Arryn reflete o papel central da maternidade na construção discursiva das mulheres. A rainha é apresentada essencialmente por sua função reprodutiva, e sua identidade é definida pelas tragédias associadas a essa função. Apesar de seu sofrimento, a única "contribuição" reconhecida é Rhaenyra, a filha sobrevivente. Esse enfoque reflete o que Louro (1997,2002) analisa como a centralidade do corpo feminino na perpetuação de valores sociais e dinâmicas patriarcais, em que a maternidade é ao mesmo tempo glorificada e instrumentalizada.

Além disso, a narrativa sobre Aemma também destaca como as mulheres são definidas por suas falhas reprodutivas ou por sua capacidade de dar continuidade à linhagem. A sobrevivência de Rhaenyra não apenas legitima o papel de Aemma como rainha, mas também posiciona a filha como uma extensão de seu valor no interior do discurso dinástico.

Embora Rhaenyra seja representada como uma figura precocemente ativa e participativa, assumindo funções como cavaleira de dragões e escanção, essas representações sociais são mediadoras de sua relação com o pai. A presença constante de Rhaenyra ao lado de Viserys, seja à mesa, em torneios ou na corte, inscreve sua agência em uma relação simbólica de dependência, em que sua visibilidade pública é simultaneamente uma afirmação de seu valor e um reflexo do poder do rei.

Butler (2018) destaca como a performance do gênero é continuamente reiterada por normas sociais que moldam o que é possível e permitido às mulheres. No caso de Rhaenyra, sua participação em funções tradicionalmente masculinas, como cavaleira de dragões, é

excepcional, mas ocorre dentro de um sistema discursivo que a limita a ser uma extensão da figura masculina de Viserys. Mesmo sua ousadia e inteligência são interpretadas como atributos que reforçam sua posição simbólica e relacional, em vez de uma independência efetiva.

A relação entre Rhaenyra e Viserys é construída como um elo de afeto e proximidade, mas também como um dispositivo de poder simbólico. A presença da filha ao lado do rei, em torneios e na corte, sugere uma tentativa de reforçar a legitimidade de Viserys por meio da associação à figura de sua herdeira aparente. Contudo, a narrativa também reforça que esse poder é mediado pelo gênero, pois a presença de Rhaenyra está condicionada ao reconhecimento e à aceitação do pai. Sua posição política futura, ainda em construção, é antecipadamente restringida por um discurso que naturaliza a subordinação das mulheres ao poder masculino.

O rei Viserys tinha um irmão mais novo, Daemon Targaryen, que desejava ser o sucessor do Trono de Ferro, uma vez que Viserys só era pai de uma filha mulher, Rhaenyra, conforme apresentado no trecho 10, a seguir:

Quadro 12 – Trecho 10 do Livro “Fogo e Sangue”

Se o precedente instituído pelo Grande Conselho de 101 fosse seguido, um candidato homem deveria prevalecer perante uma mulher. Na ausência de um filho legítimo, o irmão do rei viria antes filha do rei.
(Martin, página 305 “Fogo e Sangue” 2025)

No trecho acima, observa-se a manifestação explícita de uma formação discursiva patriarcal que naturaliza a exclusão feminina do poder. Esse discurso é disseminado sob condições históricas e sociais que consolidam uma ideologia de gênero, na qual a sucessão ao trono é reservada exclusivamente aos homens. Segundo Pêcheux (2014), a ideologia opera de forma silenciosa e naturalizada, determinando a forma em que os discursos são disseminados, e, nesse caso, consolidando a crença de que o poder político deve ser transferido apenas entre homens. A formação discursiva vigente impede a emergência de discursos que legitimem o poder feminino, relegando as mulheres a posições subalternas. A filha do rei não é considerada uma sucessora legítima, não por falta de capacidade, mas por um posicionamento ideológico que a desqualifica enquanto sujeito político. Esse discurso, portanto, reproduz uma ordem social e política que mantém e legitima relações de poder desiguais, nas quais o masculino ocupa o centro das decisões e o feminino é sistematicamente marginalizado.

Quadro 13 – Trecho 11 do Livro “Fogo e Sangue”

(Continua)

Quando o questionavam sobre o assunto, o rei Viserys só dizia que tinha certeza de que sua rainha logo lhe daria um filho. E, em 105 dc, ele anunciou à corte e ao pequeno conselho

(Continuação)

que a rainha Aemma estava novamente esperando um bebê. A rainha Aemma foi levada ao leito na Fortaleza de Maegor e morreu dando à luz o filho que o rei Viserys desejava havia tanto tempo. O menino sobreviveu apenas um dia a mais do que ela, deixando o rei e a corte de luto. (Martin, página 305 “Fogo e Sangue” 2025)

A condição de produção desse discurso está imersa em uma formação ideológica que associa o valor da mulher à sua capacidade de gerar herdeiros masculinos. A expectativa de que a rainha Aemma gerasse um filho homem é a expressão de uma ideologia que define a mulher a partir de sua função reprodutiva, desconsiderando sua autonomia e subjetividade. A morte de Aemma durante o parto revela a desumanização da mulher, cuja existência é subordinada à manutenção do poder dinástico. Essa lógica é sustentada por um imaginário social que legitima a exploração do corpo feminino em prol da preservação da ordem patriarcal. Conforme Orlandi (2020), a ideologia se manifesta na materialidade do discurso e, nesse caso, atua naturalizando a ideia de que o sofrimento e a morte de Aemma são consequências aceitáveis diante da necessidade de um herdeiro homem. O discurso de Viserys, ao expressar convicção de que sua esposa lhe daria um filho, evidencia a internalização dessa ideologia, posicionando-o como sujeito interpelado pelo discurso patriarcal, que valoriza a continuidade da linhagem masculina em detrimento da vida da mulher.

Quadro 14 – Trecho 12 do Livro “Fogo e Sangue”

Depois que o luto pela esposa e o filho seguiu seu caminho, o rei passou a cuidar mais rapidamente da antiga questão da sucessão. Descartando os precedentes criados pelo rei Jaehaerys em 92 e pelo Grande Conselho em 101, Viserys declarou sua filha Rhaenyra como herdeira por direito e a nomeou princesa de Pedra do Dragão. (Martin, página 305 “Fogo e Sangue” 2025)

Na sentença acima há uma ruptura com a formação discursiva tradicional, embora essa ruptura esteja inserida em condições de produção específicas. A decisão de Viserys de nomear sua filha como herdeira contraria o discurso hegemônico, mas não ocorre por uma mudança ideológica genuína, e sim por uma necessidade prática diante da ausência de um herdeiro homem. Essa decisão revela a tensão entre discursos contraditórios: de um lado, a tradição patriarcal que exclui mulheres do poder; de outro, a tentativa de adaptação às circunstâncias. A escolha de Rhaenyra como sucessora representa um deslocamento discursivo, mas não uma subversão completa da ideologia dominante, pois sua ascensão ao poder permanece vulnerável à resistência social e política. Segundo Pêcheux (2015), as formações discursivas são atravessadas por disputas ideológicas, e a nomeação de Rhaenyra materializa esse embate entre discursos conservadores e discursos emergentes que tentam legitimar o poder feminino.

Conforme constado no trecho abaixo, Viserys declara Rhaenyra como sua sucessora:

Quadro 15 – Trecho 13 do Livro “Fogo e Sangue”

Em uma cerimônia extravagante em Porto Real, centenas de senhores se curvaram perante o “Deleite do Reino” enquanto ela estava sentada aos pés do pai na base do Trono de Ferro, jurando honrar e defender seu direito de sucessão. (Martin, página 306)

[....]

Embora Rhaenyra tivesse sido declarada a sucessora do pai, havia muitos no reino, na corte e além, que ainda nutriam esperanças de que Viserys pudesse ser pai de um herdeiro homem pois o Jovem Rei ainda não tinha nem trinta anos. (Martin, página 306 “Fogo e Sangue” 2025)

A cerimônia de coroação de Rhaenyra ilustra a construção simbólica de poder e sua ambiguidade. Embora a cerimônia tenha como objetivo legitimar o poder de Rhaenyra, o fato de ela estar sentada aos pés do pai no Trono de Ferro revela a persistência de uma hierarquia patriarcal. Esse posicionamento físico carrega um efeito de sentido que reforça a ideia de que seu poder é derivado e condicionado pela autoridade masculina. Conforme Foucault (2012), o discurso é atravessado por relações de poder, e o ritual dessa cerimônia funciona como um mecanismo de controle que busca equilibrar a concessão de poder feminino com a reafirmação da ordem patriarcal. O juramento dos senhores, portanto, não representa uma aceitação plena de Rhaenyra como soberana, mas um ato de conformidade forçada diante da autoridade do rei. Assim, o discurso que legitima a sucessão feminina é contraditório e permeado por tensões ideológicas.

Com a leitura das sentenças acima, percebe-se a evidência da resistência das relações interdiscursivas patriarcais. A esperança de que o rei ainda pudesse gerar um herdeiro homem revela a força de uma formação discursiva arraigada que resiste à legitimação do poder feminino. O discurso de Rhaenyra como herdeira permanece fragilizado diante de uma memória discursiva que naturaliza a exclusão da mulher do poder. Esse cenário ilustra como o sujeito feminino é constantemente interpelado por discursos que limitam sua agência política, refletindo a dificuldade de ruptura com ideologias profundamente enraizadas. Orlandi (2020) destaca que o sujeito é constituído na relação com a história e com a ideologia, sendo, portanto, atravessado por discursos que moldam suas possibilidades de atuação. Assim, a resistência à ascensão de Rhaenyra é resultado da permanência de formações discursivas que sustentam a ideia de que o poder pertence aos homens. Diante disso, O rei Viserys se casou novamente com outra mulher, Alicent Hightower.

Quadro 16 – Trecho 14 do Livro “Fogo e Sangue”

(Continua)

A rainha Alicent logo se mostrou tão fértil quanto bonita. Em 107 dc, ela deu ao rei um filho saudável e o chamou de Aegon em homenagem ao Conquistador. Dois anos depois, ela deu uma filha ao rei, Helaena; em 110 dc, ela lhe deu um segundo filho, Aemond. Mas a princesa

(Conclusão)

Rhaenyra continuava se sentando no pé do Trono de Ferro sempre que seu pai presidia. (Martin, página 309 “Fogo e Sangue” 2025)

Quadro 17 – Trecho 15 do Livro “Fogo e Sangue”

A amizade entre Sua Graça⁸ e a enteada acabou se mostrando pouco duradoura, pois tanto Rhaenyra quanto Alicent aspiravam ser primeira-dama do reino... e embora a rainha tivesse dado ao rei não um, mas dois herdeiros homens, Viserys não fez nada para mudar a ordem de sucessão. A Princesa de Pedra do Dragão continuou sendo a herdeira reconhecida, com metade dos senhores de Westeros jurados a defender os direitos dela. Os que perguntavam "E as decisões do Grande Conselho de 101?" percebiam que suas palavras pareciam não ser ouvidas. A questão havia sido decidida, no que dizia respeito ao rei Viserys; não era uma questão que Sua Graça desejasse revisitar. (Martin, página 310)

[....]

Ainda existia na corte; um grupo de senhores poderosos simpáticos à rainha Alicent e que apoiavam o direito dos filhos dela. Contra eles estava o "séquito da princesa". O rei Viserys amava tanto a esposa quanto a filha e odiava conflito e competição. (Martin, página 311 “Fogo e Sangue” 2025)

No trecho 14, a caracterização de Alicent como “fértil” e “bonita” reproduz a formação discursiva que associa o papel social da mulher à maternidade e à aparência, reduzindo sua identidade a atributos físicos e biológicos. Alicent, ao dar ao rei filhos homens, especialmente Aegon, reforça o discurso tradicional que valoriza a mulher pela sua função de garantir a continuidade da linhagem masculina. Esse aspecto é reforçado pela escolha do nome “Aegon”, evocando o imaginário de poder associado ao Conquistador, o que legitima ainda mais a posição de seus filhos na disputa sucessória.

Por outro lado, a permanência de Rhaenyra sentada aos pés do Trono de Ferro revela uma hierarquia simbólica, mesmo com seu título de herdeira. Essa imagem evidencia a resistência da ordem patriarcal em aceitar plenamente a autoridade feminina, sugerindo que o poder de Rhaenyra é condicionado e controlado pelo rei. A posição submissa da princesa ao lado do pai reflete a manutenção das relações de poder em que o protagonismo político permanece masculino, e o papel da mulher no espaço público é limitado. Assim, a resistência ao poder de Rhaenyra se inscreve nas formações discursivas que naturalizam a exclusão das mulheres do poder.

Já no trecho 15, há uma intensificação da disputa discursiva entre Rhaenyra e Alicent.

⁸ O termo Sua Graça se refere à Alicent Hightower, uma vez que, neste momento da história ela já havia se casado com o atual rei.

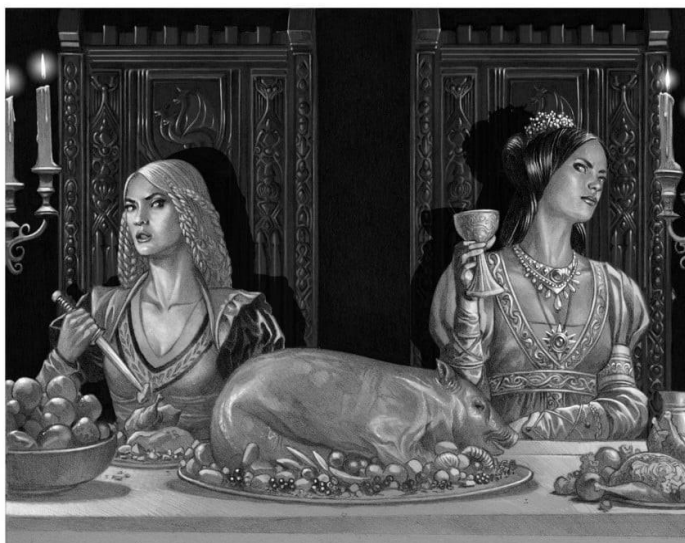
Ambas as mulheres são posicionadas como rivais em uma busca por reconhecimento e poder, mas essa disputa ocorre dentro dos limites ideológicos que definem o papel da mulher na monarquia. A expressão “aspiravam ser primeira-dama do reino” reforça a ideia de que o espaço de poder feminino está restrito à esfera simbólica, subordinada ao poder do rei. A rivalidade entre as duas não é apenas pessoal, mas está enraizada em formações discursivas que limitam as mulheres à competição por posições de influência indireta.

A resistência do rei Viserys em alterar a linha de sucessão, mesmo após o nascimento de filhos homens, configura um deslocamento discursivo significativo. A decisão de manter Rhaenyra como herdeira desafia o discurso tradicional, mas não anula a força das formações discursivas anteriores. A referência ao *Grande Conselho de 101*, que havia estabelecido precedentes patriarcais para a sucessão, evidencia a tensão entre o discurso oficial do rei e a memória discursiva que ancora a ideologia patriarcal. Segundo Pêcheux (2014), a memória discursiva condiciona a forma com que os discursos são constituídos e disseminados, e, nesse caso, o silenciamento de Viserys diante das referências ao conselho demonstra a fragilidade de sua decisão diante da pressão social.

A divisão da corte entre os apoiadores de Alicent e de Rhaenyra revela a materialização do discurso no interior das formações discursivas na determinada situação em campos de disputa política. Essa cisão não é apenas uma questão de lealdade pessoal, mas reflete a disputa entre discursos ideológicos que sustentam diferentes visões sobre o poder feminino. O grupo de senhores que apoia Alicent representa a perpetuação do discurso patriarcal, que defende a sucessão masculina como natural e legítima. Já o “séquito da princesa” simboliza uma resistência parcial a essa ideologia, mas ainda assim opera dentro das limitações impostas pela formação social de Westeros.

O posicionamento do rei Viserys como alguém que “odiava conflito e competição” ilustra uma neutralidade aparente, mas que, segundo a Análise do Discurso, é também uma forma de exercício de poder. O silêncio ou a inação de Viserys não são neutros; eles contribuem para a manutenção das tensões ideológicas e das disputas de poder. De acordo com Foucault (2012), o poder não se manifesta apenas de maneira direta, mas também por meio de omissões e silêncios que perpetuam as estruturas existentes. Assim, ao evitar o confronto direto, Viserys permite que as formações discursivas conflitantes se consolidem e perpetuem a instabilidade.

Figura 5 - Rainha Alicent e Princesa Rhaenyra.



Fonte: Livro “Fogo e Sangue” 2025

Quadro 18 – Trecho 16 do Livro “Fogo e Sangue”

Com a morte do rei Viserys I Targaryen, havia dois pretendentes principais ao Trono de Ferro: sua filha, Rhaenyra, a única filha sobrevivente do primeiro casamento dele, e Aegon, seu filho mais velho com a segunda esposa. Em meio ao caos e à carnificina gerados pela rivalidade dos dois, outros pretensos reis também fariam suas reivindicações, rodeando-os como saltimbancos em um palco, por uma quinzena ou uma fase da lua, só para fracassar tão rapidamente quanto tinham surgido. (Martin, página 331 “Fogo e Sangue” 2025)

Quadro 19 – Trecho 17 do Livro “Fogo e Sangue”

A Dança partiu os Sete Reinos em dois quando senhores, cavaleiros e plebeus se declararam a favor deste ou daquele lado e pegaram em armas uns contra os outros. Até a Casa Targaryen em si se dividiu quando amigos, parentes e os filhos de cada um dos pretendentes se envolveram na briga. Ao longo dos dois anos de luta, o preço foi alto para os grandes senhores de Westeros, seus vassallos, cavaleiros e plebeus. Embora a dinastia tenha sobrevivido, o poder dos Targaryen estava bastante diminuído no fim da luta e os últimos dragões do mundo em número bem reduzido. A Dança foi uma guerra diferente de qualquer outra das que aconteceram na longa história dos Sete Reinos. Embora exércitos marchassem e se encontrassem em batalhas selvagens, boa parte da matança aconteceu na água, e — principalmente - no ar, com dragão lutando contra dragão com dentes e garras e chamas. Foi uma guerra também marcada por dissimulação, assassinato e traição, uma guerra lutada nas sombras e escadarias, câmaras do conselho e pátios de castelo com facas e mentiras e veneno. (Martin, página 331 “Fogo e Sangue” 2025)

Ao afirmar que, com a morte do rei Viserys I, havia "dois pretendentes principais ao Trono de Ferro", o texto já posiciona Rhaenyra e Aegon em condições de disputa que são ideológicas. Embora Rhaenyra tenha sido nomeada herdeira legítima pelo próprio pai, a existência de Aegon como concorrente direto reflete a força da ideologia patriarcal que

naturaliza a sucessão masculina. Segundo Pêcheux (2014), a ideologia funciona de forma a naturalizar certas posições e apagar as contradições que sustentam determinadas estruturas sociais. Assim, a simples existência de Aegon como pretendente legítimo revela o quanto o discurso patriarcal permanece ativo, resistindo à quebra de paradigmas representada pela sucessão feminina.

Essa disputa não se dá em um vácuo, mas em condições específicas de produção do discurso, marcada pela morte do rei e pela instabilidade política. A morte de Viserys representa uma ruptura na ordem discursiva vigente, criando um vazio de poder que abre espaço para a emergência de novos discursos e práticas sociais. Nesse contexto, a ascensão de Aegon não ocorre apenas como resultado de uma ambição pessoal, mas como resposta a uma formação discursiva consolidada que resiste à ideia de uma mulher governar.

O trecho também destaca a presença de outros pretendentes ao trono, descritos como "saltimbancos em um palco", o que carrega um forte efeito discursivo. Esse uso metafórico do termo "saltimbancos" serve para desqualificar e ridicularizar esses outros candidatos, apresentando-os como figuras efêmeras e desprovidas de legitimidade. Essa escolha lexical reforça a ideia de que a disputa real se concentra entre Rhaenyra e Aegon, relegando os demais a uma posição marginal. Segundo Foucault (2012), o discurso é um espaço de luta simbólica, e a maneira como os sujeitos são representados contribui para consolidar ou deslegitimar suas posições sociais. A metáfora do palco ainda insinua que a luta pelo poder é, em parte, um espetáculo, onde a performance política é tão importante quanto a legitimidade.

O uso de termos como "caos" e "carnificina" para descrever o cenário da sucessão ressalta a brutalidade e a violência intrínsecas às relações de poder em Westeros. Essa escolha discursiva evidencia como o poder é disputado por meio da violência e do conflito, refletindo o que Foucault (2012) aponta sobre a relação entre poder e violência. O poder não se sustenta apenas pelo consenso, mas também pelo controle, coerção e exclusão. A guerra civil resultante da disputa entre Rhaenyra e Aegon — conhecida como a Dança dos Dragões — exemplifica a materialização dessas relações de poder em práticas violentas.

Quadro 20 – Trecho 18 do Livro “Fogo e Sangue”

(Continua)

As vantagens de Rhaenyra eram poucas. Alguns senhores mais velhos ainda podiam lembrar os juramentos que fizeram quando ela foi nomeada princesa de Pedra do Dragão e herdeira do pai. Houve uma época em que ela foi amada pelos bem-nascidos e plebeus, quando a celebraram como o Deleite do Reto, muitos jovens senhores e cavaleiros nobres procuraram o favor dela na época. Embora quantos ainda lutariam por ela agora que era uma mulher

(Conclusão)

casada, com o corpo envelhecido e avolumado por seis partos, era uma pergunta que ninguém conseguia responder. Apesar de seu meio-irmão ter pilhado o tesouro do pai, a princesa tinha a seu dispor a riqueza da Casa Velaryon, e as frotas do Serpente Marinha davam a ela superioridade no mar. E seu consorte⁹, o príncipe Daemon, com sua história nos Degraus, era mais experiente em guerras do que todos os seus inimigos somados. E por último, e não menos importante, Rhaenyra tinha seus dragões. (Martin, página 342 “Fogo e Sangue” 2025)

Logo no início, o enunciado “Contra tudo isso as vantagens de Rhaenyra eram poucas” introduz um discurso que posiciona Rhaenyra em desvantagem frente aos desafios políticos e militares. Esse posicionamento reflete uma formação discursiva patriarcal que questiona a capacidade de liderança feminina, mesmo diante de recursos estratégicos e alianças políticas relevantes. A avaliação de suas "poucas vantagens" não se baseia apenas em critérios objetivos de poder, mas também na ideologia que associa autoridade e liderança a atributos masculinos. De acordo com Pêcheux (2014), as ideologias operam na linguagem de forma naturalizada, determinando o que pode ser dito e aceito socialmente. Nesse caso, o discurso reproduz a ideia de que, por ser mulher, Rhaenyra estaria em desvantagem.

O trecho menciona que “alguns senhores mais velhos ainda podiam lembrar os juramentos que fizeram quando ela foi nomeada princesa de Pedra do Dragão e herdeira do pai”, destacando a fragilidade do compromisso político baseado em juramentos quando confrontado com mudanças nas condições sociais e ideológicas. Esse aspecto evidencia como as condições de produção do discurso influenciam o comportamento político. A memória desses juramentos é atravessada por um interdiscurso que deslegitima a sucessão feminina, mostrando que o apoio a Rhaenyra era condicionado não apenas pela aliança formal, mas pela resistência ideológica a uma mulher no poder.

A construção discursiva de Rhaenyra também é marcada por aspectos que reforçam estereótipos de gênero. A passagem “houve uma época em que ela foi amada pelos bem-nascidos e plebeus, quando a celebraram como o Deleite do Reino” contrapõe o passado glorioso de Rhaenyra, enquanto jovem e admirada, ao seu presente, no qual sua autoridade é questionada. Esse contraste revela uma formação discursiva que associa o valor da mulher à sua juventude, beleza e potencial matrimonial. A designação “Deleite do Reino” sugere que Rhaenyra era valorizada enquanto objeto de desejo e admiração, e não como uma figura de poder autônomo. Orlandi (2020) destaca que o discurso constrói sentidos que são historicamente e ideologicamente determinados. Assim, a mudança na forma como Rhaenyra é

⁹ O termo consorte no universo fictício de Westeros se refere ao parceiro ou parceira do governante

percebida ao longo do tempo evidencia como o discurso social molda a identidade feminina com base em atributos físicos e sociais.

O trecho “embora quantos ainda lutariam por ela agora que era uma mulher casada, com o corpo envelhecido e avolumado por seis partos” reforça esse processo de desvalorização, enfatizando aspectos físicos e biológicos como elementos que comprometem sua legitimidade política. Esse discurso é atravessado pela ideologia patriarcal que associa o envelhecimento e a maternidade à perda de valor social para as mulheres. A referência ao corpo de Rhaenyra como “envelhecido” e “avolumado” evidencia como o discurso desqualifica o poder feminino ao reduzir a mulher à sua aparência e biologia. Esse tipo de construção discursiva funciona como uma forma de exclusão simbólica, limitando o reconhecimento da mulher como sujeito político. Segundo Foucault (2012), o discurso opera como mecanismo de controle, e, nesse caso, o controle é exercido sobre o corpo feminino, que é transformado em argumento para a deslegitimação feminina.

Por outro lado, o trecho reconhece os recursos estratégicos de Rhaenyra ao afirmar que “a princesa tinha a seu dispor a riqueza da Casa Velaryon, e as frotas do Serpente Marinha davam a ela superioridade no mar”. Esse reconhecimento, entretanto, aparece como algo secundário em comparação às críticas direcionadas à sua condição física e social. A superioridade naval de Rhaenyra e sua aliança com a poderosa Casa Velaryon são elementos objetivos de poder, mas são minimizados pelo discurso ideológico que prioriza atributos pessoais para avaliar sua capacidade de liderança. Segundo Pêcheux (2015), o discurso é atravessado por formações ideológicas que determinam o que é valorizado ou desvalorizado. Assim, mesmo com vantagens militares e financeiras, o discurso social deslegitima Rhaenyra devido à sua condição de mulher.

Outro aspecto relevante é a menção a Daemon Targaryen, seu marido, descrito como “mais experiente em guerras do que todos os seus inimigos somados”. A ênfase na experiência militar de Daemon funciona como um recurso discursivo para compensar a suposta fragilidade de Rhaenyra enquanto líder. Essa estratégia evidencia como o discurso patriarcal busca validar o poder feminino através da mediação masculina, sugerindo que a legitimidade de Rhaenyra depende da atuação de um homem experiente. Essa lógica reforça a ideia de que o poder político, especialmente o militar, é um atributo essencialmente masculino. Orlandi (2020) destaca que o discurso constrói sentidos que são ideologicamente orientados, e, nesse caso, a valorização de Daemon reforça a posição subordinada da mulher em relação aos homens nos espaços de poder.

Por fim, o trecho conclui destacando que “Rhaenyra tinha seus dragões”, um símbolo

de poder absoluto em Westeros. No entanto, mesmo esse recurso é colocado como último elemento, após a descrição de suas desvantagens físicas e sociais. Os dragões, que representam uma vantagem inquestionável, são minimizados pelo discurso ideológico que desqualifica o poder feminino. Esse apagamento discursivo revela a resistência das formações discursivas patriarcais em reconhecer a mulher como sujeito pleno de poder.

Quando Viserys morreu em sua cama, Alicent e Otto (pai de Alicent e mão do Rei ¹⁰Viserys) agiram rapidamente. Em segredo, eles ocultaram a notícia de sua morte para preparar o terreno para a coroação de Aegon II, desafiando o desejo expresso de Viserys. Esse ato de traição ficou conhecido como a usurpação do Trono de Ferro.

Rhaenyra, que estava em Pedra do Dragão à época, foi excluída das deliberações. Enquanto os Hightower organizavam a coroação de Aegon na Fortaleza Vermelha, Rhaenyra foi proclamada rainha por seus partidários, dando início a um conflito que fragmentaria os Sete Reinos. Esse golpe desencadeou a Dança dos Dragões, uma sangrenta guerra civil entre os irmãos Aegon II e Rhaenyra e seus aliados. O conflito foi marcado por traições, batalhas devastadoras e a morte de diversos membros da Casa Targaryen, além da destruição de muitos dragões. Apesar das grandes perdas, Rhaenyra conseguiu conquistar Porto Real e se sentou no Trono de Ferro, conforme pode ser constatado no trecho abaixo:

Quadro 21 – Trecho 19 do Livro “Fogo e Sangue”

Rhaenyra tampouco dormiria sem reivindicar para si o assento de seu pai. Então foram acesas as tochas da sala do trono, e a rainha subiu os degraus de ferro e se sentou onde antes se sentara o rei Viserys e antes dele o Velho Rei, e Maegor e Aenys e Aegon, o Dragão, nos dias de outrora. Com uma expressão séria, e ainda de armadura, ela ocupou aquele assento alto enquanto todo homem e toda mulher da Fortaleza Real era levado diante dela e obrigado a se ajoelhar, suplicar perdão e jurar dar a vida e a espada e a honra por ela, sua rainha. (Martin, p. 385 “Fogo e Sangue” 2025)

¹⁰ O termo mão do rei é utilizado para especificar o principal conselheiro do monarca.

Figura 6 – Rhaenyra, ainda de armadura, sentada ao Trono de Ferro



Fonte: Livro “Fogo e Sangue” 2025

A posição discursiva assumida por Rhaenyra provém de um entrecruzamento de discursos oriundos de diferentes formações que refletem o embate entre a tradição monárquica e a ruptura gerada pela guerra civil. Ao se sentar no Trono de Ferro, ela se insere no discurso de continuidade dinástica, tradicionalmente masculino, reivindicando o poder como herdeira legítima. No entanto, a necessidade de impor sua autoridade, com exigências de ajoelhamento e juramento, revela um discurso marcado por conflitos e disputas de poder.

O gesto de Rhaenyra ecoa discursos anteriores de reis Targaryen, como Aegon, o Conquistador, criando uma relação interdiscursiva. Ela se apropria desses discursos históricos de dominação e soberania para justificar sua posição. Essa relação interdiscursiva legitima sua ascensão, mas também evidencia o conflito entre o poder herdado e o poder conquistado à força.

A memória discursiva é ativada quando Rhaenyra ocupa o mesmo espaço físico e simbólico dos reis anteriores. A menção a figuras como Viserys I, Aegon, o Dragão, e outros antecessores resgata um passado glorioso, reforçando a ideia de continuidade e tradição. Contudo, a necessidade de reafirmar seu poder revela rupturas nessa memória marcadas pela guerra e pela desconfiança. Rhaenyra se constrói discursivamente como uma figura de autoridade, mas também como alguém que precisa constantemente afirmar seu poder diante de alianças frágeis. A imposição de juramentos expõe a instabilidade de sua posição e o papel do discurso na manutenção da ordem. A armadura que ela veste simboliza essa dualidade: a rainha que precisa ser guerreira. No entanto, seu reinado foi breve e instável, resultando em sua captura e execução por Aegon II e seu dragão Sunfyre.

Nos trechos a seguir

Quadro 22 – Trecho 20 do Livro “Fogo e Sangue”

Rhaenyra Targaryen teve tempo de levantar a cabeça para o céu e gritar um último insulto ao meio-irmão antes que a boca de Sunfyre se fechasse em volta dela, arrancando um braço e um ombro. Rhaenyra Targaryen, Deleite do Reino e Rainha de Meio Ano, deixou este véu de lágrimas no vigésimo segundo dia da décima lua do ano de 130 após a Conquista de Aegon. Tinha trinta e três anos. (Martin, p.462 “Fogo e Sangue” 2025)

Quadro 23 – Trecho 21 do Livro “Fogo e Sangue”

“Acabou a necessidade de permanecer escondido” _ declarou o rei Aegon em Pedra do Dragão, após Sunfyre devorar sua irmã. _ Enviem corvos a todo o reino para anunciar que a usurpadora está morta e que o legítimo rei está voltando para casa para reivindicar o trono do pai. (Martin, p. 464 “Fogo e Sangue” 2025)

Figura 7 – A morte de Rhaenyra



Fonte: Livro “Fogo e Sangue” 2025

A morte de Rhaenyra é descrita de forma crua e violenta, com a imagem do dragão Sunfyre devorando-a. O fato de ela gritar um "último insulto" antes de ser morta sugere que, mesmo diante da morte, seu discurso de resistência persiste. Esse ato final de desafio reafirma sua identidade como um sujeito que confronta a autoridade de Aegon II até o fim. A expressão "Deleite do Reino e Rainha de Meio Ano" carrega marcas discursivas ambíguas: enquanto "Deleite do Reino" resgata uma memória afetiva e legítima associada à sua figura, "Rainha de Meio Ano" deslegitima seu reinado, minimizando sua importância histórica. Essa nomeação contraditória reflete as disputas de sentido em torno de sua representação social.

O discurso de Aegon II, logo após a morte da irmã, é marcado por uma estratégia

discursiva de negação da representação social dela e de afirmação de poder atribuído a si mesmo. Ao declarar que "acabou a necessidade de permanecer escondido", Aegon II rompe com o discurso da cautela, apropriando-se da morte de Rhaenyra como justificativa para validar sua posição. O uso do termo "usurpadora" é significativo, pois desloca a acusação de ilegitimidade para Rhaenyra, reforçando sua própria narrativa como o "legítimo rei". Essa escolha lexical não apenas desqualifica a irmã, mas também mobiliza as interdiscursividades das tradições monárquicas, nas quais a legitimação do poder está profundamente enraizada em conceitos de herança e direito divino.

Além disso, a ordem de enviar corvos "a todo o reino" para anunciar sua vitória demonstra a importância do discurso oficial como ferramenta de dominação. Essa ação busca controlar a circulação de sentidos, consolidando sua autoridade e apagando a resistência representada por Rhaenyra. Assim, o discurso de Aegon II não apenas comunica um fato, mas produz efeitos de sentido ao reposicionar sua imagem diante do reino.

Ambos os trechos expõem a relação entre poder e discurso na disputa pelo Trono de Ferro. A violência simbólica e física contra Rhaenyra e a rápida apropriação discursiva de sua morte por Aegon II demonstram como o poder é sustentado não apenas pela força, mas também pela manipulação de sentidos e pela construção de narrativas. Assim, o discurso não é neutro, mas atua como um mecanismo fundamental na legitimação ou deslegitimação de sujeitos históricos e políticos.

Nesse sentido, entende-se que a construção discursiva presente na prática social do livro "Fogo e Sangue" está ligada à memória coletiva, perpetuando ou contestando representações sociais ao longo da narrativa. Ademais, observa-se que outras personagens femininas na obra também são representadas de maneira complexa, ora reproduzindo estereótipos, ora subvertendo papéis tradicionais, evidenciando como os discursos sobre gênero, poder e autoridade estão em constante negociação. As relações de poder não se limitam ao campo da força física, mas também se manifestam através das palavras, da construção de identidades e da imposição de narrativas.

Assim, conclui-se que "Fogo e Sangue" é uma obra que, ao retratar disputas dinásticas e conflitos internos, também oferece um espaço para a compreensão das representações sociais das personagens. A obra possibilita gestos de interpretação e análises que demonstram como discursos são fundamentais na produção de sentidos que orientam a percepção do poder, das relações de gênero e da memória histórica. A análise desenvolvida neste trabalho contribui para uma reflexão sobre como as narrativas fantásticas podem dialogar com questões sociais concretas, desafiando ou reafirmando paradigmas culturais vigentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o problema central que orientou esta dissertação, ou seja, compreender como as representações femininas são construídas discursivamente na obra “Fogo e Sangue”, de George R. R. Martin, partimos da hipótese de que essas representações se caracterizam por sua complexidade e ambiguidade, estando imersas em disputas ideológicas que tanto reforçam quanto questionam os papéis historicamente atribuídos às mulheres. A análise constituída nesta dissertação revelou que o discurso literário, especialmente no campo da fantasia, é um espaço amplo para a inscrição de múltiplos sentidos sobre o feminino, os quais dialogam com formações discursivas que atravessam não apenas os textos do eixo literário, mas também as diferentes práticas discursivas que perpassam a vida em sociedade.

A literatura fantástica, em conformidade com Todorov (1992), por sua própria natureza, não se limita à imitação do real, mas opera com a criação de mundos possíveis, nos quais o imaginário social se projeta, se reconstrói e se questiona. Em “Fogo e Sangue”, essa característica se evidencia na forma como as personagens femininas são construídas: ora vinculadas a arquétipos tradicionais como o da rainha submissa, da feiticeira perigosa ou da mulher-mãe; ora associadas a imagens de força, autonomia e enfrentamento das normas sociais. Nesse processo, a narrativa reforça que os discursos sobre o feminino não são homogêneos ou estáticos, mas sim constituídos em meio a relações de poder, memórias históricas e imaginários coletivos.

Visenya e Rhaenys Targaryen, duas das personagens centrais analisadas, exemplificam essas diferentes configurações. Visenya é representada como uma figura política e guerreira, estratégica e inflexível, características que frequentemente são associadas ao masculino e que, ao serem atribuídas a uma mulher, provocam reações ambivalentes na narrativa. Sua imagem é constantemente permeada por elementos que remetem ao medo, à desconfiança e à rigidez, evidenciando como certas qualidades, quando assumidas por mulheres, são socialmente sancionadas de maneira distinta. Já Rhaenys, embora menos afeita à política direta, constrói sua força a partir da relação com a cultura, a liberdade e os dragões, símbolos centrais no universo da obra. Sua representação desafia os limites entre delicadeza e poder, sugerindo outras formas de agir no mundo para além da rigidez ou da submissão.

Essas construções não são aleatórias, mas respondem a formações discursivas históricas que operam no âmbito da língua e da ideologia. Com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, especialmente nas contribuições de Pêcheux (1997, 2014, 2015) e Orlandi (2020), compreendemos que o discurso é atravessado por múltiplos sentidos que não pertencem

exclusivamente ao autor, mas que se inscrevem em cadeias discursivas mais amplas, nas quais o sujeito se constitui e é constituído. Nesse sentido, a literatura se torna um espaço privilegiado para investigar como os sentidos circulam, são constituídos e reconfigurados em diferentes contextos históricos e sociais.

Ao lado da teoria do discurso, os estudos de gênero foram fundamentais para que se pudesse identificar os mecanismos pelos quais determinadas representações femininas são naturalizadas ou problematizadas. Autoras como Beauvoir (1967, 1970) e Louro (1997, 2002) nos ajudaram a compreender que a identidade feminina não é dada pela natureza, mas construída cultural e discursivamente, em meio a processos de socialização, de normatização e de resistência. A obra de Martin, ao colocar mulheres em posições de protagonismo dentro de uma narrativa marcada por guerras, sucessões e disputas políticas, oferece um material amplo para observar como essas representações são construídas e quais sentidos sociais elas podem provocar.

A análise também demonstrou a importância da interdiscursividade na constituição das personagens. As imagens evocadas pelas figuras femininas do universo de Westeros dialogam com memórias discursivas de outras mulheres poderosas ao longo da história, como rainhas, guerreiras e figuras míticas, cujas representações oscilaram entre a admiração e a ameaça. Ao reinscrever essas memórias em um novo contexto ficcional, a obra promove deslocamentos de sentido que permitem tanto a reprodução quanto o questionamento de estereótipos femininos, ampliando as possibilidades de representação.

No aspecto metodológico, a abordagem discursiva mostrou-se eficaz para ir além de uma análise totalmente descritiva ou temática das personagens. Permitiu compreender as condições de produção dos sentidos, o funcionamento ideológico dos discursos e os efeitos de leitura que esses discursos podem gerar. Em outras palavras, não se trata apenas de identificar o que é dito sobre as mulheres, mas de investigar como e por que certos modos de dizer ganham visibilidade, enquanto outros são silenciados ou marginalizados.

As contribuições desta dissertação, portanto, situam-se tanto no campo dos estudos literários quanto no campo dos estudos discursivos e dos estudos de gênero. Ao analisar uma obra contemporânea de grande circulação e impacto cultural, buscamos evidenciar como a literatura pode colaborar para a problematização das desigualdades de gênero e para a construção de novas formas de subjetivação feminina. A pesquisa oferece, ainda, subsídios para professores, pesquisadores e leitores interessados em refletir sobre o papel das narrativas ficcionais na formação de imaginários sociais e na legitimação de determinados valores e comportamentos.

Do ponto de vista social, esta pesquisa reforça a importância de trazer para o debate acadêmico questões relacionadas à representação do feminino, à linguagem e ao poder. Em um momento histórico em que os discursos de ódio, o conservadorismo e a desvalorização das mulheres ainda são realidades marcantes, pensar criticamente as representações literárias do feminino é também um gesto político, que contribui para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, plural e consciente de suas desigualdades estruturais.

Além disso, o trabalho abre caminhos para investigações futuras. Seria possível, por exemplo, realizar uma análise comparativa com outras obras do mesmo autor, como *A Guerra dos Tronos*, ou com produções audiovisuais inspiradas em “Fogo e Sangue”, como a série *House of the Dragon*, observando como as representações femininas se reconfiguram em diferentes mídias. Também seria pertinente estudar a recepção das personagens femininas por parte dos leitores e espectadoras, analisando os efeitos que essas imagens provocam em diferentes grupos sociais.

Por fim, esta dissertação buscou construir uma leitura crítica e sensível das representações femininas em “Fogo e Sangue”, reconhecendo a importância do discurso literário como instrumento de reflexão e transformação social. Ao articular literatura, discurso e gênero, procuramos contribuir para o fortalecimento de um campo de estudos que compreende a linguagem como prática social e a literatura como espaço de luta simbólica, onde os sentidos estão sempre em disputa e onde novas formas de ser e existir podem ser imaginadas, narradas e afirmadas

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Pucinelli. **Papel da memória**. Tradução: José Horta Nunes. 1 ed. Campinas, SP: Pontes, 1999. 71 p.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. 3 ed. Lisboa: Martins Fontes, 1980. 120 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 500 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p.
- BERNARDES, Walkyria Wetter. Pós-modernidade, mídia e perfil identitário feminino. In: VIEIRA. **Olhares em Análise do Discurso Crítica**. 2009. 1ed. Brasília: Josênia Antunes Vieira, 2009, v.1, p. 75-88.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COURTINE, Jean-Jacques. A noção de “condição de produção do discurso”. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. 1 ed. São Paulo: EdUFSCar, 2014, 250 p.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007
- ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 160 p.
- ECO, Umberto. Sobre os espelhos. In: **Sobre os Espelhos e Outros Ensaios**. Tradução: Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 11-37
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020. 254 p.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012. 80 p.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GREGOLIN, M. R. (org). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, 134 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. Coletânea Gênero plural. *In*: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

MARTIN, George R. R. **A fúria dos reis**. Tradução: Jorge Candeias. 1 ed. Rio de Janeiro: Suma, 2019a. 647 p.

MARTIN, George R. R. **A guerra dos tronos**. Tradução: Jorge Candeias. 1 ed. Rio de Janeiro: Suma, 2019b. 581 p.

MARTIN, George R. R. **A tormenta de espadas**. Tradução: Jorge Candeias. 1 ed. Rio de Janeiro: Suma, 2019c. 827 p.

MARTIN, George R. R. **Fogo e sangue**. Tradução: Leonardo Alves e Regiane Winarski. 1 ed. Rio de Janeiro: Suma, 2018. 595 p.

MARTIN, George R. R. **O festim dos corvos**. Tradução: Jorge Candeias. 1 ed. Rio de Janeiro: Suma, 2019d. 607 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**: feminismo e perspectiva crítica na psicologia social. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2001, 27 p.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. 97 p.

PÊCHEUX, Michel, 1938-1983. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi. 7 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. 66 p.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-105.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. 287 p.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005. 520 p.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

RODRIGUES, Selma Calasans. **O fantástico**. São Paulo: Ática, 1988. (Princípios). 94 p.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Tradução: Digital Source. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 96 p.

VAX, Louis. A arte e a literatura fantásticas. Tradução de João Costa. Lisboa: Arcádia, 1977.